

Convergência

Janeiro, Fevereiro e Março • 2024 • ANO LXIX



Convergência ISSN 0010-8162

Diretora: Irmã Eliane Cordeiro de Souza, mc
Editor: Frei Vanildo Luiz Zugno, ofmcap
Redatora: Ir. Maria Neusa dos Santos,imc - MTB - 40099/SP

Conselho Editorial: Ir. Maria Neusa dos Santos, ciic
Fr. Oton da Silva Araújo Júnior, ofm
Ir. Edgar Nicodem, fsc
Ir. Silvânia Aparecida Coelho, sts
Ir. Zirlaide Barreto Mendonça, cp

Projeto Gráfico e Diagramação: Sirlete Regina da Silva
Revisão: Ir. Zirlaide Barreto Mendonça, cp
Impressão: Editora FTD - Sede São Paulo
Ilustração da Capa: Ir. Luiz Carlos Lima, FMS

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
SDS, Bloco H, n. 26, sala 507 – Ed. Venâncio II
70393-900 – Brasília - DF
Tel.: (61) 3226-5540
E-mail: publicacoes@cbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br
Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

EDITORIAL.....	5
ARTIGOS	9
Formação para uma sensibilidade intercultural: contribuições para a vida religiosa consagrada <i>Pe. Luis Paul Muñoz Celleri.....</i>	9
Inculturação da fé: missão da vida religiosa consagrada para superar o neocolonialismo <i>Pe. Wilner Charles</i>	19
“Esses ventos sagrados que me tomam”: elementos para uma teologia da VRC à luz das religiões de matrizes africana <i>Irmão Joílson de Souza Toledo</i>	37
Recorte de raça e nossos carismas: inquietações provocantes sob o olhar de <i>Bell Hooks</i> <i>Irmã Talita Angélica da Silva Santos</i>	47
Estofo para missões indígenas <i>Pe. Aloir Pacini</i>	57
Identidade do religioso presbítero: alegrias e esperanças na missão <i>Frei Edalan Guedes de Andrade.....</i>	69
Ressignificar a vida religiosa consagrada em saída: novos caminhos de consagração a Deus <i>Pe. Joachim Andrade.....</i>	81
Humanizar formadores, formadoras e a formação <i>Pe. Rubens Pedro Cabral.....</i>	89

Depressão e ideação suicida na vida religiosa consagrada	
<i>Frei Rubens Nunes da Mota</i>	
<i>Marta Helena de Freitas</i>	105
CRB 70 anos – elementos para a memória (Parte 1)	
<i>Frater Henrique Cristiano José Matos</i>	121
Profolider 2023 - partilha de experiência	
<i>Irmã Maria Patrícia Barbosa Rodrigues</i>	
<i>Irmã Francisca Veronilde da Costa</i>	131
Orientações para os/as colaboradores/as	135

Um giro, mesmo que superficial, pelos meios informativos – tradicionais ou digitais – mostra-nos um panorama preocupante, para não dizer desolador. Depois da pandemia da Covid 19, a humanidade parece ter sido tomada pelo vírus do ódio e da violência.

As guerras, durante décadas circunscritas às periferias globais, hoje eclodem no centro do Ocidente. À crise do capitalismo ocidental contestado em sua hegemonia pelas novas potências emergentes, apresentam-se como alternativas o liberalismo extremo e os populismos fascistas que, compartilhando o desprezo pelos vulneráveis, instrumentalizam-nos a serviço dos interesses econômicos dos poderosos. Ambas as propostas não conseguem esconder a “a dificuldade de pensar num mundo aberto onde haja lugar para todos, que inclua os mais frágeis e respeite as diferentes culturas” (FT 156).

Para superar os conflitos e caminhar em direção à amizade social e à fraternidade universal tão desejada, é preciso ter um coração aberto ao mundo inteiro. É o que afirma o Papa Francisco no

Cap. IV da *Fratelli Tutti*. Atitude que, quando consegue passar de uma mera abstração intelectual ou sentimental para “tornar-se verdade encarnada e concreta, coloca-nos uma série de desafios que nos fazem mover, obrigam a assumir novas perspectivas e produzir novas reações” (FT 128).

Dentre os diversos desafios que surgem destas novas perspectivas, está o diálogo intercultural, base para o entendimento que, talvez, possa criar o caldo de cultura para a superação das disputas econômicas e as tensões políticas por elas engendradas. Com efeito, a cultura constitui a identidade mais profunda das pessoas e dos povos. No atual contexto de globalismo, as identidades culturais estão ameaçadas pela uniformização (FT 52) que, para impor-se, exige o desenraizamento (FT 38).

Para contrapor-se à essa dinâmica, é necessário acolher as pessoas diferentes com todo o coração de modo que elas possam continuar a ser elas mesmas e, ao mesmo tempo, criar o espaço para que, no encontro dos diferentes, cada um tenha a possibilidade de um novo desenvolvimento (FT 134).

O fechamento na própria identidade leva à esclerose cultural. E a morte de uma cultura por sufocamento é uma perda para toda a humanidade que se torna, com isso, mais pobre. Para não cair em nenhum destes extremos, é preciso “valorizar aquilo que nos une e olhar as diferenças como possibilidades de crescimento no respeito por todos. Torna-se necessário um diálogo paciente e confiante, para que as pessoas, as famílias e as comunidades possam transmitir os valores da própria cultura e acolher o bem proveniente das experiências alheias” (FT 134).

Segundo o Papa Francisco, “nenhuma mudança autêntica, profunda e estável é possível, se não se realizar a partir das várias culturas, principalmente dos pobres. Um pacto cultural pressupõe que se renuncie a compreender de maneira monolítica a identidade dum lugar, e exige que se respeite a diversidade, oferecendo-lhe caminhos de promoção e integração social” (FT 220). Pacto que implica “aceitar a possibilidade de ceder algo para o bem comum. Ninguém será capaz de possuir toda a verdade nem satisfazer a totalidade dos seus desejos, porque uma tal pretensão levaria a querer destruir o outro, negando-lhe os seus direitos” (FT 221).

Na experiência eclesial cristã, à capacidade de conviver harmo-

niosamente com o diferente chamamos de catolicidade. Ser católico não é assumir uma identidade única, rígida e atemporal em contraposição a outras identidades supostamente ameaçadoras. Ser católico é cultivar a capacidade de conviver na diferença em torno ao fundamental que nos une, que é a fé na Salvação em Jesus Cristo como Dom do Pai na Força do Espírito. Ao contrário de Babel onde se buscava a uniformização, ser católica é viver um permanente Pentecostes onde a Grandeza de Deus é proclamada em todas as línguas (At 2, 4-11). A proposta de “Igreja em saída” do Papa Francisco tem entre seus objetivos o “sair ao encontro” (EG 24) do afastado para escutá-lo e pôr-se a seu serviço para que ele recupere a sua dignidade.

Dentro deste contexto social e eclesial, a Assembleia Geral Eletiva da CRB realizada em julho de 2022, elegeu como uma das prioridades para o triênio 2022-2025, “fortalecer relações interculturais, intercongregacionais e intergeracionais e efetivar parcerias com outros organismos eclesiais e sociais”. Este número da Revista Convergência quer refletir sobre o desafio das relações interculturais dentro da Vida Religiosa Consagrada e no seu agir eclesial e social.

Com efeito, a VRC no Brasil está passando por um profundo processo de transformação. Rapidamente, nas últimas décadas, ela deixa de ser culturalmente europeia e passa a refazer-se a partir das culturas afro e ameríndias. Um processo difícil, muitas vezes doloroso, como são todas as mudanças culturais. Por isso, necessitado de assunção, reflexão e construção de novos paradigmas. Tal mudança interna é aguçada pelas transformações culturais em curso na sociedade, onde emergem as mais diversas identidades, reivindicando seus direitos e contestando as estruturas que, durante séculos, foram hegemônicas.

Para nos ajudar a refletir sobre o tema, no artigo que abre esta edição, Pe. Luis Paul Muñoz Celeri, equatoriano de nascimento vivendo no Brasil há quase duas décadas, nos apresenta elementos para pensar a interculturalidade a partir da fé cristã. Na sequência, Pe. Charles Wilner, haitiano vivendo no Brasil, nos provoca a pensar a inculturação da VRC a partir do paradigma da missão inculturada. São dois textos que, a partir de chaves de leitura diferentes, nos instigam a pensar sobre a relação entre VRC e culturas.

Dando continuidade ao tema, Irmão Joilson de Souza Toledo e Irmã Talita Angélica da Silva

Santos, em dois textos que partem da realidade pessoal e da realidade social, nos provocam a pensar o que significa ser religioso/a consagrado/a a partir da condição cultural, religiosa e social afrodescendente.

No contexto de dor e sofrimento vivido pelo povo Yanomami, Pe. Aloir Pacini faz recursos ao pensamento de David Konopawa para re-pensar a atuação das missões religiosas junto aos povos originários do continente.

Depois deste bloco inicial marcadamente intercultural, outros temas ocupam nossa reflexão. Frei Edalan Guedes de Andrade toca um tema sensível nestes tempos de crise e busca de novos caminhos para os ministérios na Igreja. Ele convida a pensar sobre a identidade do religioso presbítero. Tema que não diz respeito apenas aos que exercem o ministério ordenado, pois, como afirma a *Lumen Gentium*, o ministério ordenado não existe para si mesmo, mas para o serviço da Igreja. Dessa forma, é um tema que a todos diz respeito.

Num breve, mas denso texto, Pe. Joachim Andrade propõe “o caminho do silêncio” como um sustentáculo para as diversas saídas – das estruturas, comunitárias e individuais – necessárias para ressignificar a VRC.

Também na perspectiva da resignificação, focando na formação, Pe. Rubens Pedro Cabral chama a atenção para a necessidade da humanização dos formadores, formadoras e da própria formação. Um chamado que, visto assim no relance, pode parecer estranho. Mas, como deixa claro o artigo, profundamente necessário.

Humanização a ser cultivada todo ao longo da vida para evitar de tornar-nos homens e mulheres doentios muitas vezes acometidos pela depressão e tentados ao suicídio. Situações estas frequentes na VRC – mais do que admitidos e muito mais do que falamos – que é aqui tratada em profundidade por Frei Rubens Frei Rubens Nunes da Mota e pela professora Marta Helena de Freitas.

Por fim, para culminar esta edição, iniciamos uma série de textos gentilmente elaborados por Frater Henrique Cristiano Matos

sobre os 70 anos da CRB Nacional. Estamos em Ano Jubilar e, com seu conhecimento histórico e amor à VRC, Frater Henrique percorre no texto desta edição os anos iniciais da trajetória do caminho sinodal da Vida Religiosa Consagrada no Brasil. Esse é o texto inicial que continuará nas próximas edições.

E, de lambuja, trazemos um breve relato da experiência vivido pelo grupo de religiosas e religiosos que, nos meses de setembro e outubro, em Hidrolândia, GO, participaram da primeira edição do PROFOLIDER depois da pandemia.

A todos os irmãos e irmãs, um feliz ano de 2023 a ser trilhado com tenacidade, leveza e esperança no futuro que Deus nos oferece.

Frei Vanildo Luiz Zugno
OFM Cap.

FORMAÇÃO PARA UMA SENSIBILIDADE INTERCULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA

Pe. Luis Paul Muñoz Celleri¹

Resumo: o artigo aborda o assunto da interculturalidade para atender uma das demandas que se apresenta na experiência dos consagrados e das consagradas. Este caminho é um convite a trabalhar no desenvolvimento de uma sensibilidade que seja capaz de abraçar as diferenças culturais e enobrecer o carisma de cada família religiosa. Aponta-se para assumi-las de maneira crítica, olhar para a história e libertar-se dos traços da colonialidade para, com ousadia, viver a proposta do Reino de Deus desde uma perspectiva ancestral.

Palavras-chave: Interculturalidade; Encontro; Reciprocidade.

Introdução

O presente texto tem a intenção de ampliar as discussões que giram em torno do tema *Interculturalidade na vida dos consagrados e consagradas*. O artigo se apresenta como uma contribuição para discernir a experiência cultural vivida em fraternidade, nos

processos formativos e na missão confiada à vida religiosa (VR) a serviço do Reino de Deus. Diga-se “contribuição”, pois a interculturalidade foi ganhando várias formas de ser debatida, uma constatação que leva a arriscar que melhor seria tratá-la no plural como interculturalidade(s).

¹ Religioso da Congregação dos Oblatos de São Francisco de Sales – Província Sul-americana e Caribenha. Mestre e Doutor em Teologia Sistemática. Membro do GT Religiosos Presbíteros da CRB Nacional. Endereço: luispaul89@gmail.com

Destacam-se alguns pontos em forma de narrativa, pois recolhem a experiência enriquecida em diálogo com muitos religiosos e muitas religiosas que “tentam” com esforço viver com autenticidade sua cidadania cultural e propor um caminho de descolonização da vida consagrada, à maneira de desprendimento dos traços que a colonialidade perpetuou nas estruturas, nos modos de pensar, de formar, de agir e existir.

Essa intencionalidade situa-se então num caminho de interação, de acolhida mútua, em que se pede licença para poder criticar os eventuais desencontros havidos nas famílias religiosas. É dessa maneira que se quer despertar nos consagrados e consagradas a sensibilidade necessária. Ela não é adquirida inatamente, porque requer percorrer a trilha intercultural, assumir teologicamente a pluralidade. Ninguém nasce interculturalmente pronto, cada um se forma, toma consciência e assume o desafio em diálogo e escuta com os outros e as outras.

Cosmovivências

A primeira curva intercultural é a antropológica. Por isso, o ser humano é essencialmente relacional, está inscrito em sua memória histórica e afetiva a experiência

de ser um com os outros, numa teia de relações que se constrói conforme o intercâmbio de saberes e experiência que enobrecem sua existência. Chama-se a essa vivência relacional de *cosmovivências*, expressão usada pelos povos andinos para descrever a realidade. O pesquisador optou por usar esta palavra já que guarda em si a lógica originária da vida, dos ancestrais, dos indígenas que têm uma percepção da vida, da existência bastante contrária à lógica ocidental, que, muitas vezes, valorizou o uso da razão e em menor medida a percepção que os sentidos e a oralidade podem oferecer para o desvelamento da realidade.

Nesse sentido, os consagrados e consagradas são convidados e convidadas a retomarem suas raízes ancestrais e, com isso, a se descobrirem como seres portadores de uma cultura que enriquece o carisma fundacional de suas famílias religiosas. O propósito é se descobrir como seres culturais. O primeiro passo nesta trilha de relações interculturais é esse: entender que se constrói cultura na medida em que se aprende a afrontar as exigências do contexto particular, sejam elas físicas, sejam elas sociais, sejam elas de poder, sejam elas de sentidos, sejam elas de religiosidade, sejam elas de pertença (WEBER, 2017, p. 2).

É importante conceder a palavra a cada grupo cultural representado nas comunidades para poder afirmar e valorizar as culturas presentes. Mas não é o suficiente. Entende-se que costumeiramente falar de culturas no contexto da Vida Religiosa Consagrada (VRC), por vezes, no esforço de construir relações interculturais, permanece-se no nível dos “odores e sabores”, nível que poderá ser superficial: comida, vestes, algumas palavras pronunciadas da língua do outro, e tudo aquilo que possa se apresentar de forma externa, pois como bons ocidentais, “cremos e aceitamos o que vemos, valorizamos o olhar” (WEBER, 2017, p. 9).

Assim como a experiência intercultural poderá ser uma bênção, enquanto riqueza da VRC, em tempos hodiernos, se não encarada – esta experiência cultural – com profundidade e coragem ficará no nível da superficialidade. Urge fazer um esforço para conhecer de verdade os seres culturais que compartilham a vida e missão do mesmo carisma religioso, pois os elementos mais profundos da cultura, especialmente os que criam tensão e conflito na comunidade nem sempre se encaram.

Não se pode cair na ousadia de “canonizar” as culturas, de imaginar que não são passíveis de mudança, de fixá-las como que em

um altar para serem veneradas, pois a história delas possui contradições e valores que não são do Evangelho. Portanto, cair numa valorização rígida desqualifica a vida fraterna como consagrados e consagradas, porque as culturas são dinâmicas, crescem e se fortalecem, e também se enobrecem quando questionadas nos aspectos que não conduzem para a convivência evangélica.

Por fim, com Cencini (2018, p. 75), acredita-se que nas vivências comunitárias se encontra uma memória antropológica central à qual o consagrado e a consagrada são convidados a viver. Os religiosos não são seres simplesmente racionais, mas também, e acima de tudo, seres relacionais. A vida é relação, a verdade é relação – porque implica uma saída de si para um diálogo objetivo com a realidade, da mesma forma que a experiência de Deus e a vida espiritual é relação no modelo da Santíssima Trindade.

Sabedorias descoloniais

A segunda curva argumenta em favor de uma descolonização das mentes e do coração. Uma fundamentação teórica significa pensar se a Vida Religiosa Consagrada necessita de purificação. Num caminho de desprendimento e de santa desobediência às estru-

turas de dominação coloniais que também afetam a vida fraterna, os processos formativos são um empecilho muito sério para viver a interculturalidade.

Parte-se da premissa do antropólogo Patricio Guerrero de que para iniciar o processo de descolonização tem-se que levar em conta a problemática do desenvolvimento civilizatório que a modernidade impôs à experiência de vida originária. Nesse período de eclipse ao meio-dia, tempo de escuridão e dominação, que se instaura no tempo da conquista e com ele a chegada da colonialidade, sustentando a implementação de uma matriz colonial de poder, autoriza ao Ocidente implantar, por primeira ocasião na história humana, um padrão global universal de dominação. Erige-se dessa forma um modelo de civilização para o domínio da vida, do tempo, do conhecimento, das memórias, corpos e sujeitos, da natureza e a totalidade da vida (GUERRERO, 2018, p. 53).

A colonialidade age em níveis: poder, saber e ser. A colonialidade do poder traz aspectos sistêmicos e estruturais da dominação, as dominações constitutivas, a forma como as instituições operam e seus aparatos ideológicos, jurídicos e administrativos de repressão e de controle nos âmbitos

da vida, político, econômico, religioso, linguístico, cultural. Como problemas acirrados surgem o racismo, os abusos de poder, a invenção do outro, as diferenças, o olhar colonizador à mulher e a construção da identidade no eurocentrismo como referência para a vida (QUIJANO, 2005, p. 119).

A colonialidade ainda infligiu conhecimentos e imaginários. O tempo da conquista é um período marcado por um ato epistêmico ao lado da conquista militar, impondo desse modo um modelo hegemônico de conhecimento, o europeu. Trata-se da hegemonia universal da razão e do império da ciência e da técnica como únicos discursos de verdade, para poder falar sobre o mundo e a vida. Assim são invisibilizados e subalternizados outras formas de conhecimentos, culturas, sabedorias e práticas que hoje aparecem em processos de reexistência (GUERRERO, 2018, p. 56).

A amostra do poder absoluto da colonialidade está em que ela não apenas despoja os colonizados de recursos materiais e simbólicos para sua existência. Uma de suas expressões mais perversas para exercer o domínio total da vida é colonizar as geografias interiores, a subjetividade, o ser e os corpos. A negação do próprio ser transforma os colonizados como que des-

pojados de compartilhar o dom, incapazes de oferecer os bens da terra que os aproximam dos outros, pois lhes foram usurpados. A colonialidade poderá se instaurar no mais profundo das subjetividades, nos imaginários, nas memórias, na sexualidade e nos corpos, para fazer cúmplices conscientes ou inconscientes da dominação (GUERRERO, 2018, p. 57).

A VRC deu pouca ou quase nada de atenção necessária a esta problemática no interior de suas estruturas, mas as entranhas dela poderão ser coloniais se continuar a repetir os mesmos erros da colonialidade. Sabe-se que os atropelos cometidos, os abusos que se situam na linha do poder precisam ser encarados desde uma perspectiva descolonial. Não são raras as congregações religiosas que vivem hoje declaradamente em ambientes interculturais e enfrentam o desafio de viver a diversidade. É imprescindível identificar os traços da colonialidade, através de um profundo exame de consciência.

Uma das primeiras ações que devem ocorrer nesse processo é a descolonização das próprias existências, porque resultaria muito contraditório propor discursos descoloniais enquanto a vida cotidiana reproduz a colonialidade a que se combate teoricamente.

É incoerente falar da valorização dos saberes ancestrais dos consagrados e consagradas, se na prática continuam atitudes coloniais que obrigam a seguir como escravos da tirania epistêmica. Portanto, nesta trilha intercultural, cheia de curvas, há necessidade de “impecabilidade”, ou seja, coerência entre o que “sentimos, dizemos, fazemos, pois a falta dela é a causa das enfermidades do corpo e da alma” (GUERRERO, 2018, p. 57).

Nesta vertente aparece a opção a respeito da interculturalidade como crítica, pois um processo de descolonização parte dessas fissuras ou feridas presentes na vida. Em vista disso, há que transformar as dimensões desse domínio e as estruturas de conhecimento não com os mesmos recursos da colonialidade, mas por outra via que seja capaz de se desprender e se desgarrar dos instrumentos do poder que se tornaram formas de abusos estruturais.

A via sugerida é a das forças insurgentes das sabedorias do coração, das origens, da terra. Esta nova e velha forma de encarar a vida se resgata da ancestralidade que se possui como povos de *Abya Yala*. Os povos originários acreditam que a morada natural da sabedoria é o coração, como símbolo de poder da vida, que entrega o

sentido da existência. Esta concepção andina entende que tudo tem coração. Logo, tudo tem sabedoria.

É preciso *corazonar*,² atender as intuições que nascem do senti-pensamento, seria uma forma cordial, do coração, de afetos e espiritualidade. Expressão tomada do povo *Kitu Kara*, do Equador, que indica uma proposta política e espiritual, diferente das transformações estruturais e socioeconômicas se preocupa com a cura do ser. É uma proposta para a descolonização do poder, do saber e do ser, mas da vida. *O Corazonar* se sustenta na dimensão simbólica e na força espiritual da *chakana* do mundo andino, considerada ponte, ordenador cósmico e um dos referentes sagrados mais importantes da espiritualidade dos Andes (GUERRERO, 2018, p. 1).

A questão intercultural desponta nas últimas décadas, embora sempre presente junto à ascensão dos movimentos indígenas,

negros, das mulheres e de outras minorias, na busca de uma justiça cultural, de reconhecimento. Esta interculturalidade ajuda a desconstruir e revelar o caráter monocultural, supercultural ou supracultural, de uma série de fenômenos que chegaram a se conformar como se fossem verdades absolutas.

O objetivo, assim, é tomar consciência da própria culturalidade. O povo é cultura e vê o mundo com aquele olhar proporcionado. Se quiser estabelecer o diálogo entre culturas, é aconselhável desenvolver uma sensibilidade para as assimetrias entre culturas, também ao interior delas, deixar-se interpelar pela cultura do outro. Assumir o paradigma intercultural significa abrir ‘minha casa’ para o encontro e buscar enriquecimento mútuo com as experiências do outro.

Conviver interculturalmente

Continuando a trilha intercultural, agora se destaca a curva teológica, o interesse religioso para perceber que na experiência de Jesus de Nazaré e das primeiras comunidades cristãs, há traços de esforços para viver a interculturalidade, prática feita de encontros e desencontros. Esse caminho proposto ilumina o hoje da VRC em suas relações interculturais.

² Expressão tomada do povo *Kitu Kara*, do Equador, que indica uma proposta política e espiritual, diferente das transformações estruturais e socioeconômicas se preocupa com a cura do ser. É uma proposta para a descolonização do poder, do saber e do ser, mas da vida. *O Corazonar* se sustenta na dimensão simbólica e na força espiritual da *chakana* do mundo andino, considerada ponte, ordenador cósmico e um dos referentes sagrados mais importantes da espiritualidade dos Andes (GUERRERO, 2018, p. 1).

Para isso, é indispensável dar atenção para a experiência neotestamentária, onde se percebe que o cristianismo delineou uma proposta intercultural, na medida em que a pregação do Reino de Deus por Jesus se tornou regra de vida para as pessoas que viviam o cotidiano em volta das cidades greco-romanas, ao redor do Mediterrâneo. Para compreender todo esse fenômeno, pode-se traçar uma linha contínua deste trabalho de evangelização, partindo das regiões rurais das comunidades da Galileia para as grandes cidades do império greco-romano, entre os anos 30 a 70 d. C. Entretanto, a ideia não é a de se determinar minuciosamente na questão, mas exemplificar por meio de um pericope mateana, que apresenta exatamente uma trama intercultural, o encontro de Jesus com a mulher cananeia (Mt 15, 21-28). A tensão da discussão que a mulher, estrangeira, e de outra religião teve com o Filho de Deus.

Uma parte pouco explorada é a dinâmica que esse encontro teve, sua relevância e consequências, tanto para o Mestre Jesus quanto para essa mulher. Uma perspectiva intercultural propõe mergulhar nesse assunto, com o escopo de evidenciar o fundamento bíblico, tendo como foco principal a categoria da *cultura do encontro*. Como pano de fundo, tem-se que

a ideia que perpassa por todo o Evangelho será a da “Justiça que provoca conflitos”. E a partir desse evento se organizam os demais textos da comunidade mateana. O encontro de Jesus com a siro-fenícia gera conflitos, mas no final uma justiça que se revela como acolhida e reciprocidade (CNBB, 1998, p. 10).

O texto escolhido entra na narrativa daqueles que seguiam Jesus, que se sentiam chamados e interpelados pela sua mensagem. A passagem está ambientada no contexto judaico (13,53-14,36), e pela prática de Jesus ser libertadora entra em conflito com a religião oficial (15, 1-20). As pessoas se perguntam sobre a pessoa de Jesus, mas agora em território “pagão” (15, 21-16, 20).

Nesse trecho bíblico há fundamentos para a cultura do encontro, como lugar de transformação. Jesus se mostra plenamente humano e divino, acolhe os sentimentos dos excluídos, seus sonhos e esperanças de uma irmandade sem fronteiras e universal. O humano se diviniza e o divino se humaniza, assim como aconteceu com Jesus e com a cananeia.

A partir dessa análise da narrativa do evangelista Mateus, são imperativas algumas conclusões. Jesus, o Cristo, apresenta-se como amigo das mulheres e

defensor dos descartados, pois com sensibilidade não própria da sociedade patriarcal à qual ele pertencia, Ele fala com as mulheres, concedendo-lhe um lugar de fala, dando-lhes visibilidade e destacando seu compromisso. Estão no centro do protagonismo, no caminho do seguimento (PAGOLA, 2010, p. 265).

Outra consequência que se gesta neste encontro transformador é a interaprendizagem. “Ó mulher, grande é tua fé” (Mt 15,28). São palavras que revelam o processo de descolonização do imaginário, reconhecendo a iniciativa e o testemunho de uma fé profunda de uma mulher estrangeira, sem nome, que teve uma participação central para que se abrisse a janela do Reino de Deus a todos e todas.

Enfim, neste encontro, cheio de reciprocidade, é possível perceber como cada pessoa pode crescer no exercício de cativar, permitindo-se ser fecundada por novas fronteiras existenciais e sensibilidades pelo diálogo e a situação do outro, assumindo seu lugar como se fosse o nosso (CERVINO, 2010, p. 99).

Conclusão

Uma comunidade com empatia intercultural não poder ser um lugar de refúgio do mundo

que a rodeia, mas deve permitir aos consagrados e às consagradas compreender melhor as diferenças culturais que existem entre eles e as pessoas com as quais interagem nas suas atividades apostólicas.

Sob esse ângulo, na Vida Religiosa Consagrada não haverá uma convivência plena se não forem compartilhadas a vida desde suas fontes espirituais, como são as experiências culturais ancestrais indígenas ou afro-americanas, ou as experiências das mulheres. Por outro lado, tampouco haverá convivência se não abrir mentalidade e saberes à vida do outro como vida que se sustenta. Afinal, conviver interculturalmente é professar que nenhuma pessoa detém a vida, porém é a relação com o outro a primordial convivência que mantém a vida pessoal e comunitária.

Conviver, enquanto confissão e prática de uma forma de vida, supera o horizonte do mero respeito e tolerância com o outro, mas abre espaço para a hospitalidade como uma casa de mútua acolhida e socorro, não apenas nas condições que dizem respeito às categorias materiais da vida, mas também nas heranças espirituais que manifestam sua insondável riqueza intercultural e religiosa. Uma boa convivência é a vivên-

cia da paz, da interculturalidade (FOURNET-BETANCOURT *apud* ZWETSCH, 2015, p. 15).

Se as relações humanas são relações culturais, a interculturalidade questiona a forma como as culturas se comportam frente aos diferentes, pois os seres humanos se constituem na e através da cultura. As partilhas de experiências, as disputas pelos territórios, a aquisição de riquezas, a partilha de saberes podem ser formas de como uma determinada cultura se autocompreende e se relaciona com outras (ZWETSCH, 2015, p. 23).

O artigo encerra com uma imagem oferecida pelo Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*. Trata-se da comunhão poliédrica (n. 236). A imagem se insere dentro dos princípios para a construção de uma convivência social em que

as diferenças se reconciliam num projeto comum.

O bispo de Roma indica a imagem do poliedro, um sólido com várias faces, em que cada uma das partes assegura a sua própria originalidade. Tanto na Vida Religiosa Consagrada como em outras áreas da vida, sejam elas sociais, sejam elas políticas, procura-se reunir nesta comunhão poliédrica o melhor de cada um. Nesse sentido, entram em diálogo as culturas, seus projetos e potencialidade. Mesmo aquelas pessoas que, com suas fragilidades e desacertos na vida, têm algo a contribuir nesse processo. Esta postura ajuda a conservar a particularidade de cada um e perceber que o projeto do Reino de Deus é maior. Visa à construção do bem comum, em que todos são incorporados. Afinal, o futuro não será monocromático (FT 79) e sim ancestral.

Para o diálogo comunitário:

- 1 Sem um processo de descolonização das mentes e do coração, a missão da VRC pode colocar em risco sua história fundacional. Consegue identificar traços de colonialidade em sua família religiosa?
- 2 A interculturalidade é uma aposta para voltar às raízes culturais e vivê-las com honestidade. Como está esta discussão ao interior de sua congregação? Há espaço para viver esta autenticidade? Quais as propostas que podem ser sugeridas para uma convivência intercultural?

Referências

- CENCINI, Amedeo. Fraternidade consagrada: rumo a um novo modo de estar juntos. **Convergência**, Brasília, n. 508, jan./fev. 2018, p. 75-89.
- CERVIÑO, Lucas. **Otra misión es posible: dialogar desde espacios sapienciales e interculturales**. Cochabamba: Itinerarios, 2010.
- CNBB. **Ele está no meio de nós: O Semeador do Reino – Evangelho segundo Mateus**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- FRANCISCO. **Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- FRANCISCO. **Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social**. São Paulo: Paulinas, 2020.
- GUERRERO, Patricio. **La chakana del Corazonar: desde las espiritualidades y las sabidurías insurgentes de Abya Yala**. Quito: Abya Yala, 2018.
- PAGOLA, José Antonio. **Jesus: aproximação histórica**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PAULUS. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2003.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.
- WEBER, Max. **El discernimiento vocacional en un mundo intercultural**. Disponível em: <http://www.lamennais.org/wp-content/uploads/2017/09/3-FORMADORES.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2022.
- ZWETSCH, Roberto. **Conviver: ensaios para uma teologia intercultural latino-americana**. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

INCULTURAÇÃO DA FÉ: MISSÃO DA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA PARA SUPERAR O NEOCOLONIALISMO

Pe. Wilner Charles, osfs¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de entender a inculturação da fé como missão da Vida Religiosa Consagrada (VRC) para superar a cova do neocolonialismo. A missão da VCR nas diferentes culturas é ser sinal da presença de Deus à luz do carisma de sua família religiosa. O que determina a missão é seguir Jesus na ótica de seu fundador ou da sua fundadora. Portanto, a autêntica inculturação da fé na VRC implica a fidelidade ao carisma.

Palavras-chave: Inculturação; Missão; Neocolonialismo.

Introdução

A consciência de uma Igreja católica em estado de inculturação traz consigo a perspectiva de inculturação para dentro da VRC (AZEVEDO, 2001, p. 66). No entanto, percebe-se no atual momento que a missão da VRC na

questão de inculturação da fé não ultrapassa os modelos de adaptação e aculturação a partir de uma visão eurocêntrica.

Esses termos já dominavam em vários séculos o processo de evangelização, apesar dos seus méritos em dados momentos. A missão da vida religiosa consagrada parece

² Religioso Presbítero. Oblato de São Francisco de Sales. Doutor em Teologia. Contato: oblatoosfs@gmail.com

evangelizar a partir de fora e não de dentro. Nesse sentido, Suess afirma que “ao analisar a transmissão da fé desde a época colonial, somos confrontados com a ideologia de uma cultura pura em nome da qual se propõe purificar e curar a cultura do outro de suas patologias, como legitimação para a proposta de uma páscoa curativa” (2015, p. 451). O contexto sociopolítico e cultural afeta de certo modo a missão da VRC. Assim como bem recorda Azevedo (2001, p. 58), a implantação da VRC nas outras culturas seguiu o mesmo paradigma do colonialismo.

A partir desse olhar, nasceu a curiosidade e consciência da verdadeira missão da VRC que implica, acima de tudo, seguir Jesus nos passos do fundador ou da fundadora de cada instituto. Sabemos que, entre inculturação e encarnação, não há contradição. Na inculturação da fé, o que fazemos para superar a tentação de ser representantes do mundo ocidental nas diferentes culturas?

Supõe-se que cada ordem, congregação ou instituto tem o propósito de divulgar o carisma de seu fundador ou da sua fundadora em culturas diversas. É uma missão que exige enraizamento do Evangelho nas diferentes culturas. Não é uma missão que exige substituição das culturas originais pela cultura ocidental.

Acreditamos que a missão da VRC, quanto à inculturação da fé, é a de perguntar, em meio às realidades socioculturais-eclesiais concretas às quais querem servir apostolicamente segundo a índole de seu carisma e de sua tradição espiritual, como desenvolver formas de vida, de ação e comunicação apostólica que, efetivamente, respondem a essas realidades.

No decreto *Perfectae Caritatis* (n. 19), segundo (RECCHI, 1998, p.176), foi apontado claramente que a missão de religiosos e religiosas é promover e desenvolver formas de vida religiosa corresponde às condições de vida e aos costumes locais.

Esta temática tem sua razão de ser aprofundada pelo fato de que a VRC não existe fora do mistério complexo, que é a inculturação da fé. Esta última faz parte da essência da encarnação e vivência do carisma de cada instituto nas diversas culturas.

Nesta breve reflexão, tem-se a meta principal de aprofundar a inculturação da fé como missão da VRC para superar a cova do neocolonialismo globalizado.

No intuito de atender esta demanda, o presente texto analisará, num primeiro momento, as bases fundamentais de inculturação da fé. A seguir, este encontro será estudado e compreendido

com a categoria da inculturação e tentará aproximar a VRC do encontro das culturas para a sua inculturação. Por fim, apresentará o horizonte da missão à vida religiosa consagrada em relação à inculturação.

A inculturação da fé

Conforme Bayili (2014, p. 90), a nova evangelização é chamada de inculturação. Segundo ele, evangelização e inculturação são indissociáveis. São bases de inculturação da fé: a praxeologia missionária, a investigação teológica e a tomada de consciência do Magistério romano. Ele acredita que uma releitura dessas fontes poderá contribuir para atualizar e determinar a missão da VRC consagrada em relação à inculturação.

Considerando a primeira base, Bayili afirma que

a inculturação encontra sua fonte essencial no universo da missiologia católica, a partir da preocupação de alguns missionários para responder ao problema colocado pelo impacto das culturas locais – não cristãs – na fé e no anúncio do Evangelho entre as pessoas destas culturas. (2014, p. 90).

O foco principal é entender a missão cristã nas diferentes culturas sobretudo nas culturas vistas como não cristãs.

Bayili reconhece que “o termo inculturação aparece numa época onde os especialistas da missiologia investigaram sobre a relação equivocada entre culturas e evangelização. Esta relação foi confundida com um modelo de colonialismo religioso” (2014, p. 83). As dificuldades que enfrentaram os missionários foram frutos das posturas coloniais que negavam a existência do outro e suas bagagens culturais. Em Azevedo (2001, p. 66), observa-se essa mesma concepção quando afirma que a evangelização foi feita na perspectiva de “transplantação”, quer dizer, a partir de um modelo único de viver, formar, comunicar-se e atuar apostolicamente em fidelidade ao próprio carisma. Dentro deste modelo, a VRC foi instrumento de uniformidade cultural e eclesial.

A inculturação, antes do Vaticano II, era pensada como um assunto obscuro e exótico. Com a reviravolta eclesiológica promovida pelo Concílio, houve um grande esforço em relação a essa questão. O Vaticano II foi um dos momentos de consolidação de uma reflexão prática sobre a fé e sua relação com as culturas. Como ressalta Bayili, “a problemática da inculturação nasce na Igreja como uma realidade ligada à missiologia” (2014, p. 85).

O Documento de Aparecida justifica esta mudança de postura reiterando que “com a inculturação da fé, a Igreja se enriquece com novas expressões e valores, manifestando e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo, conseguindo unir mais a fé com a vida e assim contribuindo para uma catolicidade mais plena, não só geográfica, mas também cultural” (DAp, 479). A partir do DAp, podemos afirmar que a inculturação é o termo teológico apropriado para superar o novo modelo do colonialismo, tanto na Igreja como na VRC em direção a um modelo de discipulado mútuo ou sinodal a serviço do reino de Deus.

O reconhecimento do valor da inculturação após o Concílio Vaticano II marca o pós-cristão, que se distingue pelo reconhecimento do pluralismo cultural e o fim da hegemonia de etnocentrismo europeu e ocidental.

Nessa primeira base, dois elementos podem ofuscar a compreensão do que seja inculturação: adaptação e transplantação. A primeira, é a prática de apresentar o núcleo da fé cristã às outras realidades e igrejas locais assim como é concebida no Ocidente adaptando-a de modo a ser aceitável para as culturas locais. Já a segunda, a transplantação, corresponde à submeter o modo de

ser cristão nas culturas locais à total dependência em relação a Igreja mãe europeia.

Estes dois modos de evangelizar provocaram, a partir da década de 1960, uma reflexão teológica que se tornou a *segunda base de inculturação*. Seu foco foi a investigação teológica. Neste movimento, a inculturação, além de ser abordada do ponto de vista sociológico e antropológico-cultural, passou a ser analisada também sob o prisma socioteológico.

Alguns autores deste movimento já defendiam que a inculturação vai além da simples adaptação: “considere a mensagem evangélica e a Igreja como blocos inseridos na ganga intocável de sua formulação ocidental e que é preciso procurar torná-las acessíveis aos não ocidentais” (MVENG, apud NSAPO, 2009, p. 109).

Nessa direção, com Miranda, podemos afirmar que

toda cultura é uma totalidade sensata, mas não é uma grandeza fechada e intocável. A mudança de contexto com seus desafios ou contato com outras culturas pode levá-la a transformações acarretando aprofundamento ou enriquecimento de suas características próprias. (apud TEIXEIRA, 2000, p. 286).

A fundamentação teológica do termo inculturação foi feita feita principalmente nos países onde

a política colonizadora foi exposta de maneira mais clara e pelas congregações que viviam estas realidades de forma mais forte, por exemplo, os jesuítas e os Oblatos de Maria Imaculada.

Conforme Nsapo, toda esta reflexão teológica recomendou a tarefa da inculturação, destacando que ela “parte das realidades mais do que teorias. Não se limita à explicação de uma doutrina feita apenas para tirar dela novas aplicações. Ela se deixa interperlar pela experiência de fé vivida hoje” (2009, p. 110). Sua proposta para o trabalho da inculturação é muito significativa. “É preciso haver homens de Deus enraizados nas tradições de seus povos. As instituições como as do direito eclesiástico devem ser repensadas em função da vida das comunidades autóctones” (NSAPO, 2009, p. 110).

Então, o fundamento para inculturação da fé, em consonância à reflexão teológica, é este.

Cada cultura e cada realidade humana, em todo lugar e em todos os tempos, longe de estarem afastadas da graça da salvação em Jesus Cristo, são, pelo contrário, capazes de ser iluminadas, purificadas e enriquecidas pela mensagem da Boa-Nova promulgada por Jesus Cristo, Filho de Deus, feito homem, feito um de nós, para que todo homem possa acessar a verdadeira divinização (BAYILI, 2014, p. 87).

Assim, a razão da inculturação é bem explícita. Pela fé, tem-se a convicção de que o Espírito Santo atua na história da humanidade, nas diversas culturas, nas consciências coletivas dos povos, para que toda realidade humana seja chamada a encontrar o Cristo onde ela está, em sua história, num diálogo autêntico de enriquecimento e transfiguração profunda.

Finalmente, como *terceira base* da inculturação, temos a posição do Magistério romano.

Quanto à posição do Magistério romano, Bayili (2014, p. 87) analisa os estudos já realizados sobre a consciência cultural da Igreja. Ele assinala que a Igreja conheceu um processo profundo de conversão no que se refere às novas realidades culturais. Esta conversão levou à Igreja, através de seu Magistério, ao diálogo com as culturas do mundo atual. O processo de inculturação é fruto dessa tomada de consciência e da vontade de diálogo.

Segundo Azevedo (2001, p. 29), a palavra inculturação, embora tenha sido mencionada no Sínodo sobre a Catequese no ano de 1977, foi usada pela primeira vez num documento pontifício na Exortação Apostólica *Catechesi Tridendae* (1979).

Conforme Bayili (2014, p. 90), o Concílio Vaticano II tem um papel preponderante no fenômeno da inculturação. Mesmo que o Decreto *Ad Gentes* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* não apresentem uma explicação detalhada de inculturação, ambos têm um papel determinante nesse processo. Foi a partir destes dois documentos fundamentais em relação à fé e seu vínculo com a cultura que o fenômeno de inculturação passa de uma preocupação missiológica local ao âmbito da teologia e eclesiologia.

Os textos de João Paulo II serviram de grande apoio no processo de inculturação, de modo que esta última torna-se algo prioritário na Igreja Católica em sua missão de evangelização.

O Encontro como categoria fundamental

Após analisar as bases fundamentais da inculturação da fé, convém trabalhar o encontro como categoria de inculturação da fé. A praxeologia missionária revela que o conceito de inculturação surgiu para responder ao desafio colocado pelo impacto das culturas locais na fé e no anúncio do Evangelho entre as pessoas destas culturas. Em outras palavras, o termo inculturação despontou a partir do encontro com o

diferente. Como adverte Suess, a inculturação emergiu por meio da “aproximação radical e crítica entre Evangelho e culturas” (1995, p. 184). Essa aproximação, esse encontro já é uma forma para anunciar ou reconhecer a boa notícia do amor de Deus nas diferentes culturas.

A inculturação da fé é pautada pelo seguimento de Cristo. Este último se manifesta a partir de um encontro pessoal com Jesus. Por isso, a “inculturação da fé cristã não é adaptação (...) de um sistema de verdades preestabelecidas a uma outra cultura ou ambiente vital, não é questão de tradução e interpretação, mas é, antes de tudo, o seguimento de Jesus Cristo” (OTTEN, 1994, p. 50). É resultado de um encontro do coração com o coração. Segundo Recchi (1998, p. 177), a inculturação não é uma questão de adaptação de costumes, mas é uma profunda transformação de mentalidades e modos de vida no que diz respeito à formação, ao apostolado, à liturgia, à espiritualidade e à organização dos Institutos. É um apelo à mudança de mentalidade.

O encontro pessoal com Cristo é sinônimo de um autêntico cristianismo e este é expressão de um cristianismo inculturado. É um cristianismo com rosto sincrético. Como salienta Otten, “deve existir um certo sincretismo que nas-

ce da experiência da gratuidade com que a fé cristã se apresenta. Sem este sincretismo, a fé se torna estéril e morre” (1994, p. 51). Não há fraternidade, comunhão e solidariedade sem a promoção do encontro de alguém com alguém. Dessa maneira, o encontro é a categoria de inculturação da fé.

Inculturação da fé é um caminho de discernimento cultural, espiritual e um processo de conhecimento pedagógico da cultura como veículo real ou potencial da fé (AZEVEDO, 2001, p. 30). Para adquirir esse conhecimento é necessário o encontro. Nenhum encontro despreza a cultura do outro, pelo contrário, a enriquece. Para que um encontro seja frutuoso é necessário que seja um encontro de igual para igual. Um encontro que se realiza na comunhão e participação. O outro precisa existir com sua identidade e seu rosto próprio. Este encontro é reflexo da Santíssima Trindade que, apesar da diferença, é portadora da unidade.

Uma autêntica visão de inculturação precisa ter como modelo a Santíssima Trindade. Nela se constrói a unidade a partir do reconhecimento fundamental da diferença onde cada um se enriquece com o outro. O encontrar-se com o outro, se este encontro é autêntico e bem vivido como um encontro interpessoal, faz com

que haja processo, aperfeiçoamento. Inculturação é, com efeito, um caminho à santidade que exige ascese, oração e martírio. O cristianismo e, nele, a VRC, ao encontrar-se com outras culturas, precisa cultivar a capacidade de visibilizar uma comunhão e uma unidade criada a partir das diferenças (RECCHI, 1998, p. 181).

As culturas às quais o Evangelho foi expresso pela primeira vez têm certa prioridade, mas não são normativas para as gerações sucessivas. Segundo Amalados (2005, p. 146), para ser cristão, não há a necessidade de tornar-se semita tal qual foi Jesus. Este fato já foi resolvido por Paulo na admissão dos gentios na Igreja.

Para Suess “a inculturação é o intento de assumir as expressões culturais de outro grupo social a fim de comunicar o Evangelho. Entendo isso como inserção do Evangelho na cultura do outro que nunca deixa de ser um aprendizado precário, uma vez que nenhuma cultura é perfeita ou pura” (2015, p. 453).

VRC e inculturação

Falar de inculturação da VRC não é uma questão simples e fácil na realidade multicultural que constitui as diversas instituições que a compõem. Viver as realidades não ocidentais numa lingua-

gem inculturada aparece muitas vezes como um escândalo. Como expressam alguns autores africanos e que talvez seja também o grande desejo de muitos consagrados e consagradas da América Latina e Caribe, esperava-se um desenvolvimento maior da questão de inculturação na Exortação Pós-sinodal *Vita Consecrata*. O documento foi uma decepção porque não consagrou mais que dois números a esta temática tão esperada (NOTHOMB, 1998, p. 160). O tema de inculturação foi abordado de uma forma genérica sem especificidade.

Vita Consecrata, em relação à inculturação da VRC afirmar:

- a) O desafio da inculturação há de ser acolhido pelas pessoas consagradas como apelo a uma fecunda cooperação com a graça na aproximação às diversas culturas. Isto supõe séria preparação pessoal, dotes maduros de discernimento, fiel adesão aos critérios indispensáveis de ortodoxia doutrinal, autenticidade e comunhão eclesial.
- b) Com o apoio do carisma dos fundadores e fundadoras, muitas pessoas consagradas souberam

aproximar-se das diversas culturas, com a atitude de Jesus que “Se despojou a si mesmo tomando a condição de servo” (*Fil 2,7*), e, com um paciente e audaz esforço de diálogo, estabeleceram contatos proveitosos com os povos mais diversos, a todos anunciando o caminho da salvação.

- c) Para uma autêntica inculturação, são necessárias atitudes semelhantes às do Senhor, quando, com amor e humildade, encarnou e veio habitar entre nós. Neste sentido, a vida consagrada torna as pessoas particularmente preparadas para enfrentar o processo complexo da inculturação, visto que as habitua ao desprendimento das coisas e até mesmo de muitos aspectos da própria cultura.

Por outro lado, *Ecclesia in Africa*, que antecedeu *Vita Consecrata*, apresentou uma boa fundamentação teológica na temática de inculturação (n. 59-60). Além disso, *Ecclesia in Africa* indica o caminho que deve ser seguido. Este documento, porém, não faz referência à inculturação da VRC e seus desafios.

Segundo Nothomb (1998, p. 160), um dos pontos fracos da *Vita Consecrata* que pode ser aplicado também à *Ecclesia in Africa* em relação ao assunto de inculturação, é a confusão entre aculturação e inculturação.

Para avançar na reflexão, é necessário entender o significado destas duas expressões. O esclarecimento destes dois elementos poderá servir como um caminho elucidativo para a inculturação da fé e, nela, da VRC.

Segundo nossa compreensão (CHARLES, 2023), aculturação é o modo de colonizar as culturas não ocidentais. Inculturação consiste, fundamentalmente, um diálogo evangélico que questiona, a partir do interior, cada cultura em sua raiz para fazê-la renascer ou ressuscitar, quer dizer, suscitar nela outras dimensões de outras esperanças inéditas.

Para Nothomb (1998, p. 161) a aculturação, em sua origem, é um choque cultural que favorece um lado e desfavorece o outro. É uma expressão do colonialismo que busca interesses escravizando os mais fracos. Aculturação marca o encontro com o diferente, mas esse encontro não dignifica, escraviza e domina. Em princípio, o conceito de inculturação surgiu como libertação do sistema de aculturação.

Segundo Boff (1991, p. 24), o modo de aculturação forçada é uma *transculturação* no sentido de que uma cultura dominante pisa nas outras culturas até destruir violentamente a vida dos povos dessas culturas. Já para Suess (1994, p. 33) a aculturação é um encontro entre a cultura e o Evangelho a meio caminho. Na perspectiva de encarnação e do seguimento de Jesus, a aculturação é a assunção a meio caminho. Perguntamo-nos, então: a cultura do outro pode ser assumida pela metade?

Se olharmos a realidade eclesial e da VRC, percebe-se, de forma bem clara, que as culturas afro-americanas ainda são vistas a partir do modelo de aculturação, de cima para baixo, de forma folclórica. Elas ainda não são integradas numa evangelização inculturada, ou seja, inserida. Como afirma Azevedo “toda a fase histórica moderna da expansão missionária do cristianismo foi marcada pela aculturação. De fato, ao passar das outras culturas a mensagem cristã, o ponto de referência era a cultura europeia ocidental” (1986, p. 265).

Além de esclarecer a distinção entre aculturação e inculturação, Nothomb também busca explicar outras expressões e seu sentido no processo de inculturação como: cultura e enculturação. Na

perspectiva da *Gaudium et Spes* (n. 53), Nothomb (1988, p. 161) compreende a cultura como a mentalidade geral de um povo e seu modo de vida na medida em que esse conjunto é transmitido no ambiente adquirido na aprendizagem ou herança coletiva em educação. Levando em conta esta consideração, reconhecemos o mérito da enculturação como um primeiro passo no processo de inculturação (CHARLES, 2023).

De acordo com Boff (1991, p. 24), enculturação é o processo pelo qual uma pessoa é introduzida em sua própria cultura. Para Miranda (2001, p. 37), enculturação é termo antropológico e entendido de ponto de vista da psicologia social como socialização. O mesmo sentido é dado por Bayili:

Enculturação é uma socialização que atua em profundidade ao longo da vida, mesmo que seja marcada por fortes períodos de aprendizado e iniciação, para que cada ser humano se banhe em sua cultura como um peixe na água. Em geral, a pessoa só torna verdadeiramente consciente de todos os aspectos da sua enculturação quando se encontra exposta a outras experiências culturais. (2014, p. 24).

Inculturação, por sua vez, é o processo pelo qual uma realidade divina, em si não cultural, se encarna ou se enraíza numa cultura humana. Uma pessoa humana

não pode se inculturar, mas pode enculturar uma vez para sempre. Também pode se aculturar no meio cultural em que vive.

A fé cristã é mais que uma realidade cultural, mas, com a ajuda do Espírito Santo e seus dons, a mensagem cristã dialoga com as expressões verbais ou simbólicas que são culturais. A palavra de Deus se encontra com as culturas humanas por meio dos profetas, na Encarnação do Filho de Deus e na missão dos apóstolos, que foram homens e mulheres enculturados em suas próprias realidades.

Questão teológica de inculturação à vida religiosa consagrada

Na VRC, dado ser ela um dom de Deus, podemos, sim, falar de inculturação. (NOTHOMB, 1988, p. 161). O processo de inculturação da VRC se dá em dois momentos. Num primeiro, para os homens e mulheres exteriores à cultura local, é necessário o processo de aculturação. Esse processo implica em desvestir-se de toda pretensão de dominação ou colonização das culturas locais. Um segundo movimento, este feito pelos homens e mulheres originários das culturas locais, é preciso um processo de enculturação na

cultura da instituição na qual se inserem.

Uma inculturação autêntica depende desses dois movimentos. Inculturação, além de ser obra da graça e do dom Espírito Santo, é também o resultado de homens e mulheres enculturados e aculturados.

Os sujeitos de inculturação da VRC são religiosos e religiosas locais que devem ter a consciência de seu processo de enculturação. Mas também são sujeitos os religiosos e religiosas exteriores à cultura que precisam ter consciência de seu processo de aculturação na cultura do outro sem a pretensão de colonizar.

Na maioria dos casos, na VRC, a aculturação é incentivada de modo inverso. Ao invés dos missionários e das missionárias de fora se aculturarem na cultura local, eles incentivam os religiosos e as religiosas nativos a se aculturarem na cultura do missionário. Isso gera uma lacuna profunda na inculturação da VRC. As culturas locais são desvalorizadas em proveito de uma cultura que se apresenta como modelo a ser universalizado.

A solução para este problema exige uma preparação prévia, que inclui a formação intelectual e psicológica para os que vão em missão em outras culturas a

fim de que possam ali identificar a presença do Deus. Esta capacitação antecipada nem sempre é priorizada. Em consequência, os missionários, ao encontrar o diferente, entram em crise porque não tem suficiente conteúdo humano para ensiná-lo e aprender com ele.

Nothomb (1998, p. 163) afirma que adquirir conhecimento, cultivar o respeito à cultura e realidade local é algo essencial que todos os religiosos e todas religiosas devem ter presente em seu apostolado.

A VRC, no encontro com as culturas, demonstra seu testemunho de inculturação se os consagrados e as consagradas, à luz do carisma de sua família religiosa, vivem na simplicidade e delicadeza, buscam rejeitar voluntariamente todo complexo de superioridade em relação à cultura e às pessoas do local, têm a sensibilidade em conhecer a história do local da missão, da comunidade, das pessoas e suas necessidades. Não há como a VRC inculturar num outro país se os consagrados e as consagradas não são preparados para fazer uma aculturação saudável. Para isso, os consagrados e as consagradas devem afastar todo tipo de preconceito ou julgamento prévio sobre as pessoas, a cultura e a realidade do local da missão. A humildade é o caminho.

Neste ponto, convém ressaltar a questão da língua falada como primeiro motor para compreender a realidade e nela aculturar. Nothomb (1998, p. 164) julga que é um erro, no contexto de uma comunidade religiosa, quando formadores e formadoras não mostram interesse para a língua dos candidatos. Isso é uma desvantagem da qual nem sempre têm consciência. Nessa lógica, a comunicação e a vida comum perdem uma certa verdade e uma certa profundidade da realidade. Nesses casos, a postura do formador não revela um processo de inculturação e repete o modelo de aculturação anteriores, cujo nome é *neocolonialismo*.

Os conselhos evangélicos no caminho da inculturação

A inculturação, pensada na VRC, pede que a consagração a Deus seja vivida no contexto sociocultural onde a vida religiosa esteja presente. Os conselhos evangélicos precisam ser entendidos pelas pessoas como um verdadeiro sinal do amor a Deus e ao próximo. Ela implica a integração dos valores culturais das diversas realidades em harmonia com o Evangelho discernindo o que é bom e verdadeiro.

Considerando o voto da pobreza, há uma intuição comum de

que somente os ricos podem se tornar pobres. Esse fato é uma chave para refletir e analisar a espiritualidade do voto da pobreza nos países pobres. Será que o voto da pobreza é uma aceitação da miséria e do sofrimento em que vive muitas famílias da América Latina e Caribe e no mundo inteiro? O voto de pobreza professado é expressão dos valores evangélicos numa opção de partilha e de solidariedade, que conscientiza os consagrados e as consagradas a se empenharem na promoção humana e do bem comum. O grande desafio, segundo o cardeal Etchegarray (apud RECCHI, 1998, p. 183) consiste em conciliar uma pobreza a combater e uma pobreza a abraçar. O voto de pobreza, num contexto de miséria, parece difícil de ser entendido como um valor evangélico ou como sinal do Reino, como um meio de libertação evangélica que opõe a miséria e sofrimento construído pelo mundo capitalista. O voto de pobreza é uma afirmação contra toda forma de miséria física, moral, cultural e espiritual. A inculturação da fé à luz da espiritualidade do voto de pobreza exige do consagrado e da consagrada o empenho no acompanhamento das realidades sociais e culturais para erradicar a miséria num espírito de solidariedade com o povo sofrido (RECCHI, 1998, p. 183).

Sob o olhar da inculturação, o voto de castidade não pode ser visto como um castigo aos consagrados e às consagradas. Uma certa teologia afirma que a relação sexual é ligada ao pecado e, por isso para manter a perfeição, é necessário evitar a relação sexual. Na maioria dos casos, é assim que se interpreta o voto de castidade. A castidade na VRC vai além da abstenção de relações sexuais. Segundo Recchi (1998, p. 183), na tradição africana, por exemplo, a castidade é uma mística própria que privilegia uma visão antropológica onde a mulher é valorizada em seu papel de mãe e a fecundidade tem um papel prioritário. De ponto de vista de inculturação da fé, a castidade é fecundidade, isto é, o compromisso na promoção humana, para que a vida possa ser respeitada em todas as suas dimensões.

Por sua vez, o voto de obediência, na ótica de inculturação da fé, não tem relação alguma entre uma escala de inferior e superior, ou seja, o chefe e o subalterno. Na VRC percebe-se grande abuso de poder na questão de voto de obediência. Na ótica de inculturação da fé, o voto de obediência tem um valor evangélico e não significa fazer a vontade do superior ou da superiora. O voto de obediência visa à libertação plena do consagrado e da consagrada como

um ser livre para servir em vista da construção do Reino. Por isso, o voto de obediência para ter eficácia precisa imprimir o seu valor cristológico e pneumatológico que leva a descobrir o sentido libertador, da dignidade da pessoa humana (RECCHI, 1998, p. 183).

A análise dos conselhos evangélicos no aspecto da inculturação mostra como esta é difícil e delicada. A inculturação é um desafio, pois ela põe em jogo a fidelidade ao Evangelho e suas exigências no encontro e na evolução das culturas. Ela, como diz Azevedo (2001, p. 61), solicita diálogo e mútua acolhida, consciência crítica e discernimento, fidelidade e conversão, transformação e crescimento.

Missão da VRC e inculturação

A inculturação da fé não tem uma fórmula ou receitas prontas que devem ser indicadas para evangelizar as culturas. Como alerta Nothomb (2014, p. 174), de tanto se discutir sobre o tema de inculturação, isso pode levar ao perigo de prever receitas concluídas para emendar os retalhos.

Azevedo (2001, p. 59) afirma que não há dúvida de que a Igreja, a partir do Vaticano II, colocou-se em estado de incultu-

ração. Segundo ele, os conceitos que nele foram usados foram e são instrumentos de linguagem bem apropriados teologicamente, pois veiculam uma concepção de Igreja como Povo de Deus.

Além disso, abordou-se também a colegialidade, valorização das Igrejas locais, dimensão dialógica e ecumênica, abertura crítico-construtiva em relação ao mundo moderno e uma nova perspectiva missionária. Nesse contexto, a missão da VRC é a de acompanhar de forma mais simples possível o enraizamento do Evangelho nas diferentes culturas.

O horizonte da missão da VRC incide na hermenêutica evangélica da alteridade, que é profundamente respeitosa diante dos mistérios e silêncio dos outros. Ela é pentecostalmente plural e profeticamente certa, na medida em que faz ressoar a palavra do profeta, com a qual Jesus anunciou sua missão: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou para anunciar a Boa Nova aos Pobres” (Lc 4, 18). A análise do mistério da salvação na lógica de inculturação é feita preferencialmente pelos sujeitos da fé a quem Jesus apontou em seus discursos axiais na sinagoga de Nazaré (Lc 4,4), no sermão da montanha (Lc 6, 20) e no que se

refere ao Juízo Final (Mt 25,31). (SUESS, 2015, p. 460).

Para Zwetsch (2008, p. 341), “assumir criticamente a relação entre o evangelho e cultura é condição para uma prática missionária que se pretenda libertadora e represente efetivamente uma nova experiência de Deus em cada contexto social ou cultural”. A missão da VRC é fazer a experiência de Deus nas diferentes culturas e isso faz parte do processo de inculturação da fé. Ela não é um ato, mas é um processo que envolve história e tempo (AZEVEDO, 2001, p. 60).

O Evangelho, nas diferentes culturas, não deve desviar do seu significado que é boa-nova, auto-manifestação de Deus na história. Por causa disso, o missionário, a missionária, ao proclamar o Evangelho, procura traduzi-lo da melhor forma possível na língua e na cultura local. As pessoas que escutam a boa notícia reagem em termos da própria língua e da própria cultura e exprimem essa resposta em seu estilo de vida, em seus rituais e suas celebrações, em sua reflexão espiritual e teológica (AMALADOS, 2005, p. 146).

Em princípio, o sujeito de inculturação são as pessoas do local e por essa razão a missão do consagrado ou da consagrada ou de qualquer missionário cristão

limita-se a acompanhar o enraizamento da boa-nova. Os consagrados têm o compromisso de fazer um processo de aculturação na busca de conhecer a cultura do outro. No entanto, é necessário cautela, principalmente se não for de seu próprio país. Também exige ajudar as pessoas do local a fazer seu processo de enculturação, isto é, introduzir as pessoas no conhecimento de sua cultura.

O Norte da missão da VRC no processo de inculturação da fé é bem elucidada nas palavras do Papa Francisco na EG (n. 12) e retomada por Suess (2015, p. 1): “os missionários têm de devolver o protagonista da missão a Deus”. Os consagrados e as consagradas, assim como todos os missionários e missionárias precisam ser convencidos de que a tarefa de converter o outro é de Jesus. O que determina o horizonte da missão na inculturação da fé não consiste em outro coisa a não ser acompanhar e ir ao encontro, realizando o que pede o Papa Francisco: “Quando se assume (....) um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções nem exclusões, o anúncio concentra-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário” (EG, 35).

Outro elemento necessário à inculturação, é que os consagra-

dos e consagradas permaneçam fieis ao carisma de seu instituto. Sem a vivência fiel do carisma do fundador ou da fundadora, haverá sempre dificuldade em inculturar nas diferentes culturas. A experiência e vivência do dom de Deus na experiência específica de cada carisma é um dom profundo que permite expressar o amor de Deus revelado em Jesus (NOTHOMB, 2015, p. 174).

Considerações finais

Depois do percurso feito, vários elementos podem ser considerados como importantes para a inculturação da VRC. Esta é necessária porque cada instituto tem a finalidade de divulgar o carisma de seu fundador ou da sua fundadora em culturas diversas. É uma missão que demanda enraizamento do Evangelho nas diferentes culturas. Não é uma missão que requer substituição das culturas pela cultura ocidental.

A missão da VRC relacionada à inculturação da fé é perguntar, a partir das realidades socioculturais-eclesiais concretas às quais querem servir apostolicamente segundo a índole de seu carisma e de sua tradição espiritual, como desenvolver formas de vida, de ação e comunicação apostólica que, efetivamente, respondem a essas realidades. Fundamental-

mente, superar a cova do neocolonialismo globalizado sendo fiel ao carisma de seu fundador ou de sua fundadora.

Os princípios de inculturação constituem elementos fundadores cujo processo evolui qualitativamente. Um novo modelo de ser Igreja surge a partir desses alicerces. Esse novo paradigma influencia a VRC no seu modo de pensar e agir no encontro com a alteridade.

O encontro é a categoria fundamental da inculturação. É um encontro de pessoal a pessoa. Nesse encontro o que está em jogo é a doação e o amor. Na VRC esse encontro acontece com a pessoa de Cristo, no próximo e na experiência de multiculturalidade. O encontro como categoria de inculturação é reflexo da Santíssima Trindade que apesar da diferença é portadora da unidade. Uma autêntica visão de inculturação precisa ter como modelo a Santíssima Trindade. Inculturação é um caminho à santidade que exige ascese, oração e o martírio. A VRC, ao encontrar-se com outras culturas, tem a vocação de visibilizar uma comunhão e uma unidade criada a partir das diferenças. A vida religiosa consagrada tem a missão de ser fermento nas diferentes culturas.

A inculturação como nova forma de fazer teologia interpela a

missão da VRC a partir do chão onde pisa e não segundo os dados universais supostamente válidos para todos. Seja qual for o seu carisma, no seguimento de Jesus, a VRC tem o compromisso de promover e desenvolver traços que corresponda às condições de vida e aos costumes locais. Ela não existe fora do mistério complexo que é a inculturação da fé. Esta última faz parte da essência da encarnação e vivência do carisma de cada instituto à vida religiosa consagrada em várias culturas.

A razão de ser da inculturação é entender a missão cristã nas diferentes culturas principalmente naquelas vistas como não cristãs. Em vista de superar os modelos de neocolonialismo, é necessário que a VRC esteja atento a sua missão de inculturação da fé que a convida a ser sinal da presença de Deus nas distintas culturas. Não basta o encontro de culturas, a interculturalidade. Não há Páscoa sem Natal. Para chegar à redenção, é preciso passar pela encarnação, pela inculturação.

Precisamos passar do colonialismo para um modelo de discipulado mútuo ou sinodal a serviço do reino de Deus. A inculturação da fé requer uma vivência fiel aos valores evangélicos nas diferentes culturas. Vivência fiel que requer o seguimento de Jesus na

ótica do fundador ou da fundadora de cada instituto. Isso é recordar o porquê da existência de sua congregação ou da sua ordem. Essa meta requer a ocupação de cada consagrada em missão e no encontro com a alteridade.

Inculturação da fé é um caminho de discernimento cultural,

espiritual e um processo de conhecimento pedagógico da cultura como veículo real ou potencial da fé. O desafio da inculturação há de ser acolhido pelas pessoas consagradas como apelo a uma fecunda cooperação com a graça na aproximação às diversas culturas.

Para dialogar em comunidade:

1. Como tem sido, na história da nossa instituição, relação entre o carisma e as culturas onde nos fizemos presentes?
2. Como vivemos, na atualidade da congregação, a experiência de vivermos juntos/as, pessoas de diferentes culturas?
3. Que passos podemos dar para inculturar nosso carisma na realidade onde vivemos?

Referências

AMALADOS, Michael. Juntos rumo ao Reino: Teologia asiática emergente. In: GIBELLINI, Rosino. **Perspectivas teológicas para o século XXI**. Santuário, 2009, p. 133-149.

AZEVEDO, Marcello. **Comunidades eclesiais de Base e Inculturação da fé**: A realidade das CEBs e sua tematização teórica, na perspectiva de uma evangelização inculturada. São Paulo: Loyola, 1986.

BAYILI, Blaise. **Le concept d'inculturation: problematique d'un terminologie theologique**. Paris: L'Harmatan: 2014.

BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Leonardo. **Nova Evangelização**: Perspectiva dos oprimidos. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHARLES, Wilner. **Inculturação da fé**: perspectivas históricas, culturais e religiosos dos afro-haitianos. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teologia. Porto Alegre: PUCRS, 2023.

CELAM. **Documento de Aparecida**: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.

- FRANCISCO Papa. **Evangelii Gaudium**. Exortação Apostólica sobre o Anúncio do Evangelho no Mundo Atual. São Paulo: Paulus, 2013.
- MIRANDA, França Mario de. Inculturação da fé e sincretismo. **REB**, v. 60, fasc. 238, 2000.
- MIRANDA, Mario de França. **Inculturação da fé: uma abordagem teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- NOTHOMB, Dominique. L'inculturation de la consacrée. In: **Vie consacrée**. Mai, 1998, n.3, p. 160-175. Disponível em: <https://vies-consacrees.be/sommaires/tome-70-annee-1998/volume-3/articles/la-vie-consacree-a-la-rencontre-des-cultures.html#:~:text=L'inculturation%2C%20comme%20le%20Synode,%2C%20l'organisation%20des%20Instituts>. Acesso em: 25/10/2023.
- NSAPO, Sylvain Kalamba. Tendências atuais da teologia africana. In: GIBELLINI, Rosino. **Perspectivas teológicas para o século XXI**. Santuário: 2009, p. 101-132.
- OTTEN, Alexandre. Inculturação como seguimento de Jesus Cristo. In: ANJOS, Márcio Fabri dos. **Inculturação desafios de hoje**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 49-79.
- RECCHI, Silvia. La vie consacrée à la rencontre des cultures. Em: **Vie consacrée**. Mai, 1998, n. 3, p. 176-186. Disponível em: <https://vies-consacrees.be/sommaires/tome-70-annee-1998/volume-3/articles/la-vie-consacree-a-la-rencontre-des-cultures.html#:~:text=L'inculturation%2C%20comme%20le%20Synode,%2C%20l'organisation%20des%20Instituts>. Acesso em: 25 out. 2023.
- SUESS, Paulo. Evangelização e Inculturação: Conceitos, questionamentos, perspectivas. In: ANJOS, Márcio Fabri dos. **Inculturação: desafios de hoje**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 19-47.
- SUESS, Paulo. **Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros: Ensaios de missiologia**. São Paulo: Paulus, 1995.
- SUESS, Paulo. Interculturalidade, interculturação, inculturação. Apontamentos a partir do dossiê sistemático e histórico em vista de uma missão pós-colonial. In: **Modelos Pastorais**, v. 75, n. 298 (2015). Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/343/327>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- TEIXEIRA, Faustino. Inculturação da fé e pluralismo religioso. **RELAMI**. Disponível em: https://www.missiologia.org.br/wp-content/uploads/cms_artigos_pdf_45.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.
- ZWETSCH, Roberto E. **Missão como com-paixão: por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana**. Sinodal, 2015.

“ESSES VENTOS SAGRADOS QUE ME TOMAM”: ELEMENTOS PARA UMA TEOLOGIA DA VRC À LUZ DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANA

Irmão Jólson de Souza Toledo, fms¹

Resumo: Ao olhar os desafios que consagrados e consagradas enfrentam na terceira década do séc. XXI, a 26ª AGE nos propôs uma caminhada para “Ressignificar a Vida Religiosa Consagrada numa Igreja sinodal”. Negros e negras temos um arcabouço cultural e religioso que pode ser acionado. O presente artigo busca contribuir apresentando elementos de uma teologia da consagração à luz da ancestralidade presente nas religiões de matriz africana. Após apresentar uma breve contextualização de implicações e motivações, o autor versa sobre a consagração como uma experiência de ser tomado/a pelo sagrado com as implicações decorrentes. Consagração, pertencimento, compromisso, paixão, temporalidade e esperança são perspectivas que perpassam o texto. Sem a pretensão de esgotar o debate o artigo quer ser uma contribuição para vivências e diálogos que nos permitam a cada dia nos deixar guiar “por esses ventos sagrados que nos tomam”.

Palavras-chave: Consagração; Africanidade; Religião.

¹ Irmão Marista. Doutorando em Teologia. Membro da Equipe Interdisciplinar da CRB Nacional. Endereço para contato: mistagogo@yahoo.com.br

Introdução

Há muitos anos vi uma postagem numa rede social de uma prima minha com a frase: “estes ventos sagrados que me tomam”. Fui tomado pela profundidade destas palavras, mais que categorias teológicas, temos nela uma verdadeira profissão de fé. Neste caminho, o pequeno artigo que agora você lê, tem a ambição apenas de partilhar e provocar diálogo com expressões das religiões de matriz africanas para refletir sobre algo que nos ultrapassa o entendimento: a consagração na Vida Religiosa Consagrada (VRC). Mais do que apresentar conceitos robustos, nestas linhas você encontrará uma partilha de um irmão, um companheiro de estrada no discipulado de Jesus e na certeza de que “outro mundo é possível”, mas que também “outro jeito de ser VRC” é possível.

Peço emprestado o vigor das tradições afro-brasileiras para a tarefa inquietante de expressar a experiência da consagração de forma que seja inelegível e relevante para nossos contemporâneos. Seguindo os costumes das matrizes afro-brasileiras peço a benção aos meus mais velhos e aos mais novos para começarmos esta conversa.

Se por um lado a VRC teve que se valer de categorias europeias e

canônicas para ganhar cidadania na Igreja, também este percurso histórico nos delimitou de tal forma que muitos discursos oficiais são, por vezes, pouco empolgantes e gastam mais energias em apresentar formas, consequências e oposições do que abordar o fundamental. Não dão conta de dizer quem somos, por que somos e o que amamos. A vivência arrebatadora nas margens do cristianismo oficial, nascida dos primeiros séculos da era cristã, ao se “oficializar” perdeu de tal forma parte do seu vigor que, no decorrer dos séculos, sempre precisamos voltar ao “primeiro amor” (Ap 2,4).

O pós-concílio deixou uma tarefa que as congregações têm tomado com afinco, mas o atual estado de coisas mostra que estamos longe de concluir, muito pelo contrário, estamos apenas iniciando uma longa caminhada. O que por vezes falamos da consagração apresenta a vida religiosa como bonita, mas nem sempre inteligível, respeitada, apaixonante, admirada ou atrativa. O binômio “ser” e “fazer” pode ficar bem colocado em retiros, capítulos ou casas de formação, mas não tem dado conta de sustentar a busca espiritual no cotidiano atarefado e nas inúmeras urgências que pauta a vida de muitos consagrados e consagradas. É como se faltassem palavras para dizer

o que sentimos, somos e amamos. Talvez a consagração seja uma experiência tal que só possa ser expressa por analogias. Então, é urgente construirmos nossas sínteses e analogias, mesmo que provisórias.

Em tempos em que alguns, até em nosso meio, não se escandalizam com discursos sobre a “terra é plana”; num momento em que a vida aparece ameaçada de forma nunca vista no planeta, numa época em que muitos leigos e leigas fazem com maestria serviços que há 50 anos majoritariamente eram nossos; neste tempo em que o Papa Francisco nos convoca para uma Igreja pobre e para os pobres, a convocação que o Espírito nos faz através da 26ª Assembleia Geral Eletiva (AGE) da CRB nacional: “Ressignificar a VRC numa Igreja sinodal” emerge como uma realidade premente e arrebatadora.

Para contribuir neste debate, após uma breve contextualização, tomo três expressões para buscar pensar a Vida Religiosa Consagrada: “Estes ventos que me toam”; “Quem aluga São Miguel não tem hora pra deitar”; “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que ele só jogou hoje”. Com elas gostaria de pensar esboços de uma teologia da consagração a partir da ancestralidade de pulsa nas religiões de matrizes

africanas. Contudo, as mesmas apresentam somente alguns aspectos da cosmovisão das religiões de matrizes africanas dando a este artigo a possibilidade de ser um humilde passo e demandando a continuidade das reflexões e partilhas sobre o assunto. Por fim, trazemos elementos para continuarmos a conversa.

Contextualizando

Sou um filho do catolicismo popular sincrético das periferias do Rio de Janeiro. Cresci ouvindo meu pai contar estória de uma tia dele, umbandista, que atendia numa região onde hoje passa a Estrada Grajaú – Jacarepaguá, no bairro Engenho Novo na zona norte do Rio de Janeiro. Uma parte da família da minha mãe, que mora em São Gonçalo - RJ, continua no candomblé Nação Angola da raiz Tumba Junsara. Durante a infância fui cotidianamente a terreiros e dos 9 aos 13 frequentei assiduamente uma casa de umbanda². Minha irmã é ekedi³

² Religião nascida da combinação de elementos do candomblé, do catolicismo popular, do kardecismo e de tradições indígenas.

³ *Eledi* é um termo para designar um cargo no candomblé *ketu*. São mulheres que incorporam escolhidas pelo orixá para uma função de autoridade no Terreiro. Este termo também tem sido utilizado em alguns terreiros de umbanda para mulheres com cargo similares.

de uma casa de umbanda na zona oeste do Rio. A frase que dá origem a este artigo é uma prima com mais de 25 anos de iniciada. Acredito que a ancestralidade que nos atravessa pode ser um caminho nesta jornada de apresentar “a razão da nossa esperança” (1 Pd 3,15).

Digo isto para sinalizar que as religiões de matrizes africanas na minha vida, como de alguns consagrados e consagradas, faz parte da busca do sagrado e precisa ser integrada em nossa caminhada de discípulo de Jesus. Gosto de dizer que para mim um terreiro de umbanda é como casa de vó: “Não é minha morada hoje, mas um espaço que me sinto em casa e me traz boas lembranças”.

(Re)pensar a VRC de forma sinodal é um convite a todos e a todas, pois o que toca a vida de todos deve ser pensado por todos. Cada estilo de vida deve se repensar e contribuir com os outros em seus processos. Todos os que estamos na VRC a partir de nossas experiências étnicas, culturas, eclesiais precisamos dar nossa contribuição. Dizer o “significado” de ser consagrada e consagrado a partir daquilo que nos toma, nos atravessa, nos constitui.

A intuição fundamental deste artigo nasce de uma experiência. Foi o primeiro pulsar, encanto e

alento. Apresentou-se publicamente pela primeira vez numa conversa de casa de formação, anos depois retomada entre coirmãos e agora teclada/redigida para ser partilhada com um público maior. Djalma Sábua, sambista histórico do Salgueiro,⁴ dizia que um bom samba “nasce no coração, passa pela cabeça e sai no papel”. Assim, com gosto de uma boa batucada e no contexto de um negro oriundo da periferia do Rio de Janeiro nasce este artigo.

“Esses ventos sagrados que me tomam”: (re) pensando a consagração à luz da ancestralidade

Influenciados pelo mundo mais secularizado, temos utilizado frequentemente a expressão “escolha” para tratar da VRC. Por mais que ela se afine com boa parte de nossos contemporâneos nela reside uma cilada. Contudo, nossa sensibilidade contemporânea não fica à vontade com a ideia de perfeição e a perspectiva da sinodalidade não tolera uma visão exclusivista, ou que coloque a VRC num patamar de superioridade. Então o que fazer para dizer a outros quem somos?

⁴ Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro situado no Morro do Salgueiro na Tijuca.

As religiões de matriz africana têm em suas especificidades a experiência da “incorporação”. Nestas religiões alguns de seus adeptos fazem a experiência de serem “tomados” pelo sagrado. Em alguns, o mistério que rege a vida toma o corpo e a dança. Em outras, entidades e espíritos se manifestam, cantam e dançam, bebem e dialogam, orientam e abençoam. O sagrado está ali de forma que se pode tocar. Os atabaques, tocados por corpos, também tocam nossos corpos. O sagrado se faz um com seus filhos e na beleza de uma ritualística sem igual, uma história é cantada e dançada. Uma literatura sagrada é cantada e proclama quem nós somos, o que é a vida e como o sagrado nos atravessa. Ao contemplar esta maneira de vivenciar o sagrado, nos perguntamos de que forma ela poderia iluminar uma reflexão sobre a consagração que seja relevante para a contemporaneidade.

Talvez mais que uma “escolha”, nós consagrados e consagradas podemos dizer que há “um vento sagrado que nos toma”, que a consagração antes de ser uma opção é uma experiência de ser tomado pelo mistério, um mistério que irrompe em nossa vida de forma transbordante. Tomados por um amor que nos convida a amar, que quer amar em nós e através de nós. Quando nos perguntam so-

bre nossa caminhada vocacional, costumamos contar uma história e nela apresentamos fatos e sentimentos lidos a partir da fé. Nesses Deus nos falou. O mistério nos quis, nos fez seus para a vida de outras pessoas.

A consagração seria um permitir que Deus tome sua vida. É fazer uma experiência de não pertencimento. A profissão pública do que chamamos “conselhos evangélicos” seria uma profissão de fé que pede inteireza, que toca todas as dimensões de nossa vida, em especial nosso jeito de amar (castidade), nosso jeito de escolher (obediência), nossa consciência de fragilidade e justiça (pobreza). Uma declaração de um algo anterior a nós mesmos e que nos atravessa. Sim, fomos tomados e tomadas pelo mistério. Um dia, dentro da história, nos gritos de pequenos e marginalizados, em rostos, nomes e endereços, o sagrado nos “tomou” de tal forma que é Ele que rege nossa vida, a Ele cultuamos e a partir de nós ele quer comunicar vida em várias situações.

Nossa missão seria fruto de uma experiência “irresistível”, de um amor maior do que nós. Uma congregação religiosa seria então um estilo de vida organizado pedagogicamente para proporcionar, cultivar, fomentar, tal experiência. Aqui reside um desafio para nossas congregações e províncias.

De um lado, precisamos render graças a Deus por pessoas que na VRC tivemos a graça de conviver e conhecer. Pessoas de uma entregadura humana que testemunham que, quanto mais o sagrado “se apossa” de nós, mais “gente” nos tornamos e vice-versa. Contudo, parece que em vários momentos falhamos e nossas estruturas têm sido mais eficientes para gerar paróquias, colégios, hospitais, projetos sociais e humanitários de que gerar e nutrir “vida com sabor de Evangelho”. Sem isso corremos o risco de entrar em colapso, não porque somos poucos ou frágeis, mas se deixarmos de assumir essa fragilidade. A comunidade lucana foi dura ao falar de vigor evangélico com a imagem do sal, pois “se o próprio sal perder o sabor com que se há de salgar? Não presta nem para a terra, nem para o esterco” (Lc 14, 34-35).

Assim como na iniciação no candomblé, acredita-se que algo plantado em nós, de forma que esta “energia” que rege minha vida possa “aflorar” no que chamamos “incorporação” e se fazer um com meu corpo e consciência, também nós, consagradas e consagrados, a partir do que chamamos processo formativo, em especial o noviciado, seríamos cuidados, cultivados para permitir que o sagrado que habita em nós tome nossos corpos e consciências e (re) vitalize espaços, iniciativas e lu-

gares. Mas é preciso sempre cultivar. Um iniciado nas religiões de matriz africana tem uma série de hábitos, fazeres e também interditos para cuidar do sagrado que lhe rege. Como você e eu cuidamos do sagrado que nos tomou?

Quem já foi a um terreiro de umbanda e viu a manifestação de uma entidade se deparou com algo encantador. Na visão dos que processam esta fé, estes espíritos se manifestam para fazer caridade. Tomam o corpo de seus médiuns e junto com eles formam algo único a serviço da vida. O que tal experiência pode nos inspirar? Também nós, consagrados e consagradas, somos chamados a permitir que esta “consciência”, que na fé cristã chamamos de Espírito Santo, toque nossas vidas, nossos corpos, nossos pensamentos de tal forma a configurar algo único, um instrumento a serviço da vida.

“Quem aluga são Miguel não tem hora prá deitar”: zelo apostólico como um elemento constitutivo da VRC

Em minha infância lembro de duas tias (na verdade uma amiga de meu pai e sua irmã) que trabalhavam com duas pretas velhas e um preto velho. Eram trabalhadoras da área dos serviços gerais,

trabalhavam intensamente durante a semana e nos finais de semana eram procuradas pelas pessoas para uma consulta com suas entidades. Quando chegavam na casa delas eram sempre acolhidas com um café, uma conversa acolhedora e depois elas iam colocar “os velhos em terra”⁵. E, em meio à conversa, muitas vezes com um ar de cansaço da semana, vinha a expressão: “quem aluga São Miguel não tem hora prá deitar”. Recentemente ouvi minha irmã utilizando esta expressão também.

Um elemento marcante na VRC é que fazemos grande e pequenas coisas devido a um compromisso espiritual. Este se manifesta em posturas, iniciativas, engajamentos. O quê e como um religioso ou uma religiosa faz, testemunha, ou não, com quem está comprometido. A comunidade joanina ao entender isso colocou em meio as narrativas da ressurreição uma pergunta de Jesus a Pedro que é dirigida aos discípulos e discipulas de todos os tempos: “tu me amas?” (Jo 21,15-18). O jeito de ser, viver e fazer de um consagrado e uma consagrada demonstra a “medida do nosso amor”.

Um consagrado, uma consagrada é alguém comprometido de um jeito que este compromis-

so vai configurando todo seu ser, crer e viver. Quando alguém se aproxima de uma pessoa consagrada deveria poder experimentar um traço do jeito com que Deus ama. Precisamos, sim, organizar as agendas, ter tempos de descanso, “recarregar as baterias”, mas os “aposentados de 30 e 40 anos”, os que “não são capazes de amar”, os que não se comprometem com nada, são um escândalo diante do povo de Deus. Fora de um compromisso apaixonado, a vida religiosa apostólica não é inteligível. Não somos comunidade terapêuticas. Não entramos na vida religiosa para sermos servidos. Somos um estilo de vida configurado para impregnar a vida de quem convive conosco e daqueles que servimos pelo Evangelho.

Nossos fundadores e fundadoras foram tomados pelo amor a Deus e pela humanidade. Sentiram-se tocados de tal forma por um aspecto ou um destinatário do amor de Deus que se sentiram chamados a conformar seus dias com este amor. A VRC é uma grande experiência de amor: o que, como, onde e tudo quanto fizermos é um jeito de expressar esse amor. A VRC é lugar de um amor com inteireza, capaz de risco, de empenho, de suor. Talvez alguns, ao ler este texto, estejam pensando: cuidado com o ativismo. Sim, ele é um risco. Contu-

⁵ Expressão utilizada em algumas tradições para falar da incorporação.

do, escapamos dele não só com o descanso, mas também com o sentido. Fora da dinâmica “perder a vida para ganhar” (Mc 8,34-38; Mt 16, 24-28; Lc 9, 23-27), não há sentido cristão possível. Nossa profissão religiosa pode se tornar um reduto para a falta de coragem de encarar a vida, de não amar de verdade, de escolher com a responsabilidade, ou seja, a negação do que afirmamos sobre nós mesmos.

“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que ele tacou hoje”: uma temporalidade esperançosa

Dentre as expressões das religiões de matrizes africanas que encontram eco no movimento negro e em alguns espaços da pedagogia encontramos a que diz que: “exu matou um pássaro ontem com uma pedra que ele só jogou hoje”. Muito grupos que sonham mudanças sociais têm refletido ao redor esta expressão. Não deveria estar a VRC entre os segmentos da sociedade que acreditam estar construindo mudanças?

Quando olhamos as congregações religiosas vemos que, nos últimos anos, pessoas delas saíram por vários motivos e precisamos confessar que algumas permanências também nos desafiam.

Alguns, antes de sair, viveram bonitos discernimentos. No entanto, em vários casos, precisaríamos refletir sobre o fato de que algumas saídas não foram consequência de “falta de vocação”, mas aconteceram simplesmente porque irmãos e irmãs não deram conta de algumas situações entre nós. Entre estas, o desafio da inércia que, por vezes, marca nossas congregações. Por inércia quero dizer aquela sensação que, por mais que se faça e se escolha, não há o que fazer... Nada muda! Passam os capítulos provinciais e gerais, temas são levantados, projetos são apresentados, mas parece que “as coisas não mudam”. Há, entre vários consagrados, um cansaço dos jogos de poder e disputas de “pequenos” grandes poderes. Para ficar só em algumas “incoerências nossas de cada dia”.

Dentro da tradição Yorubá, Exu é um princípio de mudança, de comunicação, mas também é um sinal de contradições e de empoderamento. Para alguns de nós, viver a consagração de um jeito que não agrida a nossa saúde mental, exige desenvolver uma temporalidade kairológica, esperançadora. É preciso escapar da inércia com uma profissão de fé no mistério. Sim, de uma forma que ultrapassa nossa capacidade de compreensão, acreditamos que é possível mudar. Tudo pode mu-

dar. Posso não saber o como. Mas o Filho do Homem é capaz de abrir o livro como afirmou a comunidade que redigiu o livro do Apocalipse (Ap 5,1-5). Vivenciar a VRC de forma saudável e apaixonante no século XXI, pede uma retomada de nossa fé na providência tal qual a viveram nossos fundadores e fundadoras.

Desenvolver uma nova temporalidade é professar que “para Deus nada é impossível” (Lc 1, 37). É nos lançarmos no mistério que nos ama e continuar a andar. É acreditar que, quando damos o passo, Deus dá o chão. Esta postura, presente nas religiões de matriz africana e também expressa na tradição cristã, pode ajudar àqueles e àquelas a quem cabe, neste momento da história, viver a consagração e desenvolver trajetórias e iniciativa que transbordem de esperança. Não a partir de nossas forças e projetos, mas a partir da certeza do mistério que nos envolve e nele e por ele mesmo em nossos fracassos e tropeços a vida vence a morte.

Conclusão

Com este artigo tinha tão somente a pretensão de apresentar elementos para um esboço de uma teologia da VRC em diálogo com as religiões de matriz africana. Uma teologia da vida religio-

sa que beba de nossa ancestralidade. É mais uma partilha de alguém que busca, em meio a suas incoerência e tropeços, viver a consagração do que uma sistematização de conceitos e categorias teológicas. É uma contribuição ao debate.

Vivemos tempos desafiadores que demandam religiosas e religiosos buscadores de Deus, pessoas tomadas pelo mistério. Neste aspecto, as religiões de matriz africana têm elementos para nos ensinar. Neste processo de ressignificar a VRC numa Igreja Sinodal, para nós negros e negras e para tantos que servem nosso povo, a ancestralidade pode ser um caminho.

Nossas fundadoras e nossos fundadores foram antes e acima de tudo, mulheres e homens que se deixaram conduzir pelo mistério, que permitiram nas suas vidas, seus esforços e suas iniciativas fossem espaços para que Jesus fosse conhecido e amado. Elas e eles permitiram que o amor de Deus por todos, a partir dos últimos, fosse testemunhado.

Em casas de umbanda que eu frequentava na infância e adolescência na Baixada Fluminense, havia um ponto que se cantava em gira de Preto-velho que dizia assim: “Aí eu plantei cana de meia; aí eu plantei canavial.

Cana de meia não deu lucro, sinhá dona. Oi deixa umbanda melhorar". Empenhados com tudo o que temos e somos, reconhecendo a limitação de nossos esforços, diante dos desafios que temos em frente, vamos buscando caminhos de "deixar" Deus nos guiar. Nossa tarefa é tão somente permitir, dar passagem, a "esses ventos sagrados que nos tomam" para que Deus ame, a partir de nós, como

vivenciaram tantos consagrados e consagradas antes de nós. Com isso poderemos ressignificar a VRC em nós, para das fôlego novo a iniciavas, para "sacudir a poeira" de estruturas. Neste ponto, as religiões de matriz africana têm algo a nos ensinar e este artigo que você acaba de ler teve tão somente a intenção de reconhecer alguns traços de um jeito de ser consagrado e consagrada que a ancestralidade nos aponta.

Para a conversa em comunidade:

1. O quê, para minha caminhada de consagrado/a, é ser tomado/a pelo mistério? A que escolhas, pessoas, lugares tal postura me leva?
2. Há outras expressões vivenciais relacionadas às religiões de matriz africana que podem iluminar nossa caminhada de consagrado/a?
3. Que intuições emergiram da leitura deste artigo? Com quais pessoas gostaria de partilhar? O que podemos sonhar juntos/as?

Referências

- CHITTISTER, Joan. **Fogo sob as cinzas**: uma espiritualidade da vida religiosa contemporânea. São Paulo: Paulinas, 1998.
- RAMOS, Danielle de Cassia Afonso; SEPULVEDA NETO, Manuel Jesus Guerra. "Exu matou um passáro ontem com uma pedra que só jogou hoje": caminhos para uma educação antirracista no Distrito Federal. **Revista Calundu**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2021, p. 65-77.

RECORTE DE RAÇA E NOSSOS CARISMAS: INQUIETAÇÕES PROVOCANTES SOB O OLHAR DE *BELL HOOKS*

Irmã Talita Angélica da Silva Santos¹

Resumo: O período escravocrata brasileiro deixou muitas heranças, que reverberam hoje na nossa sociedade. Para compreendê-las, precisamos olhar o passado, compreender as heranças e tocá-las, corajosamente. A escritora negra norte-americana *bell hooks*, estudiosa da população negra, nos ajuda a olhar as feridas do passado, compreender suas nuances e a dar saltos de esperança no presente, no desejo de construirmos uma sociedade antirracista. Dessa forma, percebemos que a leitura dos nossos Carismas Congregacionais precisa ter um recorte de raça. A via é sempre da abertura, do conhecimento recíproco das nossas diversidades e do diálogo, na construção de uma comunidade mais amorosa.

Palavras-chave: População negra; Racismo; Carismas; Vida comunitária.

Introdução

Desde maio de 2020, com o homicídio de George Floyd em Minnesota, nos Estados Unidos, a luta contra o racismo ganhou um novo

acento. Um homem negro de 46 anos assassinado numa abordagem por um policial branco, gerou indignação e luta. Com o lema “Vidas negras importam”, um novo capítulo foi iniciado, abrindo nos-

¹ Religiosa do Instituto Irmãs de São José. Endereço para contato: irtalitangelica@gmail.com

dos olhos para as pequenas doses racistas no nosso cotidiano. Uma pena que elas não sejam pequenas.

No Brasil, as atitudes racistas foram sendo noticiadas com mais frequência e a visibilidade de escritoras e escritores que trabalham a temática racial em nossa sociedade ganhou novo impulso e vigor, ajudando-nos a identificar o racismo tão estruturado na nossa sociedade.

É o professor Silvio Almeida, atual ministro dos Direitos Humanos, quem nos ajuda a entender o termo racismo estrutural: “É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2021).

Os dados divulgados cada vez mais confirmam e apresentam o recorte da população negra:

- Mães solo: 90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são negras; (FGV, 2023)
 - Maior índice de desemprego: 11,3% entre os que se autodeclaravam pretos, 10,1% entre os pardos e 6,8% entre os brancos; (IBGE, 2023)
 - Assassinatos: em 2022, a cada 100 pessoas assassina-
- das no Brasil, 78 eram negras; (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022)
 - Prisões: 97,5% da população prisional em 2021 era negra; (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022)
 - Violência de gênero: 43,3% das mulheres que sofrem assédio são negras; (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022)
 - Fome: um problema que atinge um quinto das famílias chefiadas por pessoas auto-declaradas pardas e pretas no Brasil (20,6%). Esse percentual é duas vezes maior quando comparado ao de famílias comandadas por pessoas brancas (10,6%); (CARDOSO, 2023)
 - Menos assistência médica: No Brasil, por exemplo, um recorte feito pela PUC do Rio de Janeiro mostrou que a infecção pelo novo coronavírus matou 55% dos negros contaminados em 2020. Entre os brancos, o índice foi de 38% (FELIX, 2023). Em relação ao parto, somente 27% das negras tiveram acompanhamento, ao contrário das brancas que somam 46,2%, além de outras desigualdades como quando se trata

de anestésias, e informações pós-parto, como aleitamento materno, conforme dados do Ministério da Saúde em 2014 (MACÊDO, 2018);

- Menos acesso à Educação: Em novembro de 2020, 6,8% dos estudantes brancos de 6 a 17 anos não tiveram aulas presenciais e não receberam atividades escolares. Esse percentual foi de 13,5% para os pretos e de 15,2% para pardos. Entre aqueles que não tiveram atividades presenciais e fizeram ao menos parte das atividades escolares recebidas em limitações de carga horária (menos de cinco dias semanais e de duas horas diárias), a proporção de estudantes brancos também foi inferior à de pretos ou pardos (IBGE, 2022);
- Menos acesso à terra: Proprietários pretos (13,7%) e pardos (58,0%), somados, são ampla maioria entre aqueles que têm estabelecimento com menos de um hectare. Já entre os proprietários de estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, os brancos representavam 79,1%, ante 17,4% dos pardos e 1,6% dos pretos (IBGE, 2022);
- Política: Dentre a população que se declara negra ou par-

da, entre 1999 e 2020, 55,3% atuaram no âmbito municipal, 30,1% na esfera estadual e 14,6% no domínio federal (IPEA, 2021).

São tantas informações, tamanha desigualdade, tanta violência que impacta a cada pessoa. Ser preta, preto, no Brasil, é dolorosamente doloroso, com toda a redundância das palavras.

Para compreender este contexto atual, precisamos retornar ao passado. Não podemos esquecer que, no “continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro” (IBGE, 2000). Pessoas que foram escravizadas, retiradas de seu território de maneira violenta, transportadas de maneira insalubre e tratadas de forma desumana. O Brasil se expandiu sob muita violência, sangue e dor da população negra.

Contudo, houve resistências, lutas, formação de comunidades quilombolas, abolicionistas e pessoas escravizadas que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil. A lei Áurea foi promulgada, mas não foi o ponto final do processo escravocrata:

A campanha que culminou com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi a primeira manifestação coletiva a mobilizar pessoas e a encontrar adeptos em todas as camadas sociais brasileiras. No entanto, após a assinatura da Lei Áurea, não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado. Esta é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Uma chaga que o Brasil carrega até os dias de hoje. (MARINGONI, 2011).

Não podemos esquecer as consequências da abolição da escravidão no nosso país, como relata o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), em um livro clássico, chamado *A integração do negro na sociedade de classes*:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. (...) Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (2008, p. 29 e 35).

Temos, enfim, um ambiente propício para a desigualdade racial e as diversas expressões do racismo. Segundo dados do IBGE

na sociedade brasileira do século XIX, havia um ambiente favorável ao preconceito racial, dificultando enormemente a integração do negro. De fato, no Brasil republicano, predominava o ideal de uma sociedade civilizada, que tinha como modelo a cultura europeia, onde não havia a participação senão da raça branca. Esse ideal, portanto, contribuía para a existência de um sentimento contrário aos negros, pardos, mestiços ou crioulos, sentimento este que se manifestava de várias formas: pela repressão às suas atividades culturais, pela restrição de acesso a certas profissões, as "profissões de branco" (profissionais liberais, por exemplo), também pela restrição de acesso a logradouros públicos, à moradia em áreas de brancos, à participação política, e muitas outras formas de rejeição ao negro. (2000).

Apesar das inúmeras tentativas de reparação histórica, em iniciativas que aquecem o nosso coração, principalmente apresentadas pelos governos de cunho mais populares – tendo uma das mais conhecida, discutida e criticada, a ação afirmativa de cotas raciais nas universidades e concursos públicos – não podemos negar uma verdade: ainda temos

uma herança muito forte do período escravocrata brasileiro. A herança escravocrata aqui está em mim, em você, em grandes ou pequenos comportamentos.

Uma mirada a partir do olhar de *bell hooks*

bell hooks é uma das mais importantes intelectuais feministas negras da atualidade. Nasceu em 1952 em Hopkinsville, Kentucky, no sul dos Estados Unidos. Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou a escrita do nome da sua avó com letras minúsculas como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. Foi estudante, professora, escreveu mais de trinta livros sobre questões de raça, gênero e classe, educação, crítica de mídia e cultura contemporânea. Faleceu em 15 de dezembro de 2021, deixando várias provocações que perpassam os nossos horizontes de população negra no mundo.

É *bell hooks* que nos inquieta sobre a nossa herança escravocrata quando escreve:

A dominação e a subjugação de negros por brancos no passado e no presente incitam memórias de vergonha, mergulhando pessoas em um silêncio profundo

que precisa ser quebrado se quisermos, um dia, criar em nossa terra natal um ambiente onde o racismo não nos machuque nem deixe suas marcas todos os dias. (2022, p. 213).

Nossa história incita memórias, traz heranças, modos de ler e ver o mundo e suas realidades por lentes diferentes. Ainda é *bell hooks* quem afirma:

Quando os negros discutem esse assunto, eles geralmente se referem à escravidão, o que parece para muitas pessoas, inclusive para os negros, como algo que aconteceu há tanto tempo atrás que não deveria realmente afetar muito o presente. Ela afeta o presente porque muitas das dificuldades psicológicas que os negros enfrentaram durante a escravidão e, no final, simplesmente não foram abordadas e porque muito do trauma brutal experimentado como resultado do ataque à supremacia branca continua ocorrendo hoje sob diferentes formas. (2020)

Não podemos, como relata *bell hooks* (2022, p. 118) “negar o legado traumático ainda presente”, mas devemos “reconhecer que os negros submetidos à dor da exploração e da opressão racistas podem estar traumatizados. E que, mesmo depois do fim dos incidentes, as vítimas sofram de estresse pós-traumático”, repassado de geração em geração.

A mesma autora nos dá algumas sinalizações sobre essas heranças ancestrais da população negra:

Como estratégia de sobrevivência, muitos indivíduos de grupos oprimidos aprendem a reprimir ideias, especialmente aquelas consideradas opositoras. Muito do que dizemos se endurece e é contido pelo medo de dizermos o que pode ser considerado ‘errado’, e o que constitui ser errado é possibilidade de punição. Dizer a coisa errada podia levar à punição severa ou à morte. Esse padrão de expressão contida ainda continuou muito tempo depois do fim da escravidão. Uma vez que a opressão racial permaneceu como norma social, pessoas negras ainda percebiam ser necessário limitar a liberdade de expressão, empenhar-se na autocensura. Muitas pessoas negras mais velhas foram criadas em ambientes racialmente segregados onde dizer a coisa errada, especialmente para uma pessoa branca, podia levar ao castigo. (2019, p. 327-328).

No livro “Tudo sobre o amor...” (2020, p. 129), ela remete às influências da cultura de dominação:

Culturas de dominação se apoiam no cultivo do medo como forma de garantir a obediência. O medo é a força primária que mantém as estruturas de dominação. Ele promove o desejo de separação, o desejo de não ser conhecido. Quando somos ensi-

nados que a segurança está na semelhança, qualquer tipo de diferença parece uma ameaça.

Falando sobre a herança negra da invisibilidade e apagamento da subjetividade, em *Olhares negros, raça e representação* (2019, p. 229-230), ela afirma:

Uma marca da opressão era as pessoas negras serem obrigadas a assumir um manto da invisibilidade, a apagar todos os traços de sua subjetividade durante a escravidão e ao longo dos anos de *apartheid* racial, para assim serem melhores, menos ameaçadores. Negros escravizados, depois servos libertos, podiam ser punidos brutalmente pelo olhar, por parecer observar os brancos enquanto estavam lhes servindo, pois apenas um sujeito pode observar, ou ver. Essas relações de olhar foram reforçadas conforme os brancos cultivaram a prática de negar a subjetividade dos negros (para melhor desumanizar e oprimir), relegando-os ao domínio do invisível.

O relato triste e doloroso que *bell hooks* traz sobre essa invisibilidade da população negra, apresenta ainda um recorte de classe:

Eu ainda era criança quando descobri que algumas pessoas brancas consideravam os negros inferiores aos animais. Meus irmãos e eu observávamos da varanda os brancos trazendo de volta para casa seus criados,

empregadas, cozinheiras, cujo trabalho duro proporcionava conforto à vida de seus patrões. Os empregados negros sempre eram relegados ao banco de trás do carro. Ao lado dos motoristas brancos, no banco do passageiro, lá estava o cachorro, enquanto o trabalhador negro sentava atrás. (2002, p. 186).

Ser negra na Vida Religiosa Consagrada

Podemos acrescentar a esses trechos da escritora *bell hooks* tantos outros que são marcantes para população negra, com os quais nos identificamos e que despertam em nós o desejo de aprofundar esta temática. Contudo, uma coisa é certa: precisamos alargar a nossa tenda de diálogo e conhecimento sobre a pessoa negra, sobre a sua história, ancestralidades e heranças. Herdamos aspectos, formas de ler os posicionamentos, maneira de nos relacionarmos, pensamentos em relação a própria pessoa negra e branca que podem condicionar o modo que lemos a atualidade, e – consequentemente – a VRC e os nossos Carismas.

Por isso, a população negra precisa ser reconhecida na sua particularidade também na VRC. Precisa *experienciar* nossos processos formativos, vivenciá-los de uma maneira diferenciada, de

modo que sua ancestralidade seja colocada à mesa e reconhecida em sua profundidade. Não com a diferença triste do passado que marca muitas histórias das Congregações, mas *precisamos nos desafiar a ler os nossos Carismas num recorte de raça*.

A leitura atual dos nossos Carismas não pode ser homogeneizada e lida apenas no viés branco europeu, muitas vezes com sutis características colonizadoras e racistas. Somos convidadas/os a individualizar nossos Carismas nos contextos históricos daquelas/ es que lá se encontram.

A maneira de ler, sentir, perceber aspectos como humildade, obediência, silêncio, amor-próprio, cuidado, dedicação, serviço, humildade, pobreza, escondimento, aniquilamento, formas de lidar com o corpo (especialmente o feminino), da vivência comunitária dentre tantos outros que norteiam os nossos Carismas, são feitos de maneira diferente de uma pessoa branca europeia para uma pessoa negra brasileira. São feitos de maneiras diferentes por quem tem ancestralidade europeia e por quem tem uma ancestralidade negra. Conhecendo a nossa história, não podemos negar que esse é um fator que está presente.

O fato de tocarmos na nossa história, conhecermos a fundo

aquilo que temos como herança de um passado procurando entender suas consequências no hoje, pode nos ajudar a viver de maneira mais livre e consciente, respeitando as diferenças e vivendo de maneira menos condicionada ao passado que herdamos. Frente à história da população negra no Brasil, podemos prever que haja uma lente que nos conduza a ler estes aspectos carismáticos de forma mais opressora que libertadora.

Bell hooks acredita que “nomear é apenas um estágio no processo de transformação” (2019, p. 155). É “a coragem para viver nossas vidas conscientemente e para agir que nos permitirá implementar novas estratégias e objetivos. (...) Quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar a nossa história, nos opomos a essa desumanização” (2019, p. 78 e 155).

E afirma ainda que

reconhecimento é uma maneira importante de começar o processo de enfretamento e transformação, de união. Não é uma ocasião de desespero. Identificar como participamos da perpetuação da supremacia branca, da dominação racista, expande nosso potencial para intervenção e transformação. (2019, p. 156).

Concluindo

A via é sempre do diálogo. No centro das nossas comunidades somos convidadas/os a cada vez mais aprofundar a história que nos cerca, que nos compõe, que construiu e constrói. Corajosamente confrontarmos com quem somos, como pessoa, na sua integridade, e com os valores carismáticos congregacionais que abraçamos viver. Quanto mais conhecemos quem somos, partilhamos a nossa diversidade e alargamos a nossa tenda da acolhida, do respeito, da compreensão e da misericórdia.

Em tempos em que a interculturalidade ganha mais espaço de diálogo nas nossas Congregações, que somos convidadas/os à escuta e a caminharmos juntas e juntos numa Igreja cada vez mais sinodal, e que o desejo da luta antirracista se fortalece na nossa sociedade, não podemos estar à parte de tudo que nos envolve e nos interliga.

Ainda é *bell hooks* que nos oferece um caminho:

Reunir-se para conversar uns com os outros é um importante ato de resistência, um gesto que demonstra nosso interesse e nossa preocupação; nos permite enxergar que somos um coletivo, que podemos ser uma comunidade de resistência (2019, p. 156).

Para dialogar em comunidade:

1. O que mais chamou a minha atenção neste texto? Há algo novo, que posso trazer para minha reflexão pessoal?
2. É possível fazer uma leitura dos nossos carismas congregacionais a partir de um recorte de raça?
3. Percebo atitudes racistas no cotidiano da minha comunidade, no meu trabalho, na Igreja?
4. Que passo concreto podemos dar, como comunidade, no combate ao racismo?

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**, 2021. Disponível em: <https://diversithub.einstein.br/etnias/o-que-e-racismo-estrutural/> Acesso em: 16 nov. 2023.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, ano 16, 2022; **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil, 3ª ed., 2021; Pesquisa Violência e democracia: panorama brasileiro pré-eleições 2022. Disponível em: [infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf](https://forumseguranca.org.br/infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf) (forumseguranca.org.br) Acesso em: 16 nov. 2023.
- BELL HOOKS. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.
- BELL HOOKS. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.
- BELL HOOKS. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.
- BELL HOOKS. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia de esperança. São Paulo: Elefante, 2021.
- BELL HOOKS. **Pertencimento**: uma cultura de lugar. São Paulo: Elefante, 2022.
- BELL HOOKS. **Rock my Soul**: Black People and Self-esteem. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/feridas-internas-abuso-e-abandono-por-bell-hooks-c59ebf2365de>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- CARDOSO, Rafael de Carvalho. Famílias chefiadas por pessoas negras são mais atingidas pela fome. **Agência Brasil**, 26 de junho de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/familias-chefiadas-por-pessoas-negras-sao-mais-atingidas-pela-fome> Acesso em: 16 nov. 2023.

- CURSO DE FORMAÇÃO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS (CEAO/UFBA). Módulo 2 – **História do Negro no Brasil**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28 Acesso em: 16 nov. 2023.
- FELIX, Paula. Estudos apontam o impacto da discriminação racial nos atendimentos médicos. **Veja**, 6 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/estudos-apontam-o-impacto-da-discriminacao-racial-nos-atendimentos-medicos> Acesso em: 16 nov. 2023.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas. **G1**, 12 de maio de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml> Acesso em: 16 nov. 2023.
- IBGE. **Brasil 500 anos**. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/a-heranca-cultural-negra-e-racismo.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento> Acesso em: 16 nov. 2023.
- IBGE, **Pnad Contínua**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20trimestre%20de%202022,%2C8%25%20entre%20os%20brancos> Acesso em: 16 nov. 2023.
- MACÊDO, Hildevânia. Impactos do racismo na assistência à saúde das mulheres negras. **Brasil de Fato**, 23 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/23/impactos-do-racismo-na-assistencia-a-saude-das-mulheres-negras> Acesso em: 16 nov. 2023.
- MARINGONI, Gilberto. História - O destino dos negros após a Abolição. **Revista eletrônica Ipea**, Ano 8, 70 ed., 29 dez. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 16 nov. 2023.

ESTOFO PARA MISSÕES INDÍGENAS

Pe. Aloir Pacini¹

Resumo: A partir do caso do dito genocídio vivido pelos Yanomamis no governo passado, prudente é também olhar as Missões que as Congregações Religiosas da Igreja Católica criaram para trabalhos com os povos indígenas. Funcional foi o conceito *necropolítica*, de Achille Mbembe (2003), para essa análise do escândalo da fome entre os Yanomamis dentro dos limites da soberania do Estado do Brasil com a conivência dos governos locais que escolheram quem devia viver e quem devia morrer. Aproveito-me da sabedoria de Davi Kopenawa que *desenha palavras* (sagradas) e fala profeticamente como ato de grande caridade para que a nossa sociedade melhore o seu jeito de aprender com os pequeninos do Reino dos Céus e entrar em comunhão com a criação, uma sensibilidade necessária para vivermos cuidando da nossa casa comum. Naquele contexto a proposta eclesial da Campanha da Fraternidade 2023 conclamava a sociedade brasileira para pensar o pão a ser partilhado no sentido encontrado nos Evangelhos.

Palavras-chave: Missões Indígenas; Necropolítica; Yanomamis.

*Eu, um Yanomami, dou a vocês, os brancos, esta pele de
imagem que é minha.*
(Davi Kopenawa)

¹ Jesuíta e antropólogo na UFMT. Endereço para contato: aloir.pacini@ufmt.br

Introdução

Somos herdeiros de governos imperiais e também passamos por regimes de cristandade, na qual a Igreja Católica e as Congregações Religiosas já foram acusadas de genocídios e etnocídios em diferentes processos colonizadores. Sob um aspecto particular essas instituições mobilizavam gente e dinheiro para a conversão dos “pagãos” ou “bárbaros”, o que era muitas vezes divulgado como *atos heróicos*. A consciência crítica e crística não permite mais realizar ingenuamente falas dessa natureza.

Por isso, nessa análise apliquei o conceito de Erving Goffman (1974), aos governos, às igrejas e aos militares que funcionam como *instituições totais* para atuar em diferentes formas de *necropolítica*,² outro conceito que auxilia nos processos de compreensão e até de denúncia de crimes

² O filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe descreveu assim o conceito pertinente para nossa análise: “Neste ensaio, [...] propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p. 146).

que aparecem no cenário de fim do mundo, como ecocídio.

Parto de alguns detalhes das acusações graves de “genocídio” que o governo brasileiro passa no caso dos Yanomamis: 570 crianças com menos de 5 anos morreram³ por doenças evitáveis nos últimos 4 anos, notícia amplamente divulgada em janeiro de 2023, o que criou comoção nacional e internacional (tribunal de Haia). A responsabilidade dessa tragédia foi remetida aos governos local e nacional depois do golpe contra a Dilma Rousseff (2016), mas também aos militares e à ONG evangélica que teria recebido recursos para a ação na saúde dos Yanomamis e que desviava para ações de proselitismo religioso.

Os dados mostram que a Igreja Católica de Roraima possui uma ação histórica discernida em favor dos Yanomamis (VILARDI, 2022). Por isso não me alongarei nesse aspecto do problema, mas vou direto aos dados que me interessam, ou seja, para alcançar o objetivo de ver essa realidade

³ Desde o dia 16/01/2023 equipes do Ministério da Saúde encontravam-se no território Yanomami que abriga mais de 30,4 mil habitantes. “O grupo se deparou com crianças e idosos em estado grave de saúde, com desnutrição grave, além de muitos casos de malária, infecção respiratória aguda (IRA) e outros agravos” (dados do Ministério da Saúde). Ver mais detalhes em <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

indígena, vou me deixar conduzir pela sabedoria de Davi Kopenawa que fui escutar na UFRR (10/11/2017) quando comemoramos os 10 anos da Declaração Universal dos Direitos Indígenas. Ali o representante indígena criticava a economia da “fumaça letal”, do mercúrio e dos ruídos que não consideram os muitos seres que necessitam dos rios e das matas para viverem. Davi Kopenawa mostrou que escutara também os seres espirituais para vir falar conosco e guardava suas memórias, por isso comunicava com clareza seu local de fala: veio do Território Sagrado dos Yanomamis, o lado noroeste do Estado de Roraima.⁴ Para nossa sociedade o sábio pajé fez uma reflexão pertinente em relação ao passo gigante da humanidade no uso da fala e no seu esforço de *desenhar palavras* no seu livro (2015) para chegar com humildade até o nosso jeito de aprender:

Nossa língua é aquela com a qual ele nos ensinou a nomear as coisas. Foi ele que nos deu a conhecer as bananas, a mandioca e todo o alimento de nossas roças, bem como todos os frutos das árvores da floresta. Por isso

queremos proteger a terra em que vivemos. *Omama* a criou e deu a nós para que vivêssemos nela. (KOPENAWA, 2015, p. 74).

Tempos atrás, o trabalho com os indígenas abrangia regiões que eram colocadas na responsabilidade de uma ou outra Congregação como os jesuítas, os franciscanos, os salesianos, os verbitas, os consolatas e outros. Os governos faziam questão de delegar essa tarefa “humanitária” e muitos aceitavam o desafio de receber regiões missionárias para atuar quase em todas as áreas da vida social, com escola, hospital, igreja etc. Cada uma dessas Missões era uma ilha e não cooperavam entre si. Serviam, em geral, ao processo de colonização sem muito discernimento, conforme observação pertinente dos que iniciaram o CIMI em 1972, os jesuítas Egydio Schwade, Antonio Iasi, Vicente Cañas, por exemplo (PACINI; VILLARDI, 2022). Agora, com o CIMI, as Dioceses da Igreja Católica se colocam mais ou menos do lado de fora, pois atuam através de paróquias e dioceses e auxiliam como instância crítica das formas como as coisas tendem a acontecer em relação aos povos indígenas que continuam como vítimas do processo colonizador que tem raízes profundas na nossa constituição como nação.

⁴ Nesse Estado Joênia Wapichana (da aldeia Pium) foi eleita deputada federal indígena, agora conduzida como presidente da Funai, uma conexão importante para que a situação do genocídio dos Yanomamis venha à tona com tamanha comoção social.

O apelo à conversão integral esmaga a cabeça da serpente

Eu estava iniciando um retiro no dia 16 de janeiro de 2023 quando comecei a receber informações com fotografias, um detalhe importante que os meios de comunicação souberam utilizar, o que auxiliava a compreender a tragédia humana da fome extrema dos sobreviventes Yanomamis, e serviu para rezar melhor e ter horror ao pecado humano. Apesar do mais evidente, o inominável usava *fake-news* para dizer que os indígenas eram trazidos da Venezuela e a Ministra dos Direitos Humanos e da Família afirmava simplesmente que não era responsabilidade de sua pasta essa tragédia humanitária.

Em reportagens da jornalista Sônia Bridi e Talita Bedinelli (2022) tínhamos acesso aos dados inequívocos. Por isso faz muita diferença quando o governo se engaja no combate ao garimpo ilegal e no cuidado da saúde e educação escolar de uma etnia. E apareciam mais e mais reportagens para ficarmos indignados: o caso da Missão Caiuá que recebeu 870 milhões em 2022 e contratava até os garimpeiros para poder entrar no território indígena. Chegavam a aliciar os indígenas para ade-

rirem ao garimpo e utilizavam as mulheres Yanomamis para se misturarem com eles para terem acesso às suas roças e também aos *serviços sexuais*, especialmente “as mais novinhas” (FREITAS, 2023).

A visibilidade para os problemas encontrados traz escândalos sem precedentes. Alguns falam que assim atuava também a Igreja Católica no período da cristandade e existe certa razão para essa crítica também às Congregações Religiosas em geral. Contudo, penso que não podem ser comparadas essas atividades com as Missões que os jesuítas criaram nos primeiros tempos da colonização do Brasil e América do Sul sob pena de anacronismo. Por exemplo, um detalhe é que os jesuítas fizeram esforços de criarem suas Missões longe dos colonizadores, uma forma de se distanciar dos processos mais grosseiros da escravidão e da exploração das terras em busca de ouro, diamantes, madeira etc. e os frutos do trabalho nas Missões estava colocado em benefício dos indígenas que ali viviam.

Os Yanomamis pediram socorro e solicitavam a imediata retirada dos garimpeiros, pois perceberam que o garimpo sujou os rios, afastou a caça e trouxe muitas doenças como a malária que ficou

endêmica. Os que ganhavam com a exploração ilegal de madeira, minérios (garimpo) etc., eram forças poderosas enraizadas dentro do Estado de Roraima. A complexidade da exploração não indígena nos seus territórios atinge outras etnias indígenas em todo o Brasil, em geral com os governos locais também coniventes para ganhar apoio desses exploradores, e chocante são os casos de Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Parece importante discernir, pois traz certa luz compreender melhor a complexidade dos trabalhos missionários e o perigo está quando focam a alma e sacrificam o corpo. Pertinente foi a criação do CIMI há 50 anos, pois os missionários precisam ter *estofo*⁵ para atuar nesse campo dos povos indígenas com princípios éticos e morais: primeiro a defesa do território, depois pensar a implantação de um sistema de saúde e escola consistente, e finalmente, se a etnia quiser também o diálogo

inter-religioso. Nalguns casos, a dita *evangelização* nos termos tradicionais não deve nem acontecer.

Os compromissos efetivos com o *bem viver* das etnias que compõem a nação brasileira é obrigação do Estado, conforme consta no direito constitucional. As manifestações preconceituosas contra os grupos étnicos porque considerados estorvo para o “progresso da nação” comprovam os desejos de genocídio (NETO, 2023). O presidente da Funai, Marcelo Xavier foi logo percebido pelos indígenas como aquele que trabalhava contra eles, pois pretendia legalizar os garimpos ilegais, o agronegócio e a extração de madeira em Terras Indígenas. Um passo importante era incentivar as invasões, mesmo que isso acontecesse de forma ilegal, porque depois as invasões seriam legalizadas.

Para que fosse possível tamanha invasão das Terras Yanomamis foi preciso aliciar lideranças indígenas estratégicas e usar de *fake-news* para tumultuar os dados. Ou seja, as divisões e brigas internas nos povos indígenas são provocadas ou intensificadas pelos agentes externos. Dramaticamente as vimos chegar com o garimpo incentivado pelos governos e seu órgão indigenista e, apesar de tanta retirada de minério do

⁵ Utilizei esse substantivo que remete a poltronas, colchões ou cobertas quando encorpados com espuma ou lã para intermediar o forro ou o tecido de peças de mobiliário ou mesmo de vestuário, para aumentar certo conforto e consistência, mas quer falar metaforicamente de um amor ao próximo indígena, mais autêntico e sem limites, assessorado de Teologia, Antropologia e Filosofia para que se cumpra tal Missão de forma mais discernida.

território não trouxe benefícios, mas um rastro de morte e miséria que deixam seus escombros, prejuízos irrecuperáveis. Por isso não vale a pena começar certas explorações da natureza quando não forem na ordem do *louvar, reverenciar e servir a Deus*, o que está indicado no mito bíblico do conflito entre Caim e Abel, o primeiro ligado ao cultivo do campo com a agricultura mais ao modo das mulheres que cuidam da terra e das sementes; e o pastoreio de Abel, mais ao modo dos homens que se dedicam ao sacrifício dos animais.

Temos visto que muitos conflitos foram causados pelo avanço constante da sociedade ocidental que leva à morte os povos indígenas, especialmente quando os diálogos do Estado e missionários não forem feitos com grande zelo e cuidado extremo para deixar a autonomia de cada etnia prevalecer sobre o seu território tradicional. Não é adequada a desestruturação da economia local dos povos indígenas, pois isso levou à fome e à miséria mesmo com a retirada do local de grandes quantidades de ouro. A crise humanitária que assolou a maior Terra Indígena do Brasil, demarcação contígua na fronteira com a Venezuela, vitimou principalmente as crianças. O garimpo ilegal contaminou os rios com mercúrio, destruiu as

florestas e ameaçou a existência do povo Yanomami, com claros impactos sobre a saúde, a alimentação e o modo de vida desta população ancestral.

A ganância deixa cegos os garimpeiros e seus agenciadores, pois não compreendem a *ordem* vivida pelos Yanomamis tão bem indicada por David Kopenawa quando falava do buraco nos céus provocado pela poluição (na camada de ozônio) ou da queda dos céus como catástrofe apocalíptica trazida pelos garimpos que comem a terra, as florestas e os rios e os devolvem insalubres. Na mesma fala de denúncias de violação aos direitos humanos mencionada anteriormente, Davi Kopenawa falou primeiro na língua Yanomami, depois na “língua do Brasil”, para termos acesso à complexidade das linguagens:

Carrega o nome de meu povo... cura as pessoas no meio das comunidades! Direito do nosso lugar, onde vivemos, precisa conhecer nossa *mãe-terra*. Precisa explicar porque índios quer terra! Nosso mundo, *Machitaoriri*, sustenta nossa alimentação, a natureza fazer bem: saúde, alegria, comer bem, alimentar bem... Nossos antepassados já conheceu nossa terra, nossa mãe que cuida da água, dos rios, cachoeiras, pássaros... Escolheu caminho bom para nós. Precisa conhecer nossas terras para

plantar, para se alimentar; sem terra como vamos morar, viver? Terra carrega a água que a gente usa, bebe... Não é para ficar sujando rio, ficar doente. Nossa Mãe é generoso para todos os povos do nosso planeta... Vocês aprende, cuidar primeiro dos direitos da floresta (KOPENAWA, 2017, transcrição minha).

Agora temos o Ministério dos Povos Indígenas conduzido por uma indígena Guajajara, uma presidente da Funai Wapichana (de Roraima) e podemos pensar em ações mais coerentes em favor dos seus patrícios. Mas os estragos não são corrigidos como um passe de mágica. Contudo, temos clareza que “nunca mais” será adequado nem saudável pensar o Brasil sem os povos indígenas. Claro que isso não podia aparecer nas propostas de campanha dos candidatos porque perdem votos.

Como ser profético diante da complexa humanidade

Iniciamos o ano de 2023 com cerca de 33 milhões de pessoas que não têm garantido o que comer no Brasil (FOME avança..., 2022). A escolha da temática da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica ocorreu durante o 18º Congresso Eucarístico Nacional, realizado no mês de novembro de 2022, e deveria engajar todos

os religiosos consagrados por que esse é o imperativo ético de Jesus Cristo quando existem nas comunidades pessoas passando fome: “Dai-lhes vós mesmos de comer!” (Mt 14,16). A fome já motivara a Campanha da Fraternidade de 1975, com o tema *Fraternidade é repartir* e o lema *Repartir o pão*, e a de 1985, outro Ano Eucarístico, naquela vez em preparação para o Congresso Eucarístico de Aparecida, com o lema *Pão para quem tem fome*. Isso para lembrar que quem tem fome tem pressa e que o drama não era só dos Yanomamis, mas serviu aqui como exemplo.

Nosso jeito de viver a Quaresma é original no Brasil e se irradiava para todo o ano. Esse texto reflète a respeito das Congregações Religiosas que criaram Missões com indígenas com certa inspiração no amor incondicional ao próximo e que abrangeria o todo da vida humana, não só o mundo religioso. Por isso a inculturação, mesmo quando não dito com essa palavra, faz parte da dinâmica da Igreja Católica que chama todos para sairmos do comodismo (sacristia), um apelo ainda necessário para a conversão integral dos seus membros e como sinal do Reino de Deus na terra. Penso mais amplamente que é necessário ter como princípio constante o critério de conversão integral das

Congregações religiosas para as Pastorais Sociais e Ecológicas se quisermos continuar a existir e os cristãos não podem só se preocupar com o mundo religioso, mas com a justiça social. Sintomático também é pensar o padre ou a madre como pais e mães das comunidades, não como sacerdotes e sacerdotisas fechados em cultos desconectados com a vida.

Por isso também se faz necessário um desprendimento missionário, coisa que as igrejas locais diocesanas muitas vezes não dão conta de atender, pois os padres diocesanos não fazem votos de castidade, nem de pobreza e obediência. Parece-me que as Congregações tiveram no passado mais condições de juntar forças humanas desprendidas deste mundo ou pessoas mais livres espiritualmente e até mesmo encontrar recursos para as Missões e, neste caso, o testemunho da *pobreza* que muitas vezes parece contraditório, estaria numa vida de simplicidade e poderia atrair mais pessoas generosas querendo colaborar.

Aprendi como jesuíta que *sagrada é a intenção do doador* e deve-se ter o máximo cuidado com as doações para evitar o pecado do pecúlio. Noutro ambiente, nas festas de Santo na Chiquitania também sagrado é o princípio

de que tudo que é doado para a festa do Santo deve ser partilhado e consumido durante a festa. Os indígenas denunciaram o desvio dos recursos que era para a saúde dos Yanomamis, por causa do *padrinho* senador Romero Jucá (PMDB-RR), o vice-presidente e o governador de Roraima que insistem em dizer que os garimpeiros são tão vítimas quanto os Yanomamis, sem considerar o usufruto exclusivo à Terra Indígena legitimamente demarcada (ANGELO, 2017).

Como afirma Davi Kopenawa,

a sociedade nacional quer criar briga entre nós. Parente Yanomami na Venezuela 12 mil, Brasil 20 mil. Lá saúde cada vez mais piorando, câncer entrou, HIV entrou com garimpo, morre muitas crianças lá. Nós estamos brigando com caneta, nossos pais brigavam com arco e flecha. Vocês sabendo o que fala na língua de vocês! (KOPENAWA, 10/11/2017, transcrição minha).

No discernimento dos espíritos, observamos que o Reino de Deus sofre violência a toda hora, por isso o lema jesuítico *Em tudo Amar e Servir* está relacionado também com o *vigiar e orar sempre* para perceber onde está o Reino dos Céus e, na sensibilidade do Papa Francisco, parece que o Reino está gritando alto nos modos de *bem viver* dos povos in-

dígenas. Se foram capazes de invadir e destruir a Terra Indígena Yanomami já demarcada, o que não fazem com os indígenas que estão nas periferias das cidades, em territórios ainda não regularizados no Brasil? Dito de outro modo: “Se fazem isto com a árvore verde, o que acontecerá quando ela estiver seca?” (Lc 23,31).

Um detalhe para fechar essa reflexão: muitas são as pessoas e instituições que sinceramente desejam auxiliar os povos indígenas. Quando são autênticas essas Missões devem também converter os próprios missionários. Isso parece ter acontecido nas Missões que tiveram adesão decisiva dos Guaranis e dos Chiquitanos na formação de seus *Pueblos*, dos Yanomami (na Missão Catrimani), dos Warao que vieram da Venezuela etc. Penso que muitos de nós nos tornamos melhores nessa convivência com os indígenas e não nos deixamos levar por discursos de ódio para nos tornarmos mais imagem e semelhança do Cristo Jesus.

Se pensávamos que as feridas seriam facilmente curadas, nos enganamos. Insistentemente o sistema de exploração da natureza e do ser humano persistem. Se o Supremo Tribunal Federal foi capaz de afastar o Marco Temporal, abriu portas para inviabilizar as demarcações das terras indíge-

nas com indenizações que incentivam as invasões das mesmas e mais: o Congresso em sua maioria mostrou-se a favor da invasão dos territórios tradicionais indígenas. Se pensáramos que seríamos mais diplomáticos e as guerras iriam diminuir com as urgências climáticas, mais graves se tornam os conflitos entre nações. Se a campanha contra os garimpos em terras indígenas e outras explorações ganharam força, os mecanismos viciosos também são criativos e nem a *Laudate Deum* do Papa Francisco consegue tocar corações empedernidos.

Outro lado dessa moeda é que o fato das Missões exigirem muitos recursos que podem ser disponibilizados pelas Congregações força essa dinâmica de partilha que está nos carismas das mesmas, por isso essas Missões Indígenas são fundamentais para a vitalidade das Congregações e da própria Igreja, quando essas atividades em campos distantes são cheias da gratuidade de Cristo Jesus, ou seja, são sempre bênção de Deus para a humanidade que se deixa tocar pelas dores do outro.

Os males causados à etnia Yanomami são irreversíveis no sentido que não podemos trazer de volta os que morreram, mas também dramático é conviver com os danos físicos causados pelo emagrecimento que provocou fragi-

lidades na saúde mental e traz traumas que ficam de geração em geração. Quem será de fato responsabilizado por essa violência contra as pessoas, os rios, a floresta, os céus que estavam prestes a caírem sobre a Terra Yanomami? Haverá possibilidade real de indenização que seja humanamente justa nesse caso? Talvez um sinal profético seria tipificar como crime inafiançável as invasões aos territórios indígenas, o que poderia levar a pararmos de pensar em tomar os bens e explorar os corpos indígenas como se isso fosse normal, mesmo que isso esteja no DNA do Brasil.

Talvez tenhamos que aprender que estamos mais profundamente ligados a nossa Casa Comum do que podemos imaginar. Se o Papa Francisco tem a coragem de dizer que a Amazônia é mais importante que o ouro ou o petróleo que está no seu subsolo, os poderes públicos e privados poderiam fazer uma transição ecológica mais justa se escutarem os povos

indígenas a fim de encontrar formas de superar o desmatamento, o garimpo, a pobreza, o narcotráfico e as violências. Os modos de produção alimentar dos povos indígenas e do MST com agroecologia são propostas viáveis para a superação da tragédia humana da fome. Sábio é quem escuta o clamor dos místicos indígenas e outros de nossos tempos diante do ponto de inflexão quase sem volta para a Amazônia se tornar uma savana (*esse ponto de não retorno* em que a maior floresta tropical perde a capacidade de se autorregenerar trará prejuízos para todo o planeta). As fortunas que financiam a morte nas guerras absurdas podem ser usadas na recuperação de áreas já degradadas a fim de implementar propostas de ecologia integral com mesas fartas e festas nas quais todos se sintam convidados em tempos de computação quântica, inteligência artificial e semicondutores que não poluem nem degradam tanto nossa Casa.

Para dialogar em comunidade:

1. Que visão de Missão e Evangelização, Cultura e Estado temos?
2. Como vemos a contribuição dos indígenas e demais comunidades tradicionais para a sobrevivência saudável da nossa Casa Comum?
3. Que *peles de imagem* os Yanomamis pintariam em nossos corpos?

Referências

67

- ANGELO, Maurício. Caiuá: a ong de 2 bilhões que se tornou dona da saúde indígena no Brasil. **The Intercept Brasil**, 30 de setembro de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/30/caiua-a-ong-de-r-2-bilhoes-que-se-tornou-dona-da-saude-indigena-no-brasil/>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BORGES, Rosane. **O que é necropolítica?** E como se aplica à segurança pública no Brasil. [entrevista cedida a] Mariana Ferrari. Ponte, 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRIDI, Sônia; BEDINELLI, Talita. **Fantástico**, 29 de janeiro de 2023. Rio de Janeiro, Rede Globo de Televisão.
- CNBB. **Fraternidade e Fome**. Campanha da Fraternidade. Texto Base. Brasília, CNBB, 2022.
- FOME avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. **OXFAM Brasil**, 08 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- FREITAS, Hélio de. ONG de MS recebeu R\$ 872 milhões para saúde indígena, inclusive, de yanomamis. **Campo Grande News**, 24 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/ong-de-ms-recebeu-r-872-milhoes-para-yanomamis>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva. 1974.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. Rio de Janeiro, Companhia das Letras. 2015.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista Arte & Ensaios**. Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 32, dezembro p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- NETO, Lira. Como Bolsonaro planejou extinguir a reserva Yanomami. **Democracia Socialista**, 24 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/como-bolsonaro-planejou-extinguir-a-reserva-yanomami-lira-neto/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

- PACINI, Aloir. **Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira (Brasil – Bolívia)**. Tese de doutorado. 2012. PPG de Antropologia. Porto Alegre, UFRGS, 2012. Disponível em: [//www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54128](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54128). Acesso em: 16 nov. 2023.
- PACINI, Aloir. *Kaimen*. O *bem-viver* Wapichana. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 181-211, jan./abr. 2019.
- PACINI, Aloir; LARA, Marina Garcia. Revisitando a Missa da Terra sem Males em tempos do Papa Francisco. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 22, n. 47, p. 165-196, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/779>.
- VILARDI, Gabriel. Os Povos Indígenas e a Igreja de Roraima: uma caminhada de resistência e libertação. **IHU Online** 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620309-os-povos-indigenas-e-a-igreja-de-roraima-uma-caminhada-de-resistencia-e-libertacao> Acesso em: 16 nov. 2023.

IDENTIDADE DO RELIGIOSO PRESBÍTERO: ALEGRIAS E ESPERANÇAS NA MISSÃO

Frei Edalan Guedes de Andrade, O de M.¹

Resumo: O texto quer lançar novas luzes sobre a identidade do religioso presbítero. Considerando a importância do Concílio Vaticano II na compreensão do modo de viver como Igreja - Povo de Deus, convém aprofundar o tema à luz da sua compreensão teológico-pastoral, retomada com mais vigor e entusiasmo por Francisco, em seu pontificado. Dois decretos do Concílio Vaticano II, talvez pouco conhecidos ou considerados na formação religiosa e presbiteral, servirão como pano de fundo, a saber: o *Perfectae Caritatis* e o *Presbyterorum Ordinis*. Essa reflexão parte da concretude do dia a dia do religioso presbítero, dentro do marco dos 70 anos da CRB Nacional, desejosa de suscitar na vida religiosa masculina e presbiteral uma efetiva comunhão e participação, promovendo tempos e espaços para encontro e partilha fraternas, como também para a formação permanente e a realização de projetos em comum, que sustentem a esperança da nossa gente. O texto vem entrecortado por cinco provocações cujo objetivo é alargar a clareza e, por sua vez, entusiasmar diante do tema da identidade do religioso presbítero. Se por um lado não há receita pronta, de outro, quem sabe, seja possível esboçar um perfil de religioso presbítero, hoje. Ou queremos ser reconhecidos como um padre diocesano?

Palavras-chave: Vida Religiosa; Presbítero; Religioso Presbítero.

¹ Religioso presbítero mercedário; mestre de noviços. Endereço para contato: freiguedes@hotmail.com

Introdução

Quando se fala em identidade, o que vem à mente? Em geral, alguns dados precisos sobre nossa vida como por exemplo: nome, sexo, logradouro, data de nascimento, etc.

Contudo, existencialmente falar de identidade significa mais. Então, alguém poderia logo dizer: eu sou professor ou sou padre, ou sou médico, ou ainda advogado, etc. Mas, será que dizer o que faço na vida diz tudo de mim, ou melhor, responde à pergunta: quem sou eu?

Essa é uma questão que não pede simples respostas. Pois, é o tipo de pergunta que está conectada à pergunta sobre o futuro; claro, sem negligenciar o passado, mas que também pede uma atitude nova no presente. Então, seguem-se outras perguntas: Pra onde vou? Qual meu lugar no mundo? Qual minha missão?

Alegrias e esperanças são atitudes assumidas pela Igreja, a partir do Concílio Vaticano II, a fim de que pudesse se aproximar das pessoas e do mundo, sem prejuízos ou *anátemas*. Além disso, alegrias e esperanças são gestadas no tecido das relações interpessoais, influenciando nossa atitude frente aos apelos que se nos aparecem. Por isso, a Igreja abriu-

-se às “alegrias e esperanças” da humanidade, com suas “tristezas e angústias” (GS 1), desejosa de ser “sinal de salvação” em Cristo para o mundo (LG 1), decidida a sair e caminhar com todos aqueles que peregrinam em meio às vicissitudes do tempo. Nem alegria nem esperança são sentimentos levianos, mas moções fortes para uma vida dinâmica e criativa em Deus, para os irmãos. Afinal, uma vida alegre e esperançosa encerra em si mesma grande significado; isso parece ser diferente de simplesmente existir!

Bem, essa reflexão pode ajudar a contemplar mais a fundo nossa identidade de religioso presbítero. Alguém poderia contestar: “Isso não interessa, até porque são coisas óbvias”. Será mesmo? Não demos por suposto o que parece óbvio. Em geral, é o óbvio que mais negligenciamos. Uma “crise necessária” pode se transmutar numa questão básica: “Quem sou eu se o que me chamou, me ungiu e me enviou já não é mais o objeto e a medida da minha existência? Quem sou?” (CHITTISTER, 2020, p. 133).

Usarei como metodologia algumas questões provocativas que podem servir ou, pelo menos, instigar a pensar, partilhar e elucidar melhor nossa identidade religiosa com suas alegrias e esperanças.

Provocações

Em relação ao tema proposto, eis a **1ª provocação**: O que vem primeiro, o religioso ou o presbítero?

Sem nos prendermos a nominalismos fúteis, isso tem a ver com que modo nos apresentamos e com que atitude concreta tomamos em relação a muitas coisas na vida religiosa e presbiteral. Nosso laicato nem sabe explicar essas “categorias” na vida de um religioso padre. Afinal, “Todo padre é padre, e pronto!”.

Assim como o ser humano se desenvolve e evolui no seu modo de viver, de pensar, de interagir com os demais, de superar os desafios e de refazer caminhos, a ideia de “religioso” e de “padre” também evoluiu nos últimos anos. Não somos anjos, nem menos demônios! E sim, homens normais devotados a uma causa nobre e atraente, maior que os interesses pessoais. Infelizmente: uma coisa é a teoria, outra bem diferente é a prática!

Ainda que o período pós-conciliar tenha sido convulsionado por tantas leituras distorcidas e inseguranças infundadas na receptividade ou rejeição da novidade do Espírito em purificar velhos âmbitos eclesiais encarquilhados no mal do prestígio e do poder do

dinheiro, também pôs à prova a fidelidade; a qual não significa simplesmente perseverança, mas sentimento e senso de pertença à vida religiosa consagrada. Há no coração vocacionado à VRC e ministerial o ardor do carisma do Fundador/a em todo o seu ser e agir apostólico.

Então, sem ofensa e nada pessoal, passemos à **2ª provocação**: Por que será que hoje, parte dessa nova geração de religiosos presbíteros, e em geral parte das juventudes, ojerizam tanto o Concílio Vaticano II? É preciso conhecer os textos conciliares, estudá-los e refleti-los seriamente, e não ficar simplesmente presos a ideologias de terceiros, as quais distam tanto dos textos quanto das atas conciliares. Será medo? De quê?

Nossa reflexão quer, sem maiores pretensões, oferecer luzes para uma maior compreensão sobre a identidade do religioso presbítero a partir de dois significativos textos conciliares: o *Perfectae Caritatis* e o *Presbiterorum Ordinis*. O primeiro documento é sobre a conveniente renovação da vida religiosa e o segundo, sobre o ministério e a vida dos presbíteros. Elucidar um pouco mais tais conceitos pode, além de ampliar nossa compreensão, fazer-nos repensar nossa atitude diante da VRC e ministerial assumidos

vocacionalmente, e como eles coexistem nos religiosos clérigos. Claro, sabendo que a realidade é superior às ideias, sem idealismos levianos e muitos menos pessimismos agourentos. Não se trata de uma reflexão teológica acurada nem tampouco explicar todos os desafios inerentes, mas trocar saberes e animar-nos na caminhada; aproveitando os apelos do Sínodo à escuta uns dos outros, sabendo colher os vestígios de Deus e por onde Ele quer que caminhemos juntos.

Algo poderá enriquecer nossa vivência, quem sabe?

Alguns pontos de apoio

A *Perfectae Caritatis* aprofunda a identidade do/a religioso/a, sem se prender em minúcias. A própria *Lumen Gentium* já havia afirmado: “O estado religioso imita mais de perto, e perpetuamente representa na Igreja aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo” (LG 44). Contudo, não explicita o lugar de fato dos religiosos/as já que não fazem parte da hierarquia da Igreja, simplesmente, afirma que a VRC está “inabalavelmente ligada à sua vida e santidade”. Isso significa que ninguém poderia suprimir a VRC da Igreja sem atentar contra a própria Igreja (VC 29). Mesmo assim, pairava no ar um certo desconforto, a par-

tir daí: “Para quê a vida religiosa, então? Estaria com os dias contados?” Outros defendiam ser suficiente a consagração batismal, vivida de maneira radical. Bem, todos os batizados são chamados a vivência radical do batismo. O desafio consiste em esclarecer a identidade e o lugar do religioso/a consagrado/a, na Igreja, sem descambar numa tentativa de retomar o antigo *status quo* de “estado de perfeição:

O Concílio já mostrou na “*Lumen Gentium*”, que a consecução da caridade perfeita por meio dos conselhos evangélicos tem a sua origem na doutrina e nos exemplos do divino mestre e brilha como um sinal luminoso do reino dos céus. [...] Desde os princípios da Igreja, houve homens e mulheres, que pela prática dos conselhos evangélicos procuraram seguir Cristo com maior liberdade e imitá-lo mais de perto, consagrando, cada um a seu modo, a própria vida a Deus. (PC 1)

No que se refere aos Institutos masculinos com vocações mistas, afirma a *Perfectae Caritatis*:

Os mosteiros masculinos, porém, e os Institutos não meramente laicais, podem admitir, de harmonia com a sua natureza e segundo as próprias constituições, clérigos e leigos, que terão os mesmos direitos e os mesmos deveres, exceto naquelas coisas que provêm da Ordem sacra (PC 15).

Na redescoberta de si mesma como Povo de Deus, a Igreja colocou a teologia batismal à base de todos os modos de viver a mesma vocação de comunhão com Deus e os irmãos, na dignidade e liberdade dos filhos de Deus (LG 9). A santidade deixa de ser um troféu para uns poucos seletos. Afinal, todos os fiéis, em virtude da sua regeneração em Cristo, compartilham a mesma dignidade; todos são chamados à santidade; todos cooperam para a edificação do único Corpo de Cristo (Rm 12,3-8), cada qual segundo a própria vocação e o dom recebido do Espírito (cf. LG 32).

Anos mais tarde, João Paulo II retomou as dúvidas remanescentes respondendo-as na sua Exortação Pós-Sinodal *Vita Consecrata* (1996). Afirmava a necessidade de “um novo e especial dom para uma nova e especial consagração” (VC 30), sem excluir a riqueza e o fundamento da consagração batismal, a qual também não vem substituída pela consagração ministerial. Causaria dificuldade a palavra “especial” se não esclarecida simplesmente como distinção de teor na consagração (especificidade) e não de valor (ser melhor e/ou mais importante que as outras (...)), como prevalecia até o Concílio:

Quanto aos sacerdotes que fazem a profissão dos conselhos evangélicos, a experiência demonstra que o sacramento da Ordem encontra uma fecundidade peculiar em tal consagração [...] graças inclusivamente à espiritualidade peculiar do próprio Instituto e à dimensão apostólica do respectivo carisma. No presbítero, com efeito, a vocação ao sacerdócio e à vida consagrada convergem numa unidade profunda e dinâmica. (VC 30)

Embora o Concílio deixasse claro que nos Institutos nos quais convivem vocações mistas, clérigos e não clérigos possuem “os mesmos direitos e os mesmos deveres, exceto naquelas coisas que provêm da Ordem sacra” (PC 15), na prática velhos resquícios da vivência pré-conciliar continuava a estratificar as relações fraternas, reforçando cada vez mais a separação entre os religiosos clérigos e leigos, tão “normal” no passado não tão distante. Por um lado, evidenciava a não aceitação da própria categoria “leigos”, cujo significado sempre foi menoscado como alguém que não possui dotes necessários para o ministério. Por outro, supervalorizava-se a função ministerial, a qual favorecia um status distinto e melhor, dentro e fora das comunidades religiosas, degenerando-se no clericalismo, cujos efeitos foram tan-

to mais amplificados nos últimos anos.

Indiscutivelmente, “ser um prolongamento da vida mesma escolhida pelo Filho de Deus ao entrar na história da humanidade” (LG 44) já dignifica em muito a vocação religiosa consagrada. Contudo, “na manifestação da santidade da Igreja, há que reconhecer uma objetiva primazia à vida consagrada, que reflete o próprio modo de viver de Cristo” (VC 32). Isso porque “o próprio Jesus, ao chamar algumas pessoas a deixarem tudo para O seguirem, inaugurou este gênero de vida” (VC 29), de cujo desenvolvimento ao longo dos séculos se derivou várias formas de vida consagrada.

Portanto, “a concepção de uma Igreja composta unicamente por ministros sagrados e por leigos não corresponde às intenções do seu divino Fundador, tais como no-las apresentam os Evangelhos e outros escritos neotestamentários”. (VC 29).

Penso que a vida religiosa feminina tem compreendido e vivido melhor esse ponto, de uma forma *kenótica*, inserida na vida concreta das pessoas e naqueles lugares aonde nem sempre o religioso presbítero consegue ou gostaria de entrar. Mesmo assim, o *Perfectae Caritatis* sugere

abandonar papéis ou atitudes, ou ainda, estruturas obsoletas, sem negligenciar o que é próprio de tal vocação específica, tornando a vida mais leve e evangélica (PC 2), como a viveu o Filho de Deus.

É bom lembrar que os conselhos evangélicos (inclusive a tríade clássica) são um dom a todos os batizados, obviamente não no modo específico vivido pelos religiosos consagrados. E enfim, fortalecer a vida fraterna em comunidade como profecia para Comunidade eclesial na terra, sinal daquela do céu, continua sendo um dos grandes desafios atuais, mas que traz sabor de esperança para Igreja.

Outras provocações

A nós religiosos presbíteros, interessa então aprofundar a partir da **3ª provocação**: O que faz parte da nossa vida religiosa que tem sido suplantado pela nossa condição/função ministerial? Tenho sido atento ao que é convergente no meu ser religioso e no viver o ministério presbiteral? Ou são âmbitos estanques, como gavetas sobrepostas numa mesma escrivaninha?

O *Presbyterorum Ordinis* trata do ministério e vida dos presbíteros apontando uma perspectiva eclesial-comunitária e subli-

nhando a importância do tríplice múnus: ensinar – santificar – governar. No entanto, esboça-se um novo modo de ver o presbítero² à luz das fontes do Novo Testamento, sua missão e vida, cuja identidade é compreendida no âmbito das relações com o bispo, com a comunidade cristã, com os outros presbíteros, enfim, com o mundo (FERREIRA, 2022, p. 29).³ Indubitavelmente, o presbítero é participante do sacerdócio de Cristo e verdadeiro sacerdote do Novo Testamento (LG 28). Sem embargo, «*Et ideo solus Christus est verus sacerdos, alii autem ministri eius*». “Somente Cristo é o verdadeiro sacerdote; os outros são seus ministros” (S. Tomás de Aquino apud *Cath.* 1545).

Embora inicialmente o Concílio não pretendesse, segundo os estudiosos do Vaticano II, apresentar um documento específico

sobre o ministério e a vida presbiteral (FERREIRA, 2022, p. 96), pouco a pouco a reflexão entorno da Igreja e da colegialidade dos bispos, como também da sua missionariedade e a valorização do laicado na *Lumen Gentium*, surge a necessidade de se aprofundar sobre “o presbítero” como componente importante dentro da nova compreensão eclesiológica, e não somente um documento sobre a disciplina dos padres. Havia na maioria dos padres conciliares o desejo de se alcançar uma visão de presbítero adequada às exigências da época, abandonando as nuances demasiadamente jurídicas e paternalistas sobre deveres presbiterais.

De fato, o Concílio não quis se prender em ratificar a disciplina dos clérigos, mas a oferecer uma teologia do presbiterado em perspectiva pastoral e missionária, o que ocasionou algumas mudanças de paradigma em relação ao presbiterado (FERREIRA, 2022, p. 69). O presbítero passa a ser visto como um agente de transformação socio-eclesial e não somente um ministro do culto. Obviamente, frustrava as fantasias onipotentes em torno da aura cultural-sacerdotal.

O que importa aqui é pensar sobre o que o ministério presbiteral diz ao religioso que se dispõe a mais esse serviço, buscando expressar o carisma institucional

² Ao invés de “sacerdote”, é mais adequado o uso do termo “presbítero”, terminologia do NT, na tentativa de superar o reducionismo simplista do ministério ao seu aspecto cultural.

³ Deixo como sugestão para leitura e aprofundamento sobre o *Presbyterorum Ordinis* o livro do padre Sandro Ferreira, “A dimensão comunitária do ministério presbiteral”, o qual oferece uma reflexão profunda e detalhada sobre controvérsias e críticas na elaboração desse Decreto conciliar. Além disso, sua reflexão aprofunda a necessidade da fraternidade sacerdotal no clero diocesano. Contudo, toca numa tecla importante da VRC e, por sinal, muito frágil em nossos dias: a vida fraterna em comunidade.

que lhe é próprio através do poder dado pela Igreja no sacramento na ordem. Pronto, aqui tocamos num ponto bem sensível: poder.

No eclesiocentrismo anterior ao Vaticano II, o padre exercia um poder imenso no imaginário de muita gente. Nem era considerado “humano”, mas um anjo ou um ser sobrenatural. Isso era alimentado pela mentalidade antimodernista que tentava em tudo salvaguardar a noção de poder dado pelo próprio Deus à sua Igreja, reforçando seu *status quo* de poder divino no mundo, numa sociedade que se organizava em âmbitos e poderes diversos. No entanto, o poder utilizado como meio de dominação é uma forma de injustiça e sério obstáculo à fraternidade. E infelizmente, poder como dominação bloqueia qualquer processo sinodal!

O intrigante tema do poder abre a 4ª **provocação**: Aos presbíteros é dado poder, ou seja, o *múnus* (dever, encargo, ônus) de ensinar, santificar e governar. Aos religiosos, não. Evangelicamente, de qual poder é investido os presbíteros? Não seria aquele mesmo que põe os religiosos ao seu nível de serviço compassivo pela humanidade, o qual nasce da paixão de Cristo em compaixão pelo ser humano? Paixão de Cristo, compaixão pela humanidade!

Como tenho ajudado as pessoas a quem sirvo no exercício

ministerial, como religioso consagrado num estilo de vida evangélica segundo o carisma do fundador e do Instituto a que pertencço, a compreender minha vocação religiosa?

Outrora o padre era um “herói solitário” e com poderes divinos, inerme ao sofrimento e à dor, sinal onipotente do Todo-poderoso. Será que isso “cola” quando nos confrontamos no dia a dia com as próprias limitações, sofrimentos e desejos? Ninguém deveria enfrentar a dureza do deserto sem a companhia de alguém.

Certamente, nossa gente percebe se há alegria e esperança no nosso modo de ser religioso presbítero, o qual ajuda a “pôr as pessoas a caminho, movê-las de uma sedentariedade fatídica, interromper sua ilusão de que podem viver felizes permanecendo comodamente sentadas entre as próprias certezas” (CNBB, 2017, p. 32). Não se pode também negar que muitas vezes somos tentados a girar em torno de insatisfações, pessimismos e desesperanças, quando não, da falta de fé e amor. Porém, nenhum de nós é vocacionado para viver sempre insatisfeito ou sem assumir o compromisso da entrega, cujas escolhas e decisões trazem consigo consequências (ainda que possam ser refeitas!?).

Enfim, a quinta e última provação: Sou feliz como religioso presbítero? Hoje o que há de insatisfação na minha vida? O que revelam essas insatisfações sobre mim (imaturidade afetiva, individualismo subjetivo, pouca clareza na vocação, ausência de mística profética, pouca generosidade na missão, ressentimentos ou invejas.). Encontro espaços de liberdade ou estratégias adequadas que me ajudam a refletir e alargar horizontes de esperança? Quais?

Creio que as respostas a tais perguntas podem ser o ponto de partida para tomar novas atitudes. E outras perguntam surgirão! Que tal se nos aproximássemos uns dos outros para uma simples troca de ideias e um lazer gratuito, tecendo vínculos de ajuda mútua entre religiosos presbíteros, que vivem em lugares próximos? Sem grandes estruturas ou grandes planejamentos, que mais tem a ver com espaços do que com o tempo ocupado em iniciar processos (EG 223).

Então, iniciemos processos...

Assim, despretensiosamente! Em grupos pequenos de religiosos presbíteros, comecemos uma caminhada juntos que, a longo prazo dará uma base sólida de comunhão e amizade, da qual brotarão

criativamente novos caminhos. Com efeito, as missões comparilhadas entre diversos carismas convergentes atestam, para além dos desafios que existem, uma possibilidade de vivência da vocação religiosa com mais leveza e entrega à missão.

A alegria desponta no horizonte do religioso presbítero que sabe esperar, vivendo sua vocação e missão do jeito que o Espírito lhe pede, hoje; jamais sozinho, mas com os irmãos, sempre!

Esboçando um estilo esperançoso de ser religioso presbítero, hoje:

- Homem “normal” na medida do possível, ou seja, capaz de amar e deixar-se amar pelo compromisso respeitoso no desenvolvimento do seu ministério e/ou outros trabalhos. Amigo sem exclusivismos interesseiros, mas sem excluir os pobres;
- Orante na vida e fiel à vida de oração, cuja santidade cultiva-se e expande-se pelo próprio exercício do ministério (PO 13);
- Alguém capaz de renúncias inteligentes e generoso em buscar o que é bom e importante em si mesmo, para ele e para todos;
- Um ser humano sempre aberto a conhecer-se e aceitar suas próprias vulnerabi-

- lidades como parte do seu caminhar, na compreensão das pessoas de quem se aproxima e do mundo ao redor (GS 10);
- Sensível aos apelos de Deus nos “sinais dos tempos” (GS 4) no cuidado dos fiéis, especialmente os pobres e desvalidos socialmente;
 - Um homem que não teme o mundo, mas sim o “mundanismo” (Papa Francisco e Henri De Lubac), e por isso é aberto ao diálogo sobre as questões atuais – como por exemplo, as pessoas trans, as urgências do feminino e das mudanças climáticas – as quais não podem ser ignoradas, ou pior ainda, meramente moralizadas;
 - Discernente e Sinodal na alegria do Evangelho, a qual anuncia e busca vivê-la, a partir de dentro;
 - Missionário e servidor, o qual não se contenta aos confins do altar ou da sacristia, mas disponível a “sair” ao encontro de quem busca a Deus em meio as brumas da vida;
 - Sinal que aponta o amor de Deus, com fé e abrindo caminhos de esperança;
 - Amigo de Deus e da Vida, na defesa dos direitos humanos;
 - Uma pessoa que insista na teologia do Batismo, apresentando com clareza evangélica os votos não como privilégios ou exceção no chamado feito à Igreja inteira, mas como sinal para uma comunidade onde todos são chamados à pobreza, à castidade e à obediência como bem-aventuranças (cada qual em sua perspectiva de vida), sendo fermento na massa, no mundo;
 - Enfim, discípulo de Jesus que jamais diz “já sei tudo!”, mas vive com espírito de aprendiz ao lado dos demais.
- Vislumbramos no horizonte essas alegrias e esperanças!

Para dialogar em comunidade:

1. Quais luzes o texto traz para reanimar-nos no seguimento de Jesus como VRC e no serviço ministerial?
2. Como podemos facilitar ao nosso povo a compreensão da nossa vocação religiosa e/ou ministerial?
3. Elenque alguns modos concretos ou perspectivas práticas para iniciarmos os pequenos grupos de vivências, como acenado ao final do texto.
4. Se preferir, escolha alguma das perguntas que mais interpelaram ao longo do texto.

Referências

79

- CATECISMO DA IGREJA CATOLICA. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap3_1533-1666_po.html. Acesso em: 27 out. 2023.
- CHITTISTER, Joan. **A hora é agora**. Por uma espiritualidade corajosa. Petrópolis: Vozes, 2020.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Perfectae Caritatis**. Decreto sobre a conveniente renovação da vida religiosa. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html. Acesso em: 26 out. 2023.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Gaudium et Spes**. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 26 out. 2023.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Lumen Gentium**. Constituição Pastoral sobre a Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 26 out. 2023.
- CNBB. **Papa Francisco e as vocações**. Brasília: CNBB, 2017.
- FERREIRA, Sandro. **A dimensão comunitária do ministério presbiteral**. São Paulo: Paulus, 2022.
- FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus e Loyola, 2013.
- FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti**. Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.
- JOÃO PAULO II. **Vita Consecrata**. Exortação Pós-sinodal sobre a vida consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031996_vita-consecrata.html. Acesso em: 26 out. 2023.
- PASSOS, João Décio. **Obstáculos à Sinodalidade**. Entre a preservação e a renovação. São Paulo: Paulinas, 2023.

PROFOLIDER 124

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

EMAIL: formacao@crbnacional.org.br
Telefone/WhatsApp: (61) 98471-0242

*Casa de Retiros São José -
Salvador, BA*

*De 17 de outubro a 26 de
novembro de 2024*

RESSIGNIFICAR A VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA EM SAÍDA: NOVOS CAMINHOS DE CONSAGRAÇÃO A DEUS

Pe. Joachim Andrade SVD¹

Resumo: O pontificado do Papa Francisco abriu as portas para contemplar a dimensão da “Igreja em saída”. A vida religiosa consagrada também embarcou nesse navio, iniciando suas “saídas” contextuais. A realidade de pandemia de Covid 19, fez os religiosos/as mais conscientes de sua opção e apresentou novos caminhos para consagrar-se a Deus. Portanto, o artigo no primeiro apresenta a compreensão das “saídas” na Igreja em geral e logo em seguida introduz as “saídas” na vida religiosa atual, especificamente em três níveis: individual, comunitário e estrutural. Finalmente, aponta também a importância do silêncio na vida religiosa para elaborar as “saídas” no mundo digital contemporâneo.

Palavras-chave: Consagração; Igreja em saída; Silêncio.

Introdução

Entendemos que a Igreja nasceu em “saída”, com a experiência de Pentecostes, onde os apóstolos não conseguindo segurar a experiência da ressurreição para si,

moveram para diversos cantos levando essa boa nova. Mais tarde, no Concílio de Jamnia no ano 85 d.C. a saída ficou mais histórica sendo que os judeus tradicionais expulsaram os seguidores de Jesus de Antioquia na Síria, e es-

¹ Padre do Verbo Divino. Mestre em Antropologia Social, Doutor em Ciências da Religião. Endereço para contato: joachimandrade@terra.com.br

tes assumiram pela primeira vez o nome de “cristãos”, e partiram pregando, supostamente nos caminhos do comércio da época. Posteriormente, por volta do século IV, devido ao crescimento numérico de adeptos, surgiram diversas vertentes entre os evangelizadores, nos quais se destacam “os padres do deserto” e “madres do deserto” que podemos identificar como fundadores da Vida Religiosa Consagrada. Com a retirada ao deserto eles buscavam superar suas fragilidades e ao mesmo tempo buscar uma experiência da mística numa forma solitária. Ao longo dos séculos esse modelo de vida religiosa desenvolveu-se em múltiplas formas, Vida monástica, Ordens religiosas e Congregações religiosas, saindo assim do modelo solitário dos padres e madres do deserto ao modelo comunitário do contexto contemporâneo.

Porém, tempos mudaram e com ele os modelos religiosos passaram pelas crises pedindo constante renovação. Os tempos atuais apontam que é necessário que se faça uma passagem da busca comunitária à busca solitária, da comunhão à solidão, é um retorno, uma “saída” aos tempos remotos, às origens da vida religiosa, claro com certos ajustes. Por que isso? Observamos que nunca houve tanta visibilidade da crise na

vida religiosa como hoje - crise numérica, crise estrutural, crise da inserção, crise de identidade e crise do seguimento. A pandemia de Covid 19, fez a vida mais consciente, onde os nossos sentidos foram obrigados a abandonar o contato com a paisagem externa e fomos convidados ficar dentro da casa e os olhares ficaram mais atentos com a paisagem interna que deram origem a novas descobertas da própria natureza vida religiosa entre as quais podemos destacar a vida religiosa consagrada em saída. Surgiram novas formas de consagrar-se, transformar crises em oportunidades e fragilidades em carismas. Quais são as saídas?

Compreensão das saídas

No olhar sociológico e antropológico, podemos entender que quando se fala em saída, precisamos ter clareza do ponto de partida em que estamos inseridos e quais as motivações que nos obrigam a sair. Reconhecer o nosso lugar da partida é o primeiro passo da nossa saída, pois isso, exige constante reflexão. “Desde os tempos antigos a vida religiosa consagrada foi compreendida como o “caminho” para a santidade. Portanto, o/a religioso/a era considerado como ‘peregrino’, ‘andarilho’ ‘renunciante’ ou aque-

le que sempre está a ‘caminho” (ANDRADE, 2013, p. 28). A saída envolve em primeiro lugar estar a caminho apesar de não ter total clareza do destino. Portanto, o caminho é o espaço entre as partidas e chegadas. A princípio, a opção pela vocação religiosa, é uma opção pelo caminho, pela saída e não pelo resultado final. Este é consequência da forma da forma como saímos e da forma como caminhamos. Quem caminha com fidelidade, adquire melhores resultados.

“A Igreja em saída” é um tema bastante debatido no pontificado de Papa Francisco e a saídas se tornaram visíveis nos últimos anos. A vida religiosa consagrada também assumiu esse caminho, iniciou o processo de saída em múltiplos rumos – redimensionamentos, unificação, reestruturação, readequação das obras, formação integrada, incorporação dos leigos são algumas saídas que podemos mencionar. As saídas também podem ser analisadas no interior de uma única congregação nos tempos atuais: a saída de uma pequena província para uma província em nível nacional ou continental; saída de uma estrutura estática para uma estrutura da rede (digital, virtual); saída de religiosidade comunitária à fraternidade espiritual; do barulho ao silêncio, assim como do centro

para periferia. Portanto, o caminhar faz parte das saídas da VRC, como aponta Paulo Suess:

quem muito caminha aprende a depurar não somente a bagagem, mas também a alma. Toda a longa travessia ensina a deixar de lado o que é supérfluo e ater-se ao que é essencial. O ato de caminhar ajuda a discernir o que é indispensável e o que é negociável. O caminho, principalmente quando o vaivém se repete uma, duas, três ou mais vezes, traz como lição a sabedoria de despojar-se do que pesa e retarda os passos, para concentrar-se no foco, na meta, no *horizonte* da própria existência humana (2012, p. 12).

Para ter uma compreensão adequada das saídas na vida religiosa consagrada, é necessário que haja um olhar mais carinhoso em cada uma delas, que podemos abordar em três áreas distintas: saídas estruturais, saídas comunitárias e saídas individuais.

Compreensão das saídas

As congregações/instituições religiosas são chamadas a desenvolver no interior da Igreja a partir do seu carisma específico. A tradução do carisma nos contextos ocorre conforme as regiões, continentes, países e culturas. Todos os membros recebem a formação adequada para atuar conforme as

demandas para contextualizar o carisma. Como apontamos acima, as épocas atuais são diferentes, as sociedades mudaram, necessidades se tornaram mais desafiantes, inclusive algumas realidades não necessitam da presença das instituições. Existem os lugares e realidades que exigem também as saídas das instituições do lugar.

Tudo era considerado até então tão importante, valioso para a instituição, agora se tornou desnecessário, irrelevante e em alguns casos um peso e pesadelo. Aqui no Brasil, as evidências dessa realidade começaram a aparecer já no começo do terceiro milênio e agora, durante a pandemia, tornou-se mais visível e alarmante. Um bom número de congregações, gradativamente adequou suas estruturas, organizou suas comunidades e preparou seus membros, enquanto as outras estão a caminho. No interior dessa reflexão precisamos contemplar as saídas em três áreas distintas.

Saída das estruturas

Uma das preocupações das congregações no processo da missão evangelizadora era construir as estruturas adequadas que eram necessárias para tal missão da época. Hoje, porém, a existência de tais estruturas parecem ser obstáculo para fazer uma opção

pelo caminho. Portanto, é fundamental que cada instituição desenvolva dois saberes: “saber deixar e saber chegar”, no momento atual para contemplar as saídas. As congregações precisam deixar, são obrigadas a deixar, pois, sem deixar não há possibilidade de chegar.

A saídas das estruturas é o campo do pensamento de equipe de liderança, pois os membros de liderança têm consciência de quais estruturas deve-se sair. Por exemplo, as congregações no processo de redimensionamento, juntam as províncias em uma única pelos diversos motivos: diminuição dos membros, envelhecimento, escassez dos recursos financeiros, percepção do término de missão em certos lugares e busca de novas fronteiras missionárias. As lideranças possuem um papel muito importante, pois as estruturas em si não pensam, precisam enfrentar as críticas, resistência de alguns para não sair, os membros podem ficar divididos em vários grupos etc. Portanto, esse processo exige um bom diálogo, muitas reuniões e orações, pois as estruturas que fizeram parte por cem, cinquenta ou vinte e cinco anos para os membros, agora precisam ser deixadas para ir a um novo lugar.

A “saída” traz uma mistura de sentimentos entre os membros,

questionamentos, raiva inclusive o desânimo. Aquilo que fez parte da motivação vocacional, o trabalho missionário, sustento da instituição, agora é visto como peso, problema e desnecessário. A tarefa da liderança é motivar seus membros a reconhecerem que a opção pelo caminho é mais importante, que precisamos caminhar e que a saída é inevitável. As pequenas províncias desaparecem, entram no contexto maior das províncias nacionais, continentais ou intercontinentais, onde as relações entre os membros passam pelas mudanças, distâncias geográficas e físicas aumentam, e a equipe de liderança acompanha todo o processo com cautela e amor.

Saídas comunitárias

Um dos tripés da vida religiosa consagrada é a vida comunitária que sustentou por séculos, agora sendo questionada pelos próprios membros, devido a própria experiência da vivência comunitária nos tempos digitais. Nos tempos digitais, os próximos se tornaram distantes e, os de distante, se tornaram próximos, pois, todos são obrigados a estar conectados. Os ajustes comunitários com as pessoas que nós não escolhemos para conviver, mas que somos obrigados por causa da natureza da op-

ção religiosa, apresenta um desgaste muito grande que também afeta o campo da missão. Observamos na vida religiosa, especialmente na masculina, um movimento “da vida comunitária para a vida fraterna”. Existem vários fatores para tal movimento: diminuição dos membros na instituição, os contextos específicos da missão e as dificuldades enfrentados na convivência. A vida religiosa feminina também não está longe dessa realidade, sendo que a comunidade ideal era de três irmãs e agora estão somente duas. Talvez não haja as respostas imediatas para este movimento, porém, o rumo é tomado pela vida religiosa e estamos caminhando.

Saídas individuais

As saídas individuais, trazem a dimensão pessoal da opção pela vida consagrada e para assumir a responsabilidade pela escolha. Nos tempos de pandemia, os membros tiveram mais tempo para si, e iniciaram pensar por si, pela sua consagração e sua opção vocacional. Essa consciência, em alguns membros, criou solidez na consagração vocacional. Em outros motivou o abandono definitivo. Nesta forma identificou-se a saída da dimensão comunitária para solitária. Cada membro começou a tomar consciência da

busca individual mais do que comunitária: “quando estou bem a comunidade vai bem”. Quando cada membro cuida de sua consagração a Deus a forma adequada, se sente melhor preparado a sair. Os membros estão preparados para sair, não porque são obrigados pela estrutura. Porque possuem clareza de sua consagração, querem sair com a vontade própria. A saída se torna uma opção pessoal, conseqüentemente a missão se torna frutífera.

Essas saídas em três dimensões são necessárias no contexto atual, onde a vida religiosa começa a reconhecer que os tempos de fartura vocacional acabaram. Agora ela é para poucos, porém comprometidos. Percebeu-se que o lugar dela é “margem”, “fronteira”, “periferia”, portanto, ela precisa sair.

Caminho do silêncio

Uma das dimensões pouco explorada ao longo da história na VRC é a do silêncio. Como aponta Nouwen,

é bem fácil perceber que, neste período terrível e doloroso de nossa história, nós que atuamos em paróquias, escolas, universidades, hospitais e prisões temos dificuldade para cumprir nossa tarefa de fazer a luz de Cristo brilhar nas trevas. Entre nós,

muito se adaptaram bem demais à letargia geral. Outros estão cansados, exaustos, desamparados, amargurados ou simplesmente entediados. Outros ainda, permanecem ativos e envolvidos, mas acabam por viver mais em seu próprio nome que no Nome de Jesus Cristo (2001, p. 12).

Justamente o que falta nesse cenário é o silêncio, pois é fundamental definir o silêncio como elemento essencial da espiritualidade do ministério que eventualmente ajuda a VRC a encontrar e desenvolver as “saídas”.

Como religiosos/as, precisamos sair do barulho frenético cotidiano, das atividades incessantes e das correrias sem clarezas. Por isso, em nível individual, cada membro é convidado para ouvir silenciosamente sua própria consciência, os apelos que ela tem conforme os lugares, épocas e contextos. A consciência evolui conforme a idade, portanto, aquilo que foi revelado numa determinada idade não necessariamente esteja no mesmo patamar depois vinte ou trinta anos. Neste sentido, ouvir a consciência é o fator fundamental para cuidar da consagração a Deus.

Em nível comunitário, a saída da vida comunitária à vida fraterna deve ser contemplada silenciosamente, observada cautelosamente e dialogada comunitaria-

mente para discernir melhor sobre as novas formas de estabelecer as relações fraternais. É momento doloroso para “deixar” o modelo antigo e para “entrar” no novo. O “saber deixar e saber chegar” precisa acontecer no âmbito comunitário no ambiente silencioso.

Enquanto o silêncio estrutural nos leva a perceber como as estruturas congregacionais criam as estruturas no interior dos seus membros. Em alguns casos, o impacto da estrutura é tão forte, que ao longo do tempo a identidade individual desaparece, o que se encontra é somente a estrutura congregacional. O que existe é apenas a congregação e não o indivíduo. O religioso/a não consegue pensar por si, não consegue agir conforme sua consciência, mas sim, conforme a estrutura congregacional. Portanto, o silêncio estrutural exige que a equipe de liderança permita que cada membro tenha sua identidade pessoal dentro de uma estrutura congregacional. Nesse silêncio estrutural, se faz um discernimento sobre a tradição congregacional, sobre as saídas necessárias e as transformações exigidas pelos tempos contemporâneos.

Considerações finais

A inquietação continua: Qual é o futuro da vida religiosa consagrada? Os historiadores da VRC

sabem que ao longo dos séculos algumas instituições se desapareceram. O tempo atual está apresentando um novo ciclo. A vida religiosa nasceu na experiência do deserto, foi enriquecida pelos contextos da periferia, passou por monacato, monástico e mendicante e depois fez passagem para as ordens religiosas abrindo espaço para congregações apostólicas e na atualidade para “novas comunidades”. Observamos que as pirâmides demográficas invertidas com muita gente idosa acima, um pequeno grupo de gente jovem em baixo, além disso, tem a realidade dos abandonos. Uma mistura de confusão e desordem – no trabalho pastoral, vivência espiritual, estrutura institucional sem mencionar os campos econômicos e sociais.

O caos foi criado no interior da vida religiosa. Agora precisamos sonhar com *kairos*. O Espírito Santo abre as portas para vida religiosa, mostrando os caminhos. Como apontamos, “a vida religiosa não nasce do poder, mas da margem, da periferia, do deserto, da fronteira” (CODINA; MARTINS, 2022, p. 27). A desordem foi criada, quando saímos da periferia, do deserto para o centro, agora é hora de sair conscientemente do nosso centro: estrutural, comunitário e individual para os lugares dos apelos contemporâneos.

Para dialogar em comunidade:

1. Contemplar sobre os nossos “centros” que nos prendem e não nos deixam sair.
2. Como podemos preservar um diálogo silencioso entre as três dimensões: estrutural, comunitário e individual, para ressignificar a consagração a Deus?

Referências

- ANDRADE, Joachim. Rumo à missão com fidelidade ao Caminho: análise da missão na ótica do Caminho de Emaús. In: CRB. **Permanece conosco: Estudo, Reflexão e Oração**, v. II, Brasília, CRB Nacional, 2013. p. 28-38.
- CODINA, Victor; MARTINS, Geraldo. A vida religiosa: do caos ao “kairós”? **Convergência**, Brasília, Ano LVII, agosto, setembro e outubro. 2022.
- NOUWEN, Henri. **A espiritualidade do deserto e o ministério contemporâneo: o caminho do coração**, 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- SUESS, Paulo. **Impulsos e intervenções: atualidade da missão**. São Paulo - SP: Paulus, 2012.

HUMANIZAR FORMADORES, FORMADORAS E A FORMAÇÃO

Pe. Rubens Pedro Cabral, OMI¹ [1]

Resumo: A proposta do texto é apresentar o tema da formação na ótica da humanização e indicar leituras complementares visando oferecer elementos para propiciar a convivência pacífica nos processos formativos. Com efeito, é árduo o serviço prestado ao período formativo de outrem, realizado quase sempre sob acirrada supervisão de componentes das comunidades de pertença, gerando desconfortos, reconhecidos ou não pelos integrantes.

Palavras-chave: Formação; Formadores/as; Humanização.

Introdução

Pode haver maior desgraça que esta? Que dando um homem remédio a outrem, lhe falte o mesmo remédio para si?

(Pe. Antônio Vieira)

Considerarei a possibilidade de partilhar impressões, reflexões e estudos vinculados à área da formação que, na prática jamais

atuei, em função das consequências e limites aqui visualizados a partir de formadores/as com seus inúmeros e valiosos benefícios, pois atingiram-me nos atendimentos realizados e seguem sendo conteúdo objetivo do trabalho ora desenvolvidos.

A imensa maioria de formadores/as, são homens e mulheres de boa vontade, assumindo essa exi-

¹ Religioso presbítero Missionário Oblato de Maria Imaculada. Psicólogo. Endereço para contato: rubens.omi1@gmail.com

gente tarefa, como mais um dos muitos encargos com os quais frequentemente estiveram encarregados, no tempo que a VRC, ou na vivência secular de seu sacerdócio, lhes permitiu experimentar, assim tomam-na como um desafio pessoal e não raras vezes em caráter voluntarista, acreditando-se e desejando saber-se capacitados/as ao conteúdo da missão confiada.

Outras vezes, porém, e isso também deve ser dolorosamente considerado, tomam tal serviço como forma leviana ou até mesmo cruel de exercitar o poder. Pior, quando como recompensa a méritos que acreditam ver notado, sem dar-se conta que esse sentimento impositivo de reconhecimento por outros, é trágico resultado de um baixo índice de auto estima, comprometendo seu processo de crescimento e impossibilitando que o mesmo aconteça com toda a comunidade formativa.

Essa pequena contribuição poderá gerar diálogos produtivos entre os/as disponíveis ao processo, uma compressão humana de entaves existentes e quiçá uma mudança em paradigmas pessoais.

Revelar-se presente na Parábola do bom Samaritano

Sem replicar a conhecidíssima parábola que dá título a esse item, elaborada visando responder à

capciosa pergunta “E quem é o meu próximo?” (Lc 10,29); igualmente desconsiderando aspectos teológicos contidos, explanados em texto próprio (BORTOLINI, 2008, p. 637), evidenciando a salvação através da misericórdia e da compaixão, manifesta no Samaritano, único consciente de que o que possuía era para colocar em comum, pretendo na transformação da mesma em metáfora, enfatizar os distintos papéis dos personagens.

Acertadamente convencionalmos olhar mais atentamente às figuras apressadas e evasivas do sacerdote e do levita que zelosos no cumprimento de suas tarefas tornaram-se incapazes de ver e assumir uma atitude empática em relação ao espoliado da beira da estrada. Em ambos a estratégia de seguir adiante abandonando dessa forma a prática idealizada e certamente conhecida de socorro (Lv 19,16) retomada posteriormente por Jesus para justificar a necessária solidariedade.

Detenhamo-nos, entretanto, no personagem à beira do caminho, ele é um irmão vitimado pela ganância inicial e pelo desprezo secundário dos acima elencados, nada tem para oferecer aos ladrões e por isso a instauração da violência desmedida, corre o risco de perder completamente a sua

vida uma vez que tudo o mais já lhe fora retirado, está pobre, impotente, abandonado à sua própria infelicidade, dolorido demais e sem forças para prosseguir sua jornada que ali terminaria.

Ao personagem generoso do Samaritano, delegamos a tarefa de retirar esse infeliz dessa situação vexatória, revelando no texto a possibilidade de chamá-lo de bom, conferindo-nos ao final a mesma tarefa (Lc 10,37c), entretanto proponho algo igualmente desafiante a formadores/as: inexistente a possibilidade de recolher alguém, com amor, nos atalhos da vida, caso não haja memória dos auxílios recebidos fraternalmente, que lhe permitiram tocar e curar as próprias feridas. (HALIK, 2020). Não uma visão mórbida do sofrimento existencial, mas da consciência de haver um dia sido cuidado.

Além do exposto, tal experiência curativa de si mesmo/a, deve ser rememorada com uma profunda e verdadeira gratidão; frequentemente os toques recebidos em nossas feridas, desafiando o crescimento, são vistos como invasivos, não raras vezes rejeitados com desculpas infantilizadas, alimentando a arrogante ideia de que não necessitamos uns dos outros para crescer com um mínimo de sanidade física ou mental,

diante das exigências cada vez mais complexas da realidade.

Respeitar a dor do outro, aproximar-se com cuidados e cautelas no santuário inimaginável do seu sofrimento, é exercício somente possível a quem experienciou tal relacionamento, algo que não se aprende na razão, ou se realiza em função de práticas autoritárias, vinculadas a tarefas formativas, mas ao desenvolvimento pessoal de suportar de forma resiliente a dor, graças a superação das dicotomias reais, que não raras vezes celebradas invisivelmente em cada um. (CAMPOS, 2018).

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.” (Carl G. Jung), essa pode ser uma frase basilar do que pretendo ao solicitar a formadores(as), que reconheçam em si mesmos a sofrida alma humana que habita seu corpo e sua história, verifique com cautela os caminhos percorridos na superação de seus sofrimentos e sejam agradecidos pelas pessoas que, por curto ou um longo período fizeram parte de sua caminhada mantendo-se como Cireneus, permitindo-lhes chegar e prosseguir avançando.

Libertação dos desagregadores laços familiares

Desde o Primeiro Testamento (Ex ou Dt) ou no segundo (Ef) encontraremos na Palavra de Deus a valorização e manutenção dos vínculos paternos sempre acompanhados de uma promessa de longevidade benéfica e produtiva. O reverso também é apresentado (Ef e Col), que os pais não aborrecem ou irritem seus filhos, assim suponho, os textos supervisionam a vida familiar, propondo desde aí respeitosa harmonia.

À semelhança dos demais temas bíblicos, esse também passa pela contaminação do pecado e desde as origens nos confrontamos com histórias de traições, ciúmes, desavenças, discórdias e tantas outras manifestações inscritas visando alertar, corrigir e certamente educar para uma nova e necessária experiência de convivência, permitindo em maior ou menor grau um retorno aos ideais sempre atualizados em novos contextos, outros personagens e jamais plenamente realizado.

O que vislumbramos em escala global em textos amplamente conhecido e valorizados desde nossa fé comum, acontece também em nível individual, no interior das

casas onde habitamos os lares construídos à partir do encontro de humanidades com suas semelhanças e possibilidades, mas com intransponíveis e conflituosos limites, que recaindo sobre as crianças, desde a gestação desejada ou não, o processo educativo, formativo originário da personalidade, a nos acompanhar.

Crianças, adolescente, jovens e adultos, geradas em famílias disfuncionais também podem ser chamadas à VRC, ao clero em suas distintas expressões, aos serviços eclesiais temporária e/ou definitivamente, isso porque desde o início das práticas do Evangelho de Jesus compreendemos que “Deus não faz acepção de pessoas” (Cr e Dt) no Primeiro Testamento, (At e Tg) no segundo, mantendo portanto sua liberdade absoluta para convocar, chamar e vocacionar a quem Ele queira.

A condição vislumbrada como claríssima, nos Evangelhos ou no testemunho pessoal do “Apóstolo” Paulo é que essas experiências sejam colocadas e equacionadas em seu devido lugar, permitindo verdadeiras transformações e novas formas de cuidado de si e dos outros, indicadas de maneira objetiva no texto que retrata a dor institucional do presbítero em nossos tempos (PEREIRA, 2012) à qual se pode acrescentar igual

maturidade humana exigida na vida matrimonial. (Gn 2,24).

O imperativo para a vida matrimonial celebrado no texto indicado, desafortunadamente não encontra eco em muitos membros da VRC ou do clero secular; arrastam consigo suas famílias de forma física, mental ou espiritual o resto de suas existências, pior no caso dos formadores/as, que buscam resolver suas questões, agora projetadas desde os conflitos familiares nas vidas de formandos/as impossibilitando-lhes crescer também através do desafio de abandonar o ninho.

Com frequência queixas reais e desalentadoras no exercício concreto da vida sacerdotal passam por um infantilismo idealizado da inexistente vida familiar, não totalmente resolvida, que projetada nas figuras atuais de autoridade (VALLE, 2003) esperam receber um universo eclesial harmonioso, sem a contrapartida do dever de dolorosamente construí-lo, tendo como pedra angular o abandono incondicional da realidade dolorosa e cruel, ou das benquerenças da vida familiar inicial.

Uma psicanalista do século XXI declara como uma das novas doenças da alma, a obsessão pela figura da mãe (KRISTEVA, 2002), isso justifica a quantidade incontável de pedidos de licenças

hoje vinculadas à essa realidade, um histórico familiar não devidamente encerrado, uma perene culpa chamada inadvertidamente de amor, e um seguimento de Jesus pelas metades, onde deixa-se quase nada, na tentativa de encontrar nas seguranças fantasiadas da VRC, o quase tudo não vivenciado no lar.

Encouraçados/as, curar-se da angústia de produzir

Não imaginava há pouco tempo receber de maneira tão bela, prática, organizada e bem-vinda uma reflexão sobre esse tema vindo de alguém coma tanta autoridade. Trata-se do livro “A formação na Vida Consagrada” do Padre Jaldemir Vítório (2022).

Chamo a atenção para a maneira gentil como o autor constata que, diante das intermináveis pressões que sofrem os formadores, assumam o desafio de “blindarem-se” (p. 135), o que aqui chamei de encouraçar-se, visando tornar possível a condução do processo.

Felizmente a mesma obra não se contém em avaliar casos negativos, quer para formadores ou formandos. Ela apresenta com sabedoria impar os passos, compromissos, metas e instrumentos a serem valorizados no encaminha-

mento e realização dessa missão especial, no caso da blindagem necessária: não trabalhe só, é insuportável o peso de um processo verdadeiro de discernimento; busque identificar o verdadeiro núcleo de cada problema, quando preciso com o auxílio de gente especializada; faça uma correta avaliação visando dirimir quaisquer possíveis equívocos.

O texto continua com mais orientações positivas para o formador: estar sempre atento para não subjetivar a crise do outro mantendo-se o mais isento possível de seus próprios problemas uma vez que o contrário ambos poderão afogar-se; não se precipite, pode ser que por cautela, medo ou insegurança, o formando “esconda o jogo” então importa descobrir outras formas de ajudar; cuide das comunicações externas ao momento, a tentação de falar alhures é grande porém destrutiva, e ainda por fim atue sempre com caridade e respeito a fim de manter no outro o projeto cristão.

Explicitarei que essas indicações são de caráter pedagógico, posteriormente caso lhe interesse essa é mais uma das obras indicativas para um bom aprofundamento do tema, que desejo aconteça. Prossigo noutro passo vinculado às armadilhas nas quais formadores(as) podem cair,

justificando uma pele mais resistente, trata-se da angústia gerada pelo autojulgamento, de ser produtivo ou não no trabalho que lhe fora confiado, em função da permanência e/ou desistência de formandos.

A sociedade capitalista/excludente em que vivemos privilegia a produção e não raras vezes ouvi queixas e recolhi lágrimas de entristecidos idosos/as que ainda alimentam o cruel desejo de continuar a ser produtivos mesmo sob o peso de total incapacitação, mediram-se ao logo da vida pelo que eram capaz de realizar e não por aquilo que eram, representaram ou testemunhavam, isso também pode ocorrer com formadores, seu trabalho não pode ser quantificado mas avaliado pela real capacidade de amar e proteger a Congregação, Ordem, Instituto, Diocese de danos futuros.

Saber-se ou notar-se como alguém que levou até as últimas consequências seu ministério deveria ser suficiente para homens e mulheres da VRC que assumiram, a exemplo do Mestre, não a glória em suas múltiplas manifestações frequentemente confundidas com o exercício espúrio dum poder que não lhes compete, mas da tarefa generosa que mantém suas bases na espiritualidade serviçal (SCIADINI, 2014) manifes-

tada por Jesus na ceia de despedida dos seus, se o seu ministério cumpre com rigor o uso constante e fiel desse desprezado avental de serviços, então realize-se sem ansiedades.

Importa saber que existem pessoas sérias e diligentes que de fato contribuirão com o bom exercício de seu papel de acompanhamento nas distintas etapas da formação, elas lhe tratarão com o devido respeito, desafiando suas possibilidades, e até o quanto podem, caminharão contigo para a superação de crises verdadeiras ou não, entretanto, há também canalhas que falam e atuam por detrás, invejosos, ciumentos e vorazes, popularmente chamados de tóxicos, desses mantenha-se distante ao máximo, peça a Deus que lhes dê a graça da conversão, se possível, antes do juízo final.

Pelo Evangelho, superar o desejo de ser reconhecido

Há uma frase do Evangelho que servirá sempre, quer como prevenção no início de quaisquer tarefas, ou como elemento curativo-libertador diante de situações de encerramento das mesmas: “Assim também vós, depois de terdes feito tudo o que lhes foi ordenado, dizei: somos servos inúteis; fizemos o que devíamos

fazer”. (Lc 17,10) A apreciação desse texto nos livraria a todos do desejo de prosseguir indefinida e apaixonadamente em situações, locais, relações de serviços que jamais nos pertenceram, e ora não pertencem mais.

Humanamente, todos/as apreciamos o reconhecimento externo sempre bem-vindo sob a forma de homenagens, palavras, menções celebrações, placas comemorativas e sobretudo pelas felizes memórias que eventualmente deixamos em outrem nos distintos trabalhos realizados com dedicação incondicional e amor verdadeiro nos lugares onde fomos destinados desde o inquieto dia em que deixamos nossa família de origem rumo dos desafios de uma resposta vocacional.

Com certa frequência tais desejos transformam-se em apegos desnecessários, desmedidos e inúteis, não raras vezes convertidos em um acompanhamento à distância ou não, em tons que vão desde uma oração verdadeira para que tudo dê certo, até o ciúme aprisionado que lança em palavras ou ações dardos de fel para que as coisas ou as pessoas agora envolvidas não vinguem, não sejam prósperas, valendo essas expressões para a VRC, bem como para a vida matrimonial, suscitando até o desenvolvimento de

obra específica (PADOVAN, 2022) sobre o tema para curar relacionamentos feridos.

É preciso recordar que a área da formação, acompanhada pelos demais membros de uma província ou diocese, recebe maior atenção e interesse, vindo a ser alvo de críticas, bem ou mal-intencionadas, sobre seu andamento, a dinâmica interna ou externa, as distintas posturas desejáveis, quer para a gestação de bons resultados ou para cumprir interesses escusos, perversos, egoístas chegando mesmo a espaços destinados às fantasias infantis de caráter controlador.

Elementos externos podem também influenciar as relações e os trabalhos formativos, isso tanto é verdadeiro que chega a merecer um capítulo, o VIII de uma obra anterior do já citado Pe. Jaldemir, no texto que por humildade chamou de opúsculo, oferecendo contribuição prática nas relações formativas; trata-se de sempre levar em conta esses componentes internos ou externos, alheios à vontade do formador e formandos dificultando que determinadas metas sejam possíveis. (VITÓRIO, 2008).

O/a formador(a) precisa valer-se das palavras do Evangelho citado a fim de não perder seu índice de autoestima frente às ad-

versidades do processo formativo, não trazer para si, elencar como algo pessoal, aquilo que eventualmente não frutificou, à semelhança de um pipoqueiro que não se envergonha dos milhos. que ao invés de tornarem-se pipocas, converteram-se em piruás no fundo da panela à essas experiências de fracassos, repetir a si mesmo: “sou servo inútil”.

Porém, e isso talvez seja um pouco mais complicado, não cabe ao formador contabilizar ou esperar ansiosamente para contabilizar, vitórias, acertos, os muitos e bons frutos gerados como expressão gloriosa de sua grandeza pessoal; isso vale para todos os demais ministérios, bem como pela graça de manter uma família em vínculos estáveis com patamares sadios e estabilizadores, tudo é Graça, trabalho em equipe, resultado da desejada relação transparente e dos esforços individuais.

Cabe àquele/a, que se acredita vocacionado/a a esse generoso serviço da formação, dizer continuamente a si mesmo/a, diante da alegria da tarefa bem concluída com os esperados frutos, através de suas palavras e no comportamento útil de passar o “bastão”: “sou servo inútil”.

Voltar à vivência trinitária e cristocêntrica da fé

Essa pretende ser a última, porém não a menos importante contribuição em forma de itens, para esse momento de reflexão e diálogo sobre as feridas do formador em processos constantes de cura e superação visando o acompanhamento e o testemunho na fé no processo formativo. Experimentamos novas realidades vinculadas ao fim da cristandade: as mudanças provocadas pelo mercado religioso e às parciais “espiritualidades”.

Alguns formadores podem carregar consigo a frágil, e inadequada ideia de que são a única ou talvez a verdadeira fonte de formação de formandos/as colocadas sob sua orientação, essa perspectiva é falsa e inexistente em suas duas premissas, isso aconteceu em algum momento da história da Igreja, o tempo dos grandes manuais, do centralismo de poder e de escassas fontes.

A realidade fluida permite acesso de conteúdos formativos com características de auxílios necessários, para todos os assuntos possíveis, bem como a imensidão de conteúdos desnecessários, passatempos inúteis que passam a povoar mentes e corações de pessoas ainda não bem estruturadas

sob o ponto de vista de uma consciência crítica válida e saudável. Casas de formação também são vítimas desse brutal mercado de seguidores, à procura de números que validem a egolatria reinante.

Escapam de todo controle possível esse fenômeno que, pela globalização das informações atinge a todos, não raras vezes confundindo mais que esclarecendo, devolvendo à sociedade um número crescente de pessoas que, à semelhança do homem de palha do filme “O mágico de Oz”, passam a vida procurando um cérebro que lhes dê sustento, porém nesse contexto vindo de fora.

Na outra ponta, alguns formadores creem que possuem a verdade sobre o Carisma, a Vida Cristã, as Tradições da Igreja, o Evangelho. Pior quando alimentam na arrogância, a pesarosa ideia de que sua espiritualidade, vinda de movimentos ou grupos interferentes específicos, dentro da Igreja pode compor ou abarcar todos os itens acima, e formandos(as) veem-se obrigados/as a esses alimentos tóxicos invasivos, impeditivos de uma verdadeira criatividade pessoal ou Eclesial.

Importa sempre recordar que a Igreja é de Cristo, e o tem como Cabeça (Col, 1,18), e por mais interessantes que sejam as espiritualidades atuais ou de caráter

destrutivamente conservador, não podem e não deveriam substituí-Lo, transformando religiosos e religiosas em meros captadores de novos membros para esses grupos. Como profilaxia dessas incongruentes atuações, existem inúmeras obras voltadas à grandeza do ideal maior vinculado ao Reino de Deus, a uma verdadeira fraternidade que brota do “Pai Nosso” e outros argumentos consagradores do urgente equilíbrio que uma fé verdadeira supõe; quiçá o retorno possível ao Cristianismo (BOFF, 2013) nos livre de todo mal.

Passamos das eras dos grandes manuais que objetiva e sistematicamente proclamavam as imutáveis verdades universais para um subjetivismo doentio, onde cada qual se crê caminho para os demais, desfigurando o único caminho (Jo 14,6), impedindo uma prática religiosa amadurecida.

Espero não haver desenhado um quadro demasiadamente negativo ou nebuloso, nesse último item, gostaria de desconstruir quaisquer falsas seguranças de que o processo na formação, sob múltiplos aspectos nele contidos esteja nas mãos de alguém, que não exclusivamente de formandos(as) e suas opções práticas, feitas à revelia ou desconhecimento de formadores. Termino

indicando a obra de Joan Chittister intitulada “O sopro da vida interior (2015). Ela é facilitadora das relações de perdão, misericórdia e superação dos desatinos individuais e comunitários permitindo novo sopro de vida para todos e todas, acredito e espero que esses exercícios reanimem a muitos/as, na tentativa de estabelecer nova espiritualidade.

Imagine...

Há experiências comoventes, experimentadas no relacionamento entre pessoas que, desconhecidas das condições perversas de seus recalques, sofrimentos e fantasias onipotentes, cercearam o crescimento de outrem, colocados/as em seus caminhos para a vivência de um suficientemente exigente processo formativo, totalmente impossibilitado, quando enviesado por guias cegos (Mt 5,14).

Imagine uma comunidade formativa com seis membros, uma formadora, sua vice, e quatro jovens em diferentes estágios, convivendo numa cidade de porte médio, aparentemente todas com os mesmos sonhos, uma vida relativamente simples, porém com o suficiente para o conhecimento e a vivência de um Carisma específico, celebrado em clima harmonioso com a Igreja local. Nossas

histórias se entrelaçam no acompanhamento regular de uma das formandas, sem crise vocacional.

Passado algum tempo, surge uma queixa resultante da pergunta insistente da formadora: - “Você gosta de mulher?” Mesmo frente a negativa da jovem e de haver experiências de namoro com rapazes antes do ingresso, a pergunta voltava, constituindo aos poucos fonte de insegurança e desprazer para a acompanhada. Minha proposta foi conversar, sem medo, com as demais, então constatamos que todas passavam pelo mesmo incômodo. Infelizmente, antes de levarem a queixa à Provincial, todas decidiram abandonar a VRC, com desculpas individuais convincentes.

Acolhi posteriormente, a própria formadora, que corajosa mas dolorosamente deu passos para descobrir e elaborar, com alguma tranquilidade os temores de sua homo afetividade, numa bela experiência de integração de si, porém tarde demais para as que se evadiram, mas viver não é isso? “Um contínuo rasgar-se e se remendar na busca do definitivo?”² Então valeu!

Imagine um formador responsável por oito rapazes, vibrantes nas descobertas do universo filosófico e seus intermináveis desafios, confrontados ainda pela realidade ambígua da periferia dessa grande cidade, nele as tarefas comuns e também a exigência interna de “consertar” a própria família que, embora distante, era disfuncional, mãe alcoolista e jogadora compulsiva, pai separado de tudo, em universo alienado, e uma espécie de “salve-se quem puder” entre os muitos irmãos.

Nessa conjuntura, sua preocupação maior era que esses jovens não “abandonassem” o lar original, caso fossem igualmente disfuncionais, obsessivamente perguntava sobre essa realidade, sobretudo após períodos de férias, insistindo que deveriam voltar, cuidar dos pais/irmãos, a fim de que não se desintegrassem na missão. Alguns retornaram, abandonando o projeto vocacional, outros prosseguiram, criando até um estado de harmonia fantástico sobre a família original, sem, entretanto, conseguir resolver o real conflito interno, gerador do contínuo sofrimento ao formador.

Imagine com que sentimento de humilhação, um formando em momento de partilha relata a cena de estar com seu formador,

² Fala do personagem Manoel Veiga no filme brasileiro “Meus dois amores” (Globofilmes/Labocine/Canal Brasil, 2015).

em meio aos demais, em um dia qualquer, e esse lhe dirigir a palavra ordenando imperativamente: “Estou com sede! Busque um copo com água para mim!” do nada; grosseiramente, apenas para fazer deixar claro que é ele quem manda naquele espaço, e qual quer um que tenha juízo deve-lhe obediência incondicional, como diz o ditado popular.

O acontecimento acima revela o baixo nível de autoestima do formador, precisa impor-se para acreditar que tenha algum valor, é um desconhecido para si mesmo, assim incapaz de perceber que sua tarefa se assemelha à de Jesus que não veio para ser servido, mas para servir (Mt 20,28). Bons e necessários exemplos edificam muito mais as relações, do que a inutilidade das pretensas palavras formativas, que certamente também esse formador se importa em anunciar, na tentativa inútil de cumprir seu papel, formando/as não são serviçais mas companheiros/as de caminhada.

Uma experiência feliz

Durante a preparação da JMJ no Brasil, visitei, estudei e trabalhei na Comunidade Oblata em Washington DC. Foram momentos de bênçãos, de vida comunitária e fraterna intensas. Nesse período conheci Fr. Louis Studer,

omi, e partilhamos experiências sobre as atividades formativas em suas dimensões gratificantes. Dos diálogos surgiram “dez mandamentos para um longa jornada” no exigente ministério de acompanhar/conduzir/formar novos membros para a Igreja e a Congregação (STUDER, 2007). Partilho com vocês, na esperança que lhes sejam úteis, como o foram para mim até o presente:

1. *Primeiro mandamento:* Você pedirá que Deus lhe dê uma “nova chance”, a cada novo dia. Igualmente, dará aos outros, a mesma “página em branco” que pede que lhe dê a cada dia.
2. *Segundo mandamento:* Você pedirá para ter, diante de terceiros, uma atitude isenta de juízo de valores. Julgar é papel do Deus que tudo compreende e não seu.
3. *Terceiro mandamento:* Você acreditará que um princípio fundamental da vida, é que Jesus já lhe salvou por meio de sua Cruz e Ressurreição, fará então os outros conhecer, com suas palavras e ações sobre esse ato salvador.
4. *Quarto mandamento:* Você aceitará a existência de duas qualidades importantes, segundo as quais todos devemos viver: estar disponíveis e ser acessíveis para os outros.

5. *Quinto mandamento:* Você conhecerá e entenderá que toda vida é uma dádiva. Deus nada lhe deve. Reconheça que Ele decidiu abençoá-lo abundantemente apenas por Amor e generosidade.
6. *Sexto mandamento:* Você aceitará que deve estar atento ao significado de “ouvir o coração”, entendendo a significativa diferença existente entre escutar uma pessoa, e ouvir o seu coração.
7. *Sétimo mandamento:* Você se esforçará para compreender os outros, porque tal compreensão faz o outro erguer os olhos e visualizar mais longe, o que é um bom modo de entender-se.
8. *Oitavo mandamento:* Você se esforçará para manter um perdão proativo: ser o primeiro a lamentar quaisquer perdas sofridas.
9. *Nono mandamento:* Você será hospitaleiro com os outros, fazendo-os sempre sentirem-se bem-vindos, deixando-os à vontade nos locais e situações vivenciadas.
10. *Décimo mandamento:* Você valorizará toda oportunidade de crescimento pessoal, através de retiros, leituras, seminários, caminhadas, alimentando-se bem, rezando ou brincando mais, man-

tendo sempre o bom senso de humor sobre si próprio.

Finalmente, um bom conselho, que adotei como lema e espero vocês também possam. Acredito que há três caminhos para alcançar Deus nessa vida: a prece, o riso e a amizade. Espero que vocês tenham abundância de todos os três na jornada de suas vidas”.

Conclusão e motivações para o diálogo

Artigos e publicações cumprem a tarefa de explicitar um, ou vários temas, aprofundando variantes dos mesmos procurando enriquecer interessados com propostas criativas, visando ampliar sua compreensão; essa atitude representa um ato de fé para quem escreve, e manifestação de esperança a quem se dedica à leitura. Aqui, ambas as atitudes foram cumpridas.

Obviamente a compreensão dos indivíduos no prisma de um acompanhante, é distinta da manifesta por formadores e formadoras, entretanto, deveriam ser complementares na responsabilidade, implicitamente colocada sobre ambos, em tarefas relativas à constituição de um harmonioso presente, e na construção do futuro da Igreja, nas partes que lhes competem.

O processo formativo não precisa ser “martirial”, a quaisquer dos envolvidos, pode ser sereno, vivo, coerente a agraciador, quando prioriza o crescimento e a superação de situações, sentimentos ou realidades intrusivas, que nada ou a ninguém edificam. Su-

perar corajosamente os dramas pessoais, criando espaços sadios para que o mesmo ocorra com aqueles/as acolhidos/as em casas formativas, é possível e desejável, segundo os itens aqui extensamente apresentados.

Para dialogar em comunidade:

1. Que parágrafo do texto em geral representa o maior desafio para a humanização do processo formativo?
2. Quais as suas experiências positivas, que podem ser consideradas superadas, com as quais convive harmoniosamente no seu serviço de formador/a?
3. Onde acredita necessitar de auxílios para viver bem seu compromisso desse momento na formação, tendo como referencial os dez mandamentos de uma longa caminhada?

Referências

- BORTOLINI, José. **Roteiros homiléticos**. Anos A, B, C Festas e Solenidades. São Paulo: Paulus, 2008.
- STUDER, Louis. **Farmer to Father**. finding God in people, places and events. Belleville: Missionary Oblates of Mary Immaculate, 2007.
- HALÍK, Tomas. **Toque as feridas**. Sobre sofrimento, confiança e a arte da transformação. Petrópolis: Vozes, 2020.
- CAMPOS, Luciana. **A dor invisível dos Presbíteros**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- PEREIRA, Willian C. Castilho. **Sofrimento psíquico dos presbíteros**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- VALLE, Edênio (Org.). **Padre. você é feliz?** Brasília: CNBB/CNP/Loyola, 2003.

- VITÓRIO, Jaldemir. **A formação na vida consagrada.** Reflexões para uma pedagogia Mistagógica. São Paulo - SP: Paulinas, 2022.
- PADOVAN, Martin H. **Curando relacionamentos feridos.** São Paulo - SP: Paulus, 2021.
- VITÓRIO, Jaldemir. **A pedagogia na formação.** reflexões para formadores na Vida Religiosa. São Paulo - SP: Paulins, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Cristianismo,** o mínimo do mínimo Petrópolis: Vozes, 2013.
- CHITTISTER, Joan. **O sopro da vida interior.** A oração como experiência de misericórdia. São Paulo - SP: Paulinas, 2015.
- RIOS, Luiz Henrique. **Meus dois amores.** Rio de Janeiro - RJ: Globofilmes/ Labocine/Canal Brasil, 2015.

**VRC E ENVELHECIMENTO:
CUIDANDO DE QUEM
CUIDA**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

EMAIL: formacao@crbnacional.org.br
Telefone/WhatsApp: (61) 98471-0242

*Casa de Retiros Coração de
Jesus - Florianópolis, SC*

*De 16 a 21 de junho de
2024*

DEPRESSÃO E IDEAÇÃO SUICIDA NA VIDA RELIGIOSA CONSAGRADA

Frei Rubens Nunes da Mota, OFM^{Cap}¹
Marta Helena de Freitas²

Resumo: A depressão é considerada pela Organização Mundial da Saúde a quarta principal causa de incapacitação e suicídio. A ideação suicida ou o suicídio como ato, são fenômenos exclusivamente humanos, ocorrendo em todas as culturas, variando, contudo, sobre o valor e a interpretação que se dá a tal ato. O objetivo deste artigo é apontar e discutir alguns elementos que fazem parte da trajetória de vida de religiosos e religiosas consagradas, a fim de ajudar na compreensão do adoecimento mental neste público. Para tanto, busca-se explorar a literatura concernente ao tema, mostrando resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre o tema e tecendo reflexões inspiradas nas contribuições das abordagens sistêmica, psicossociológica e fenomenológica em psicologia, colocando-as em diálogo com os propósitos e características da vida religiosa consagrada e respectivas instituições que a inspiram, normatizam e mantêm.

Palavras-chave: Depressão; Ideação suicida; Saúde mental; Religião.

¹ Frade Menor Capuchinho da Província do Brasil Central. Mestre e Doutorando em Psicologia na Universidade Católica de Brasília. O presente artigo é parte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UCB sob a orientação da Profa. Marta Helena de Freitas. Endereço para contato: freirubens@gmail.com

² Doutora em Psicologia. Professora na Universidade Católica de Brasília. Endereço para contato: mhelenadefreitas@gmail.com

Introdução

A depressão e a ideação suicida são vivências pouco abordadas na literatura referente às trajetórias religiosas, sendo essa escassez ainda maior quando se trata de pessoas religiosas consagradas da Igreja Católica Apostólica Romana. As raras produções nesta área tendem a ser desconhecidas, sendo que as razões para essa limitação de produção e de acesso podem ser atribuídas tanto às dificuldades de se obter subsídios para pesquisa em torno desta temática, quanto pela pouca acolhida destes temas nas revistas científicas, mas talvez ainda mais por ser um tema tabu, pouco enfrentado interiormente e externamente pelos próprios religiosos. Este cenário não dever ser desanimador. Pelo contrário, reforça a motivação para a proposição de trabalhos que busquem levantar dados sobre a situação da saúde mental das pessoas religiosas em contexto institucional católico, como é o caso do estudo aqui descrito.

Complexidades que envolvem a ideação suicida

Complexidade diz respeito ao emaranhado que compõe a sociedade e que tem impactos em seus membros, mostrando que não é

simples compreender o tema da ideação suicida. O simples estaria na forma linear de analisar os dados, mas o complexo ajudará a olhar a desordem que provoca o tema (VASCONCELLOS, 2003). As desordens e contradições podem ser vistas na sociedade, mas os reflexos se apresentam em cada indivíduo. O CID 11 (2019) relata os sintomas que acompanham a ideação suicida, entre os quais estão delírios, experiências de influência, passividade e controle, grandiosidade, ideias supervalorizadas, distúrbio de identidade, obsessões e ideação homicida.

Estas manifestações podem ser sinais importantes na percepção da saúde do indivíduo, pois são prévias e ou concomitantes à ideação suicida. Outras manifestações também podem fazer parte da ideação suicida, tais como pensamentos, ideias ou ruminações sobre a possibilidade de acabar com a própria vida, em geral acompanhadas da concepção de que seria melhor morrer para dar fim ao sofrimento que se sente.

Para a fenomenologia, o desejo de suicídio desvela-se em inúmeras faces, inúmeros perfis, explícitos e implícitos, ativos e passivos, seja ancorando-se na autonomia descrita por Descartes como “penso, logo existo”, centralizando em si a razão da felicidade, ou mes-

mo negando a alteridade e o senso comunitário. Por outro lado, Heidegger, ao tratar sobre a angústia e tristeza do ser, aponta que o homem é um “Ser-no-mundo”, ser de relação (CAVALIERI, 2009; CASANOVA, 2012). Nessa perspectiva, a angústia e solidão que acompanham a ideação suicida tomam a expressão de um viver cada vez mais degradante, onde o viver não vale mais a pena, tornando-se a morte a melhor possibilidade (CAVALIERI, 2009).

Pesquisas ancoradas no modelo médico dizem que, assim como a depressão, também a ideação suicida pode vir associada a outras doenças ou síndromes, ou situações estressoras, como, por exemplo, as pandemias. Carro e Nunes (2020) fizeram um estudo transversal sobre a ideação suicida associada à síndrome de Burnout em estudantes de Medicina de uma instituição privada de ensino na região Sul do Brasil. Para identificação da síndrome, utilizou-se o *Maslach Burnout Inventory – Student Survey*, o teste qui-quadrado ou teste de Fisher e um instrumento para a coleta de informações sociodemográficas, hábitos, rotina e situação acadêmica. A pesquisa mostrou que há uma prevalência de 12,3% de síndrome de Burnout entre os acadêmicos de Medicina com a presença de pensamentos suicidas.

O recente contexto da Pandemia do COVID-19 é um exemplo de situação que muito influenciou na saúde mental. Na América Central, a pesquisa de Chávez e Heredia (2021) apresenta a situação de problemas de saúde mental em adolescentes com ideação suicida e seu agravamento durante a pandemia do COVID-19. O estudo foi observacional, descritivo, transversal retrospectivo, com informações do banco de dados de mortes violentas do Ministério do Governo. O resultado da pesquisa apontou que, durante o confinamento devido ao estado de emergência em 2020, no Equador, houve 97 suicídios registrados em adolescentes entre 10 e 19 anos.

No Paraguai, os pesquisadores Esquivel et al (2021) também pesquisaram o impacto da Pandemia da COVID-19 na saúde mental da população, fazendo associação entre desesperança e ansiedade. O enfoque foi quantitativo transversal com aplicação de dois questionários a 1340 pessoas. Além dos questionários, foram utilizados dados sociodemográficos e utilizada a Escala de Desesperança de Beck (Hopelessness Scale, HS). O resultado da pesquisa mostrou a prevalência de 23% de ansiedade, com risco de 25% deste público em cometer suicídio.

De acordo com estudos de Ferrari et al (2022), a COVID-19 teve

sérios impactos em pessoas que já sofriam de transtornos mentais pré-existentes no Brasil. O artigo se baseia em pesquisa na terapia ocupacional de grupos de tele saúde no Brasil com a parceria de profissionais e estudantes do Reino Unido. Foi utilizado o Método Terapia Ocupacional Dinâmica através de múltiplas ferramentas de comunicação digital. O resultado da pesquisa constatou agravamento da saúde mental na população participante, bem como mostraram desafios na equipe de terapia ocupacional no atendimento deste público.

Quanto aos formatos utilizados para a tentativa de retirar a própria vida, diante do pensamento ou ideação suicida, pode haver formulações que vão desde planos elaborados sobre como executar, passando por tentativas concretas de suicídio (MB23.R) e histórias pessoais de automutilação (QC4B), CID 11 (2019). Sobre as formas como ocorrem as tentativas na execução do suicídio, algumas pesquisas mostram que essas se dão por ingestão de pesticidas, enforcamento e armas de fogo, dentre os principais métodos mais comuns de suicídio em nível global descritos pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020). Contudo, é importante não somente observar o como acontece cada suicídio, mas sim, a si-

tuação pessoal, familiar e social de quem comete tal ato, isso em vista da prevenção. Os estudos alertam que os suicídios podem ser evitados com intervenções em tempo oportuno, com base em evidências e com baixo custo. Para uma efetiva prevenção, as respostas nacionais necessitam de uma ampla estratégia multissetorial (OPAS, 2020).

Quando se trata de regiões continentais, os dados do OPAS (2020) mostram que o fator econômico tem papel significativo. Assim, em regiões menos favorecidas economicamente, observa-se maior índice da ocorrência do suicídio. Contudo, no Brasil, essa tendência não é observada, visto que o índice de suicídio no Nordeste, região menos favorecida economicamente, são menores do que no Sul, região mais favorecida do País. Segundo Macedo (2006), a região Sul do Brasil tem índice de suicídio superior às demais, sendo o Rio Grande do Sul o Estado com maior média nacional e sua capital, Porto Alegre, com destaque nacional sobre o suicídio.

Ainda no contexto brasileiro, cerca de 12 mil pessoas tiram a própria vida por ano, quase 6% dos óbitos. A cada 46 minutos, uma pessoa tira a própria vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

No Nordeste, especificamente na Bahia, entre 2010 e 2019, foram contabilizados 8.833 casos de lesões autoprovocadas e, destes, 5.160 foram casos de suicídio. No ano 2020, foram registrados 634 óbitos por suicídio na Bahia. Os dados estatísticos tratam de uma realidade devastadora quando se identifica o perfil das vítimas brasileiras: a maioria é homem, negro, com idade entre 10 e 29 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Tal realidade aponta a relevância de se investigar os fatores que poderiam influenciar a ideação suicida no Brasil nessa faixa etária, inclusive aqueles relacionados às instituições de ensino.

Com objetivo de analisar os fatores associados à ideação suicida em estudantes de Ensino Médio e Superior, Lima et al (2021) realizaram um estudo epidemiológico, transversal, analítico, realizado em Montes Claros, região Norte de MG. Foi aplicado um questionário contendo questões relativas às características sociodemográficas, escolares, ocupacionais e de estilo de vida e às condições socioafetivas, psíquicas, e o inventário de Depressão de Beck, para avaliar os fatores associados à ideação suicida. Os resultados mostraram a prevalência de ideação suicida de 11,6% em estudantes do Ensino Médio e de 9,8% no

Ensino Superior. A prevalência de ideação suicida mostrou-se associada a fatores sociodemográficos, estilo de vida, socioafetivos e psicológicos, corroborando índices divulgados pela OPAS (2020), no que diz respeito à situação socioeconômica.

Entretanto, os resultados de pesquisas desenvolvidas com universitários podem diferir de uma região para outra, assim como também na mesma região. Em relação à pesquisa do norte de MG, no Piauí (PI) os fatores a eles associados não são os mesmos. Veloso et al (2019), num estudo com 142 estudantes de uma universidade pública em Teresina-PI, em quatro cursos das áreas de saúde – enfermagem, fisioterapia, medicina e psicologia – encontrou a prevalência de ideação suicida em 22% da amostra, com perfil de homens, solteiros e com vínculo empregatício, em especial entre universitários do curso de Psicologia, os quais apresentaram maior extensão da motivação e planejamento do comportamento suicida.

O tema do suicídio estudado entre universitários, de acordo com seus resultados, é duplamente importante: a) de um lado, por apontar a necessidade de motivar/despertar os jovens para o campo profissionalizante e o sentido da vida proporcionado neste proces-

so e, b) de outro, por estimular as instituições a terem programas consistentes para dar suporte ao processo acadêmico. As pesquisas, infelizmente, não mostraram essas iniciativas já devidamente implementadas. Há, portanto, que se levar em consideração que, ao mesmo tempo em que o ingresso na Universidade proporciona autonomia e liberdade, exige responsabilidades acadêmicas, com implicações particulares para os que são da formação na área da saúde, por vivenciarem cotidianamente dilemas específicos da profissão específica, envolvendo a dualidade entre saúde/doença e vida/morte (Veloso et al, 2019). Os autores associam os conflitos enfrentados no ambiente acadêmico às dificuldades no desempenho, ao desequilíbrio e ao sentimento de inabilidade para resolução dos conflitos, podendo ter reflexos na saúde mental e, por consequência, o comportamento suicida.

Uma pesquisa desenvolvida por Silva et al (2019), por sua vez, corrobora com a identificação dos limites no funcionamento institucional da universidade, apontando que, além de ser um local de desenvolvimento científico e humano, constata-se um alto risco de adoecimento mental. De acordo com a pesquisa feita com estudantes de Enfermagem, o adoecimento levou a questionamentos

sobre a vida e valores individuais que contribuiriam para a ideação suicida.

Outras pesquisas com estudantes do Ensino Médio e universitários (Lima et al, 2021) mostram que as instituições precisam repensar suas práticas acadêmicas no processo formativo de seus jovens. Contudo, o tema da ideação suicida não é resultado somente deste descuido. A pesquisa quantitativa de Vasconcelos et al (2016) mostra a comparação dos níveis de ideação suicida entre estudantes universitários e outros jovens que não fazem parte do ambiente universitário. Utilizando uma amostra constituída por 101 indivíduos, com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, encontraram que o ambiente universitário não constitui elemento facilitador para a ideação suicida, destoando dos níveis de ideação suicida encontrados na população em geral. Foi possível constatar a importância da instituição de ensino sobre o tema da ideação suicida, chamando a atenção para seu papel, saindo da mera transmissão de conteúdo para verificar a vida dos acadêmicos. Contudo, outro sistema tem importância fundamental na vida de seus membros, o sistema familiar. Por este motivo fazem-se necessários estudos sobre o tema em vista da trajetória pessoal e familiar de seus indivi-

duos, dentre esses aqueles que escolheram a vida consagrada como carreira profissional ou como trajetória existencial, conforme abordado a seguir.

Compreendendo as variabilidades das trajetórias familiares

No âmbito das diversas abordagens psicológicas, as perspectivas sistêmicas, psicossociológicas e fenomenológicas podem ser conjugadas de modo a favorecer a compreensão das trajetórias de vidas e suas consequências no mundo da vida das pessoas e seus destinos. Sob a perspectiva sistêmica, a família é percebida de modo orgânico, como um sistema relacional (ADOLFI, 2001), onde se situa a pessoa e suas relações intersubjetivas.

Já sob a perspectiva da psicossociologia, a família pode ser compreendida também a partir de suas relações com os demais sistemas, como por exemplo, o econômico, político e religioso. E na perspectiva fenomenológica, a família é vista como fenômeno que vai se desvelando a partir das experiências e vivências subjetivas e intersubjetivas (BRANCATTI; RINALDI, 2020). Estas três perspectivas teóricas podem contribuir na investigação sobre a

depressão e ideação suicida a partir de sua complexidade (BARUS-MICHEL; ENRIQUEZ; LÉVY, 2005), evitando a linearidade, a culpabilização simplória e explicações meramente causais.

Para se compreender o contexto familiar, urge também compreender o caminho percorrido na construção desse sistema. Carter e Mcgoldrick (2005) discorrem sobre o ciclo de vida familiar, ajudando a visualizar o processo e a estrutura de tal sistema. O encontro de pessoas que se juntam, formando um casal, é o ponto de partida. A formação da conjugalidade implica em desafios constituídos na história de vida de cada membro e com o sistema do qual faz parte. Contudo, tal construção sofre influências externas, como, por exemplo, do processo de globalização, que, ao ditar um protótipo da sociedade capitalista, traz fortes impactos sobre o sistema conjugal e familiar, especialmente pelo fortalecimento das concepções do capitalismo (COSTA, 2007). O autor acredita que as relações familiares são influenciadas pelo sistema em que se vive e que sua fluidez e mobilidade estão sendo praticadas pelas pessoas. Retrata ainda a dificuldade de se manter sentimentos consistentes, como o amor do casal, visto que há uma liquidez que gera banalização nas relações, trocando o

“para sempre” pelo “ficar” (BAUMAN, 2007).

Carter e Mcgoldrick (2005) dizem que, dentro do ciclo de vida familiar, existe uma transição onde podem ocorrer várias mudanças. A transição promove ameaças, desinstalando o que pareceria estável e seguro, podendo, por isso, trazer resistência ou rigidez face às mudanças que poderiam ser necessárias. Buscando compreender como ocorre esse processo, as autoras dizem que o ciclo de vida familiar se dá em fases, que vai desde a formação do casal, o nascimento dos filhos, filhos adolescentes, filhos adultos até à fase do ninho vazio. Estas fases vêm acompanhadas de crises, mas não se constituem necessariamente problemas em si mesmo. O grande desafio é como a família vai lidar com as mudanças, visto que exigem uma saída da acomodação, ajustes e uma posterior reacomodação para estabilizar o sistema familiar. É importante notar o que ocorre em cada fase e como a família funciona diante dos acontecimentos.

A teoria dos sistemas ajuda na compreensão do funcionamento familiar, especialmente a partir do impacto das relações na vida de seus membros. É uma abordagem que trata a família como sistema em constante transformação, buscando se reinventar constante-

mente para se adaptar às diferentes exigências do funcionamento das famílias diante das mudanças impostas nos contextos. Tais exigências muitas vezes se dão entre contradições e contraposições próprias do sistema em que a família está inserida. A perspectiva fenomenológica ajuda a compreender como a família pode se constituir não apenas enquanto refém somente do próprio meio, mas também enquanto sujeito de si mesma e de sua história (SCHNEIDER, 2009). O movimento diante dos contrastes, como já foi refletido, chama-se autorregulação, podendo ser de homeostase. Eventualmente, nesse processo de busca de homeostase, ela pode se alimentar negativamente, movida pelo desejo de manutenção das situações. Contudo, ele pode revelar também a sua capacidade de transformação e de mudanças, retroalimentando-se de modo positivo e saudável (ANDOLFI, 2001).

Dentre tantas adversidades a que está sujeito o sistema familiar, algumas delas podem naturalmente interferir em seu processo de homeostase ou desequilíbrio, contribuindo para seu adoecimento. E nesse processo, merece destaque o fenômeno do abuso sexual. Penso et al (2009), ao abordarem o tema, alertam que o abuso intrafamiliar se dá

dentro de um contexto de poder, onde há alguém que domina, normalmente o adulto, muitas vezes o provedor, e alguém que é abusado, comumente uma pessoa que está na condição de dependente, frágil, sendo uma criança em bom número de casos.

As autoras relatam que o abuso se dá em meio a chantagens e coerções. Tais comportamentos apontam para a inversão de papéis, onde o adulto, que deveria ser o protetor e cuidador, se revela o abusador. A violência sexual é extremamente danosa para quem a sofre, com vários danos psicológicos. Esse processo acarreta, além da confusão dos papéis, também a busca por culpados e o descrédito em relação à criança. Com efeito, a pesquisa mostra que sua denúncia não é validada, pelo contrário, gera a culpa na criança, tornando-a responsável pelo abuso que sofre. Essa forma de funcionar gera um sentimento ambivalente na vítima, entre cuidado e abuso, pois há uma forma dissimulada de abusar, entre presentear, dizer que é uma forma de carinho e/ou com ameaças.

É importante conhecer a história e as diversas perspectivas pelas quais as famílias passam, como sujeito e mundo (BRANCATTI; RINALDI, 2020), cultura, fatores econômicos e relacionais, compreendendo a incidência des-

ses temas na família e em seus membros individualmente. Contudo, deve-se levar em conta que os contextos objetivos e factuais não explicam tudo, pois as famílias continuam sendo diferentes e reagindo de diferentes formas em cada situação. Por isso, além de olhar o período histórico, é importante compreender as políticas públicas do contexto em questão, devido a seu impacto na família e em cada membro, com sua particularidade, também tem influência (MINUCHIN; LEE; SIMON, 2008).

No caso das pessoas consagradas, as tramas e os dramas familiares ajudam na compreensão do tema do adoecimento de seus membros, especialmente no que diz respeito aos sofrimentos psicológicos e os transtornos mentais, dentre eles a depressão e a ideação suicida. E isso pode ser aplicado na compreensão das trajetórias de vida das pessoas consagradas. Contudo, a despeito da relevância da dinâmica familiar nesse processo, vale retomar o alerta de Herrmann (2019), ao afirmar que é bastante simplória a mera associação da desagregação familiar aos altos índices de suicídio numa dada população. Ou seja, considerar a dimensão familiar neste processo, não implica em colocar toda a responsabilidade sobre a mesma, mas estar atento a uma

dinâmica mais complexa onde ela está inserida, além da elaboração pessoal e subjetiva de cada um de seus membros. Daí a importância de se considerar, de um lado, a contribuição da psicossociologia e, de outro, a contribuição da fenomenologia.

Ideação suicida na família

Cada suicídio é percebido como tragédia pelas famílias, comunidades e países inteiros e tem efeitos duradouros sobre as pessoas deixadas para trás. O desafio posto é investigar o que leva à ideação suicida e como evitá-la. Para Durkheim (2000), a família serve como uma maneira de controlar os suicídios, pois a partir do momento em que se casa e se constitui uma família, criam-se responsabilidades para o indivíduo, podendo agregar e dar sentido à vida. Contudo, fica o receio de colocar sobre a família a responsabilidade total para se evitar o suicídio, exigindo uma compreensão mais ampla.

A perspectiva fenomenológica husserliana nos inspira a colocar o tema do suicídio entre parênteses (*epoché*), justamente para evitar os juízos de valor, pré-conceitos, prejuízos, mantendo a suspensão dos juízos a priori. Tal abordagem tem como pressuposto que o fenômeno se mostre, se revele em

seus limites e potenciais, tal como é vivido por aqueles que o almejam ou por aqueles que sofrem, na família, a perda pelo suicídio de entes queridos. Nesse sentido, o fenômeno do suicídio nunca se manifestará de forma completa, do ponto de vista objetivo, exigindo escuta e descrição atenta e cuidadosa para ser compreendido e não julgado e tão pouco rotulado (CAVALIERI, 2009). A família, no âmbito dessa perspectiva, será acompanhada como parte do processo vivenciado pelo sujeito que tem a ideação suicida, evitando julgamentos e busca por culpados, mas mantendo-se a atenção sobre como o fenômeno e seu desvelar-se, num cenário complexo, tomado com um como todo e em seus múltiplos significados e sentidos.

O suicídio, na perspectiva familiar sistêmica, é visto a partir da perda e como essa afeta todo o processo transacional que envolve o morto e os sobreviventes no ciclo de vida. Tal perspectiva reconhece tanto a finalidade da morte como a continuidade da vida. Atingir o equilíbrio neste processo é a tarefa mais difícil que uma família deve enfrentar em sua vida. A visão sistêmica da perda considera o impacto da morte de uma pessoa sobre a família enquanto unidade funcional, com ressonâncias imediatas e de longo prazo para cada um de seus membros

e para todos os relacionamentos (WALSH; MCGOLDRICK, 1998), contudo evita responsabilizar a família pelo ato ou torná-la única responsável para evitá-lo.

Walsh e McGoldrick (1998) descrevem o impacto perturbador da morte ou da ameaça de perda sobre o equilíbrio funcional de uma família, entendendo a intensidade da reação emocional enquanto governada pelo nível de integração emocional da família no momento da perda e pela importância funcional do membro perdido. Uma família mais integrada pode mostrar mais reações explícitas no momento, mas se adaptar rapidamente, em contraste com uma família menos integrada, que pode demonstrar pouca reação imediata, mas responder posteriormente com problemas físicos ou emocionais.

O momento específico de uma perda no ciclo de vida multigeracional da família pode criar um risco maior de consequências disfuncionais. As complicações são mais prováveis em casos de perdas prematuras, coincidência de múltiplas perdas ou perda no momento de outro grande estresse familiar, perdas traumáticas não resolvidas no passado e, em particular, replicações de aniversários transgeracionais (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). De fato, de acordo com Walsh e McGoldrick (1998), o sistema de crenças de

uma família é uma influência crítica na adaptação à perda. E especificamente diante do tema religioso, o qual vem frequentemente acompanhado de julgamentos (culpabilização e pecado), vale ressaltar a postura fenomenológica de colocar todos os “a priori” entre parênteses (*epoché*), evitando os juízos de valor, pré-conceitos e estigmas (CAVALIERI, 2009), os quais podem promover ainda mais sofrimentos e danos ao sistema familiar.

É importante ajudar as famílias a compartilharem tais questões, vê-las como normais e aceitarem a extensão e os limites de seu controle da situação diante do contexto sociopolítico e histórico da perda e restrições por papéis de gênero. A participação plena dos membros masculinos e femininos da família nos rituais de luto deve ser estimulada. O sistema de crenças tem um importante papel na compreensão da morte, especialmente do suicídio, mas ao mesmo que precisa ser respeitado, deve também ser trabalhado para não gerar culpabilizações recíprocas e/ou resistências em entrar em contato com a dor genuína da perda. Afinal, o mais importante, é propiciar condições para as expressões genuínas dos sentimentos de perda e para a atribuição de significados que sejam promotores de saúde mental.

Religião e família

A família busca se sustentar ao longo de sua trajetória social, no que julga ser verdadeiro e agregador de valores para seus membros. A religião é frequentemente uma das principais fontes elegidas pela família para fortalecer a conjugalidade, bem como todo o sistema familiar (MOTA, 2021). Através da doutrina e do sacramento como sinal de Deus, passa-se a ter ligação e conexão, como propõe a religião, *religare*.

O casamento tem uma importância em especial no contexto da Igreja Católica. Com o nome de matrimônio, reveste-se do sagrado, sendo mais do que a união afetiva de um homem com uma mulher, passando a ter Deus como sinal de unidade entre o casal. Pegoraro (1994), ao estudar a família a partir da visão cristã, aponta para um sistema que se conecta a outro sistema. Ou seja, a família, em sua concepção, é formada por uma comunidade de pessoas e presta serviço à vida, sendo uma célula social responsável pela construção de sua estabilidade, uma igreja doméstica, indo além de si, capaz de ajudar e evangelizar outras pessoas.

A concepção de que a família pode surgir a partir de uma comunidade, ser parte da comunida-

de e devolver à comunidade traz uma conexão importante entre religião e sociedade. Esta relação estreita entre a família cristã e a comunidade, pode ser entendida como um ambiente eclesial onde há identificação dos membros: “é como uma família de famílias e, em certo sentido, uma grande família” (COMBLIN, 1994, p. 15). Na concepção da Igreja, a família que vive uma religião faz parte e está inserida na sociedade, devendo manter todo um movimento entre os valores cristãos e os valores que regem a sociedade.

É possível perceber a interação entre os sistemas familiar e de outras instituições por meio dos estudos de McGoldrick, Gerson e Petry (2012), que utilizam de genogramas espirituais e religiosos para o mapeamento de famílias e instituições como forma de compreender as relações e mútuas influências.

A religiosidade da família pode favorecer a nucleação e fortalecimento da espiritualidade no sistema familiar (COMBLIN, 1994), contudo não imuniza, ou seja, não é por si só um fator protetivo, mas sim um ingrediente que pode ajudar a enfrentar as adversidades, tanto no campo da saúde mental, como em outros, como afetivo ou econômico, entre outros. Neste sentido, cabe a sensibilidade e

respeito diante da experiência do outro (FREITAS, 2017), da família ou grupo que, mesmo não imunizando, pode ser um suporte diante das adversidades.

São escassas as pesquisas que tratam sobre a trajetória de religiosos e religiosas com depressão e ideação suicida, contudo é possível verificar na obra de Mota (2019) que, tanto o processo formativo inicial, bem como o programa de trabalho e missão dos consagrados, podem ajudar na compreensão sobre a saúde mental dos consagrados e consagradas. Tanto na formação inicial, como na formação continuada, podem ser oferecidos suportes que ajudem a elaborar as fragilidades que cada pessoa traz consigo. Contudo, ao longo da formação, alguns fatores também podem desencadear fragilidades, por exemplo, as inúmeras exigências impostas pelo estilo de vida de quem se dedica à vida consagrada e o modo como essas exigências são administradas subjetiva, intersubjetiva e institucionalmente.

Considerações parciais

O artigo colocou em discussão um tema da saúde mental que ainda é tabu dentro do seio da vida religiosa consagrada, mas que é absolutamente necessário de ser superado e passar a ser dis-

cutido seriamente e em âmbitos adequados. Afinal, o que não é conhecido e discutido não pode ser trabalhado e tratado. Justamente por se reconhecer a importância da presença dos religiosos e religiosas à frente de tantas demandas sociais, faz-se absolutamente necessário também cuidar do cuidador e da cuidadora, tanto no campo espiritual, como no campo psicológico, de modo a evitar a negligência com a sua própria saúde mental. Conhecer as trajetórias familiares dessas pessoas, que escolheram dedicar suas vidas à causa pastoral, como se viu nas considerações apontadas ao longo desta primeira parte do artigo, mostra-se como uma condição necessária para conjugar a atenção espiritual com a atenção aos aspectos psicológicos relacionais envolvidos nos cuidados com a saúde mental das mesmas.

Ainda que os dados de pesquisa apontados ao longo do artigo não sejam exaustivos, inclusive devido ao número ainda limitado de publicações acerca do assunto, a partir do que foi possível apresentar derivam-se algumas alertas em relação a se considerar seriamente a trajetória de vida do religioso e religiosa, seja a pessoal e/ou familiar, ao ingressar na instituição confessional. Somase a isso a necessidade de maior atenção ao contexto social, o qual,

se bem compreendidos, pode ajudar no discernimento do que gera saúde ou adoecimento na VRC.

Como dito na introdução, esta é a primeira parte de um artigo que se propõe refletir sobre a trajetória de vida dos consagrados e consagradas para verificar o que

gera saúde ou adoecimento. Fica o convite para leitura do segundo artigo que trará o que é mais específico do itinerário percorrido pelos consagrados e consagradas, em especial a que se refere à sua trajetória na própria instituição.

Para dialogar em comunidade:

1. Ao escolher dedicar-se à vida sacerdotal: qual a relevância de refletir em profundidade sobre o papel da família nesta escolha? quais poderiam ser as suas implicações em sua própria motivação para sustentá-la ao longo do tempo? e qual o sentido genuíno de sustentá-la existencialmente?
2. Ao receber novos iniciantes à vida sacerdotal, qual a relevância de se buscar conhecer em profundidade as suas reais motivações e suas relações com a vida pregressa, incluindo-se aí a trajetória familiar?

Referências

- ANDOLFI, M. **Terapia familiar, un enfoque interaccional**. Buenos Aires, Argentina: Paidós Terapia Familiar, 2001.
- BARUS-MICHEL J.; ENRIQUEZ E.; LÉVY A. **Dicionário de Psicossociologia**. Lisboa: CLIMEPSI, 2005.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BRANCATTI P. R.; RINALDI R. P. A fenomenologia e a história de vida. **Educação e Filosofia**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVE-DFIL.v34n71a2020-55530>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- CARRO, A. C.; NUNES R. D. **Ideação suicida como fator associado à síndrome de Burnout em estudantes de Medicina**. Publicado em 02/07/2020. Universidade do Sul de Santa Catarina, Faculdade de Medicina, Palhoça, SC, Brasil, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000302>_Acesso em: 17 nov. 2023.

- CASANOVA, M. A. **Compreender Heidegger**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CAVALIERI, E. **O suicídio na abordagem fenomenológica**. Vidas interrompidas: I e II Fórum Estadual sobre prevenção do suicídio TOXCEN - Centro de Atendimento Toxicológico. Ítalo Campos (Org.) . Ed. Digital, Vitória - ES, 2009.
- CHÁVEZ A. J. G.; HEREDIA N. A. R. Estatísticas epidemiológicas de suicídio de adolescentes durante o confinamento devido à pandemia de Covid-19 no Equador. **Revista da Faculdade de Medicina Humana**. Versão impressa ISSN 1814-5469. Versão online ISSN 2308-0531. Revista da Faculdade de Medicina Humana. v. 21, n. 4, Lima, out./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25176/rfmh.v21i4.3984> Acesso em: 17 nov. 2023.
- CID 11, ICD-11 MMS. Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde, desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007 Acesso em: 17 nov. 2023.
- COMBLIN, J. Valor permanente da família na América Latina. In: MARINS, L. (Org.). **Família**: contribuições para a pastoral familiar. São Paulo: Paulus, p. 7-18.
- COSTA, G. P. **O amor e seus labirintos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DURKHEIM, É. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ESQUIVEL, M. B. et al. Factores sociodemográficos asociados a la desesperanza y ansiedad en el periodo de cuarentena por el Covid 19, en personas que residen en Paraguay. **Revista Científica de la UCSA**, v. 8, n. 1, abr. 2021, v. 3, p. 3-13, 10.18004/ucsa/2409-8752/2021.008.01.003. Jerovia Centro Psicológico. Asunción, Paraguay, 2021.
- FERRARI S. M. L. et al. Grupos de terapia ocupacional em telessaúde na pandemia de Covid-19: perspectivas de um Hospital-Dia de Saúde Mental. Artigo - **Relato de experiência** • Cad. Bras. Ter. Ocup. 30 • 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE22883019>.
- FREITAS, M. H. Psicologia religiosa, psicologia da religião/ espiritualidade, ou psicologia e religião/espiritualidade? **Revista Pistis Praxis**, v. 9, n. 1, p. 89-107, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/2175-1838.09.001.DS04>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- HERRMANN, F. O gesto autodestrutivo. **Artigo publicado na Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 53, n. 4, p. 25-47. Tese do autor, 2019.

- LIMA, C. A. et al. Ideação suicida e fatores associados entre estudantes de ensino médio e superior: uma análise hierarquizada. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, n. 3, p. 211-223, 2021.
- WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. **Morte na família: sobrevivendo as perdas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MACEDO, M. M. K. **Tentativa de suicídio: o traumático ato via-dor**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MCGOLDRICK, M.; GERSON R.; PETRY S. **Genogramas: avaliação e intervenção familiar**. Tradução de Sandra Maria Mallman da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Suicídio, saber agir e prevenir**. v. 48, n. 30, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dados do Nordeste**, 2020. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/09/10/oms-alerta-suicidio-e-a-3a-causa-de-morte-de-jovens-brasileiros-entre-15-e-29-anos/> Acesso em: 17 nov. 2023.
- MINUCHIN, S.; LEE, W-Y.; SIMON, G. M. **Dominando a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MOTA, R. N. **Formação: desafios do itinerário**. Porto Alegre: ESTEF, 2019.
- MOTA, R. N. **Família, valores e missão**. Porto Alegre: ESTEF, 2021.
- OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/suicidio>.
- PEGORARO, J. Desafios e orientações éticas na vida familiar. In: MARIN, L. (Org.). **Família: contribuições para a pastoral familiar**. São Paulo: Paulus, p. 55-64.
- SCHNEIDER, D. R. Caminhos históricos e epistemológicos da psicopatologia: contribuições da fenomenologia e existencialismo. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 1. n. 2, p. 62-76, 2009.
- SILVA L. et al. Fatores de risco e ideação suicida entre estudantes de enfermagem. **Revista de enfermagem**, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0276>.
- VASCONCELLOS, M. J. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Belo Horizonte: Papyrus, 2003.
- VASCONCELOS, J. R. et al. Níveis de ideação suicida em jovens adultos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 345-354, 2016.
- VELOSO, L. U. P. et al. Ideação suicida em universitários da área da saúde: prevalência e fatores associados. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, p. e20180144, 2019.

CRB 70 ANOS – ELEMENTOS PARA A MEMÓRIA (PARTE 1)

Frater Henrique Cristiano José Matos¹

Resumo: No ano de 2024, a Conferência dos Religiosos do Brasil completa 70 anos de fundação. Fazer memória as origens e do caminho percorrido até aqui é fundamental para que ela continue sendo significativa e profética nos dias de hoje e no futuro. Esse é o objetivo deste texto que, de forma narrativa e fazendo recurso ao escrito e vivido, apresenta sinteticamente as duas primeiras décadas da instituição.

Palavras-chave: Conferência dos Religiosos do Brasil; Sociedade; Igreja; Fundação.

Introdução

A pedido da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) apresentaremos, numa sequência de breves textos, elementos significativos da história da CRB. Serão apenas apontamentos, sem preocupação com o aparelho técnico

de citações das fontes. No final do conjunto daremos o elenco das principais publicações consultadas.

Neste ano de 2024 a CRB completará 70 anos de fundação. É importante “fazer memória”, pois isso tem tudo a ver com nossa

¹ Membro da Congregação dos Irmãos (Fráteres) de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia. Graduado em Histórica e Pedagogia. Mestre e Doutor em Teologia. Endereço para contato: fraterhenriquecmm@gmail.com O presente texto foi produzido, inicialmente, a pedido da Regional Minas Gerais da CRB e gentilmente cedido para ser aqui publicado numa sequência que começa neste número e continuará nos próximos.

“identidade” como consagrados e consagradas no Brasil. Dizia o Papa Francisco: “Sem memória nunca se avança; não se evolui sem memória íntegra e luminosa”.

O contexto amplo

A criação da CRB em 11 de fevereiro de 1954 só pode ser entendida num contexto histórico mais amplo. Os anos 50 do século passado são marcados por notáveis mudanças no cenário sociopolítico e econômico-cultural. Estamos no período imediatamente pós-guerra (II Guerra Mundial, 1939-1945) e de reconstrução da Europa. Assistimos a uma rápida expansão do capitalismo. Igualmente há a “guerra fria” entre dois blocos políticos antagônicos: os EUA e a União Soviética. No Ocidente aparecem incessantes manifestações por regimes verdadeiramente democráticas, movimentos que andam de mãos dadas com um forte crescimento econômico. Simultaneamente vemos o incremento do movimento da descolonização, tanto no Continente africano quanto asiático.

No Brasil há tentativas de estabelecer regimes verdadeiramente democráticos, embora mantenham um forte colorido nacionalista. Estamos no último período de governo de Getúlio

Vargas (1951-1954), seguido pelo governo de Juscelino Kubitschek (1955-1961), com seu ousado programa desenvolvimentista: “Cinquenta anos (de progresso) em cinco (de governo)”! Forte é o sentimento anticomunista, artificialmente apoiado pelos EUA. A industrialização e o urbanismo marcam significativamente esses anos.

Na Igreja estamos nos anos finais do pontificado de Pio XII (1939-1958), período marcado por incipientes movimentos de renovação da Igreja, prudentemente apoiados pelo Papa. Destacam-se aqui o Movimento Litúrgico, o Movimento Bíblico e a renovação teológica. Mas o que chama especialmente a atenção é a Ação Católica (AC), o grande movimento do laicato católico, iniciada no pontificado de Pio XI (1922-1939), que agora se desdobra na Ação Católica Especializada (ACE). Particularmente atuantes serão a JOC (Juventude Operária Católica), fundada pelo Padre Joseph Cardijn (1882-1967), na Bélgica, e a JUC (Juventude Universitária Católica). É na JOC (posteriormente integrada na ACE) que surge o famoso método do VER, JULGAR e AGIR, que marcará profundamente a pastoral na América Latina e no Brasil. Nesse contexto de uma Igreja em processo de renovação também não

pode ser esquecida a contribuição singular do Movimento por um Mundo Melhor (MMM).

Está aqui globalmente o pano de fundo do nascimento da CRB (1954), dois anos após a fundação da CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil), em 1952.

O contexto eclesial e da Vida Religiosa Consagrada

No ano da promulgação do Dogma da Assunção de Nossa Senhora (1-11-1950), Pio XII convocou, em Roma, os Religiosos e as Religiosas para um Congresso Internacional, entre 26 de novembro e 7 de dezembro. O evento tinha como finalidade “a motivação dos estados de perfeição, acomodada aos tempos e condições presentes”. Os organizadores sintetizaram a meta do Congresso no seguinte texto: “Nossa renovação adaptada deve ser tal que nos leve, com fidelidade filial, a fazer, em ascética, em formação e em apostolado, tudo aquilo que nossos Santos Fundadores, precursores em seus tempos, generosos e audazes, teriam feito e fariam, se voltassem a se colocar à frente de nosso Instituto”.

Na sessão de encerramento, Pio XII pronunciou importante discurso, em que chamava a atenção para questões relevantes para

a Vida Religiosa nas circunstâncias da época, tais como: O lugar das Ordens e Congregações religiosas na Igreja; a tendência à perfeição; as razões para optar pelo estado religioso; obras externas e vida interior; a adaptação às mudanças do tempo.

Não obstante as limitadas condições da época e a visão da Igreja então vigente, o Congresso trouxe em seu bojo sementes fecundas de renovação, primeiros sinais de um futuro *aggiornamento* da Vida Consagrada no interior da Igreja. A “Sagrada Congregação dos Religiosos” (como era ainda a denominação daquele Dicastério Romano) estimulava a realização de Congressos nacionais nos diversos países. No caso do Brasil, foi organizado o Primeiro Congresso de Religiosos em 1954, pouco tempo depois da fundação da CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil), em 1952. Na realidade os dois organismos: o dos Bispos e o dos Religiosos são inseparáveis um do outro. Figuras-chave na preparação e condução do Congresso dos Religiosos de 1954 foram o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara (1943-1971) e o salesiano, Padre Irineu Leopoldino de Souza. Este primeiro Congresso realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, entre 7 e 13 de fevereiro de 1954, com a

presença do Cardeal-Prefeito da Congregação dos Religiosos, Dom Valerio Valeri. Participaram em torno de mil religiosos e religiosas!

Não é sem importância sabermos que, em meados do século XX, havia no Brasil 183 Institutos religiosos femininos e 72 masculinos, num total de 255 entre Ordens, Congregações e Institutos Seculares, que se distribuíam em 234 províncias de religiosas e 132 de religiosos, totalizando 366 províncias, incluindo também as vice-províncias e mosteiros autônomos. Eram 3851 as casas religiosas, 2563 femininas e 1288 masculinas. Nessas unidades viviam e trabalhavam 26.000 irmãs, 3.000 irmãos e 6.910 religiosos presbíteros, perfazendo um total de 35.910 religiosos. Congregações religiosas fundadas no Brasil eram 40.

A temática do Primeiro Congresso Brasileiro de Religiosos (1954) girou em torno de três eixos: o ideal da Vida Religiosa perante as novas condições da vida moderna; vocações e formação; os campos do apostolado. Da parte da Sagrada Congregação para os Religiosos se fez presente seu secretário, Padre Arcádio Larraona, e da parte da CNBB, Dom Hélder Câmara, Secretário Geral da Conferência Episcopal.

Interessante saber que os trabalhos em plenário se desenvolveram em locais diferentes para homens e mulheres religiosas!

Uma das finalidades específicas do Congresso era promover uma maior aproximação e unidade entre as diversas Famílias Religiosas presentes no Brasil. A Comissão Executiva elaborara neste sentido um anteprojeto de Estatuto para um organismo permanente que poderia garantir a realização deste objetivo.

Cada congressista tinha recebido uma cópia deste documento já no primeiro dia dos trabalhos. Autor e relator do anteprojeto, na Comissão do Congresso, foi Padre Irineu. Lemos na Ata de Fundação da CRB: “Os critérios que presidiram a nossa elaboração foram os seguintes: Não legislar primeiro e depois fazer, mas seguir o caminho contrário, que foi sempre o de todos os fundadores religiosos. Criar a Conferência, com o mínimo indispensável de disposições estatutárias em sua carta fundamental, e pô-la em movimento. As circunstâncias e oportunidades é que irão corporificando seus estatutos. Por isto mesmo o anteprojeto, na maior simplicidade e sobriedade das linhas mestras da organização se resume apenas a 14 artigos”

A fundação da Conferência dos Religiosos do Brasil

No primeiro Congresso Brasileiro de Religiosos, em 1954, houve uma sessão reservada aos 53 Superiores Maiores presentes para examinar mais detalhadamente o anteprojeto do Estatuto da futura Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Em 10 de fevereiro o texto foi levado ao plenário para votação, tendo sido aprovado com ligeiras emendas. No artigo 2º declara que a Conferência tem por finalidade principal a coordenação e articulação das diversas comunidades religiosas, o estudo dos problemas e criação de serviços de interesse comum, visando uma colaboração mútua sempre mais eficaz.

A primeira Diretoria, com mandato de três anos, constava de 7 religiosos, sendo Dom Martinho Michler (1901-1988), Abade do Mosteiro de São Bento, do Rio de Janeiro, eleito presidente (ele será sucessivamente reconduzido ao cargo até 1965), e o Padre Irineu Leopoldino de Sousa, secretário-geral, personalidade com invulgar capacidade de trabalho e de organização, que marcará profundamente a fisionomia técnica e jurídica da CRB nos primeiros seis anos de sua existência.

No dia **11 de fevereiro do ano de 1954**, na festa litúrgica de Nossa Senhora de Lourdes, dentro do Ano celebrativo do Centenário do Dogma da Imaculada Conceição (1854), a nova Diretoria tomou posse. Esta data foi escolhida como a fundação oficial da CRB. Um imóvel ao lado do Colégio Santas Úrsula, cedida pelas Irmãs, passou a ser a sede da recém criada Conferência.

Nos Estatutos aprovados são mencionados oito Departamentos, ou seja órgãos operativos da nova Conferência: 1) o jurídico; 2) de estatística (núcleo do futuro CERIS, Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), confiado à Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado; 3) de educação e ensino (que na realidade funcionaria através da já existente AEC, Associação de Educação Católica); 4) de catecismo (que posteriormente daria espaço ao ISPAC, Instituto Superior de Pastoral Catequética); 5) de assistência à saúde (operando através da “União de Enfermeiras Religiosas do Brasil”); 6) de serviço e assistência social; 7) de obras diversas; 8) de missões populares (posteriormente transformado no “Departamento de Pastoral”).

Estavam lançadas as bases do novo organismo eclesial que, no decurso do tempo, teria uma

influência notável na Vida Religiosa e, por extensão, na própria Igreja no Brasil. Dom Hélder Câmara, secretário da CNBB, disse: “O acontecimento tem para os Religiosos do Brasil o mesmo alcance que teve para a Hierarquia a fundação da CNBB. Os dois secretariados deverão, aliás, atuar sempre centro da mais completa sintonização”.

Com data de 26 de março de 1955, a Sagrada Congregação para os Religiosos expediu o Decreto de aprovação canônica dos Estatutos da CRB. Interessante notar que desde suas origens a Conferência dos Religiosos do Brasil se via, a si mesma, não como um organismo puramente jurídico de Superiores Maiores, mas como um serviço prestado a todos os religiosos e religiosas do país.

Na Ata de Fundação da CRB já se observava: “Os estatutos projetam uma organização única, com uma única diretoria, para religiosos e religiosas. Oportunamente os dois ramos poderão ter cada qual sua diretoria própria, que se articulará com a outra num conselho superior comum. Agora, nos inícios, é mais conveniente uma organização só, para dar-lhe mais pujança”.

Conferência “única” era uma exceção na época. Em geral exis-

tiam nos outros países duas Conferências de Religiosos distintos, quando não três – com uma especialmente para os Irmãos – relacionando-se institucionalmente mediante um Conselho Superior. Era este o modelo preferido por Roma durante muito tempo.

No artigo 14 dos estatutos originais é formulado como se entendia, em 1954, o papel próprio da CRB: “As determinações da Conferência terão o caráter de orientação e coordenação, de considerável força moral, e, por isto, serão acatadas por todos os membros, no intuito de se alcançar eficaz unidade de ação”.

A regionalização

A descentralização da CRB já deu seus primeiros passos no ano imediatamente posterior à fundação, inicialmente por Estado da Federação. A primeira “seção estadual” surgiu em Salvador da Bahia (1955). A de Belo Horizonte data de 3 de abril de 1957, sendo seu primeiro presidente o Padre Joaquim Parreira, barnabita. Naquele ano havia no Estado de Minas Gerais 420 casas de religiosos e religiosas. Na reunião da Diretoria da CRB-mineira, de 4 de agosto de 1957, falou-se sobre a conveniência de criar Núcleos nas diversas partes do Estado a fim de atingir, de forma mais rea-

lística, as bases da Vida Religiosa em Minas.

Na Assembléia da CRB-Nacional de 1965 a divisão por Estado foi substituída pela regionalização da Conferência, seguindo nisso o modelo geográfico já adotado pela CNBB, com a esperança de esta semelhança poder contribuir para aprimorar o entendimento e o entrosamento das duas Conferências.

Em julho de 1955 – com antecipação de meio ano, a fim de fazê-lo coincidir com a realização do Congresso da AEC – teve lugar, em São Paulo, o II Congresso dos Religiosos do Brasil, tratando mais especificamente do tema da colaboração entre os religiosos e religiosas por um lado, e a paróquia e diocese por outro. Esteve presente o Cardeal Valerio Valeri, na época Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, de Roma. O Congresso serviu para intensificar a aproximação dos religiosos do nosso país, numa comunicação de suas aspirações, métodos e propósitos. O evento funcionou em duas grandes seções separadamente para os homens e as mulheres. Nas “resoluções finais” consta: “Criar, no quadro geral da Conferência dos Superiores Maiores Religiosos do Brasil uma seção especial para as Congregações de Irmãos”.

Também ficou decidido que anualmente haveria um encontro de Superiores ligados à CRB.

Buscando caminhos

Um setor da CRB que se expandiu muito além do previsto era o dos “serviços materiais” com sua rede de mercadorias “a baixo custo”, que abrangia produtos que iam desde vinho de missa até carros importados! (Embora seja verdade que o “Serviço de Importação” foi encerrado em 1957) Esta fisionomia empresarial da CRB era sustentada pelo então secretário-geral, o Padre Irineu Leopoldino de Sousa, SDB, com seu conhecido lema: “Na união, todas as vantagens!” e “O dinheiro dos Religiosos para os Religiosos”! Enquanto os Departamentos eram considerados “atividades-fins” da Conferência, os serviços (entre eles a Procuradoria) constituíam “atividades-meio” para sustentar financeiramente os primeiros. Na realidade, a CRB ficou mais conhecida entre o grande público pela parte de “vendas” e “bons negócios”, incluindo nisso o importante “Serviço de Viagens”, tanto nacionais e, sobretudo, internacionais, aéreas e marítimas, o que provocou constantes tensões no interior da Conferência e no seu relacionamento com outras instâncias, entre elas a CNBB.

As dificuldades com os Bispos, que com desconfiança viam crescer o aspecto empresarial da CRB, seriam em boa parte solucionadas com a eleição, em 1959, de um novo secretário-geral na pessoa do Padre Tiago Cloin, redentorista. Ele perseguiu sistematicamente dois objetivos: garantir um bom entrosamento entre CRB e CNBB e sensibilizar os religiosos de seu papel na Pastoral de Conjunto. Houve, a partir deste momento, uma guinada na orientação da Conferência. Começou-se a dar prioridade a atividades mais diretamente ligadas à finalidade fundacional da CRB: promover a vitalização da vida religiosa no seio de uma Igreja em processo de renovação.

Paulatinamente consolidou-se entre os religiosos no Brasil a **dimensão eclesial** de sua vocação, expressa em engajamento pastoral concreto. Assim, em 1962, o próprio Dom Helder Câmara, na qualidade de secretário-geral da CNBB, veio falar na Assembleia da CRB sobre o Plano de Emergência e o que se esperava dos religiosos na sua execução. Um dos frutos da mútua colaboração foi a fundação do CERIS, de que já falamos anteriormente, com a unificação da estatística católica do país inteiro, resultando na publicação do “Anuário Católico do Brasil”, como também do Institu-

to Pastoral, em São Paulo, iniciativas sustentadas por ambas as Conferências. Notável foi, igualmente, a participação de religiosas e religiosos em experiências-piloto de base no Nordeste, destacando-se a de Nísio Floresta, RN, onde irmãs assumiram uma paróquia em serviço de suplência pastoral.

O Vaticano II e a renovação

O Concílio Vaticano II (1962-1965) trouxe também na VR grandes mudanças para as quais muitos religiosos e religiosas não estavam preparadas. Com força emerge a **dimensão missionária** da vida consagrada. No meio do Povo de Deus os religiosos têm uma missão específica que dá sentido à sua consagração. Ao término do Vaticano II, os religiosos do Brasil expressam publicamente sua disposição de participar ativamente no Plano Pastoral de Conjunto, aprovado pela CNBB, ainda em Roma. Na Declaração dos Superiores e Superiores reunidos na VII Assembleia Geral (Rio de Janeiro, 21-23 de julho de 1965), lemos o seguinte significativo trecho “Em especial manifestam o seu apreço, confiança e satisfação em poder trabalhar em obediência a seus compromissos religiosos dentro do Plano de Pastoral de Conjunto, desenvolvi-

do pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de tal forma a colaborar eficientemente na sua realização”.

As inovações que o Concílio Vaticano II trouxe provocaram reações contrárias entre os religiosos. Abriu-se para eles um mundo em boa parte desconhecido até então. O confronto com a realidade, particularmente nos grandes centros urbanos, fez que conhecessem uma sociedade em processo de secularização com fortes tendências para o subjetivismo. Não poucos consagrados procuraram naqueles anos recuperar “um atraso cultural” em relação à modernidade, adaptando-se, às vezes sem critérios seguros, ao estilo considerado moderno e “normal” da vida. Muitas Famílias Religiosas tiveram de equacionar-se no que diz respeito ao modo de vestir e de morar. Surgem as “pequenas comunidades” do meio urbano (os “apartamentos”), onde se buscam novos relacionamentos e um estilo diferente de exercer a autoridade. A procura frenética de profissionalização por parte de não poucos religiosos (e mais ainda de religiosas) daqueles anos está diretamente associada a este fenômeno.

De outro lado, um contato mais realista com o mundo da pobreza e da marginalização social faz

com que setores significativos de consagradas e consagrados optem por um tipo de vida mais simples, despojado e evangélico, com o explícito desejo de solidarizar-se efetivamente com o povo sofrido. Esta vida religiosa “inserida” mostrar-se-á no decorrer dos anos um fator de grande fecundidade para uma autêntica renovação da VR. Na supramencionada Declaração de julho de 1965, os Superiores Maiores já afirmaram sua solidariedade com os menos favorecidos: “Na vivência cotidiana da ação apostólica, abrem [os religiosos] os olhos e o coração de forma especial para todos aqueles que pelas circunstâncias dos tempos ou dos lugares, pelas dificuldades da vida e situações ingratas, se encontram em maior necessidade, pobreza, ou em condições de maior urgência, pretendendo assim dar as suas preferências àquelas do Salvador, que veio para evangelizar os pobres e curar os doentes”.

As contradições do regime militar, implantado em 1964, aceleram entre os religiosos seu compromisso social para com os pobres e excluídos. Podemos falar neste contexto de um verdadeiro “profetismo”, que culmina em religiosos(as)-mártires daquela época.

(Continua no próximo número da Revista Convergência).

**CONGRESSO DOS
70 ANOS DA
CRB NACIONAL**

*Colégio Santa Cecília - Rede
Damas - Fortaleza, CE*

*De 30 de maio a 02 de
junho de 2024*

PROFOLIDER 2023 - PARTILHA DE EXPERIÊNCIA

Irmã Maria Patrícia Barbosa Rodrigues, OSF¹
Irmã Francisca Veronilde da Costa, FCIM²

Estamos aqui para narrarmos a experiência do PROFOLIDER XVII, acontecido de 10 de setembro a 19 de outubro de 2023 em Hidrolândia, Goiás.

Foram quarenta dias coordenados por Frei Vanildo Luiz Zugno OFM Cap. e Irmã Zirlaide Barreto Mendonça CP, de forma profissional, humana, fraterna e atenta, tendo preparado uma experiência profunda em termos de conteúdo programático e toda a estrutura de acolhimento em todos os âmbitos (desde os cuidados com a hospedagem até ao zelo quanto a espiritualidade do grupo). Foram constantemente presença durante este nosso percurso, objetivando sempre uma

avaliação semanal para o bom andamento do curso.

O grupo foi composto de 25 integrantes, sendo que dois irmãos do Chile, um do Haiti e uma irmã do Timor Leste. Os demais 21 eram de diversas regiões do Brasil, o que favoreceu a interculturalidade.

O Profolider tem como objetivo contribuir para a formação e qualificação de lideranças na Vida Religiosa Consagrada alicerçados no seguimento de Jesus e capazes de assumir os desafios dos tempos atuais. Também visa formar pessoas inovadoras na perspectiva da sinodalidade, aprofundar temas emergentes que impactam no exercício da liderança e propiciar

¹ Irmã Maria Patrícia Barbosa Rodrigues. Religiosa das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Bacharel em Psicologia. Endereço para contato: patriciafranciscana@yahoo.com.br

² Irmã Francisca Veronilde da Costa. Religiosa da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria. Bacharel em Contabilidade. Endereço para contato: veronilde@cmsg.com.br

a troca de experiência e aprofundamento na prática da liderança comunitária e institucional.

Elencaremos abaixo os temas que foram trabalhados juntamente com o nome dos assessores que estiveram presentes.

Iniciamos com Irmã Zirlaide de Barreto Mendonça, com o tema Integração, Liderança Participativa e Lógica do Cuidado. Em seguida refletimos sobre “A Realidade Social Eclesial e da VRC”, com Irmã Sueli Belato; “Mundo Virtual e a Vida Comunitária”, com Moises Sbardelato; “Missão, Comunidades e Intercongregacionalidade”, com Irmã Valmi Bohn; “Vida Comunitária e Interculturalidade”, com Padre Luis Paul Muñoz; “Depressão e Suicídio”, com Sérgio Jabur; “Obediência e Sinodalidade”, com Frei Vanildo Luiz Zugno; “Projeto Pessoal e Projeto Comunitário – Encontros e Tensões”, com Frei Rubens Nunes Mota; “Questões Éticas Emergentes”, com Frei Gilmar Zampieri; “Prevenção e Acompanhamento de Situações de Abuso”, com Frei Oton; “Envelhecimento e Vida Comunitária”, com Dr. Ana Paula Reis da Costa; “Sexualidade, Gênero e Poder”, com Irmã Raquel Pena Pinto.

Como vêm, os temas são muito atuais e pertinentes ao exercício da liderança na VRC. Reco-

mendamos as leituras dos resumos via canais midiáticos da CRB Nacional.

Recebemos a fraterna visita da Presidente da CRB Nacional, Irmã Eliane Cordeiro e o vice-presidente Frei Clézio Menezes, que comprometidos com o acompanhamento e animação de seus religiosos, incentivaram esta nossa experiência.

A coordenação do PROFOLIDER nos oportunizou a escuta de diversos membros de vários setores da CRB Nacional nos apresentando sua missão na animação da mesma. Recebemos ainda a visita da Coordenação da CRB Regional/Goiânia, que apresentou seus trabalhos de animação à Vida Religiosa e partilhou o jantar conosco.

Fechamos este itinerário de formação para líderes com um Retiro Espiritual conduzido por Irmã Maria Aurea Augusto Marques. Pudemos refletir e rezar não só esse tempo aqui passado, mas nossas vidas na integralidade, com o auxílio forte dos momentos de oração. Nestes 40 dias vivenciamos um Kairós em nossas vidas, com a perspectiva para abraçar a nossa missão com o coração ardente e os pés a caminho.

Explanaremos aqui um pouco da estrutura do Profolider para que outras pessoas se animem a realizá-lo também.

Cumpramos dizer que tivemos semanalmente a assistência de um Orientador Espiritual que nos acolheu fraternalmente e nos conduziu com solicitude. As orações diárias e celebrações Eucarísticas foram alimento para nós neste caminho espiritual e formativo.

Além disso, duas vezes por semana nos reuníamos em grupos específicos que tiveram sua constituição definida desde o princípio, para uma maior aproximação e confiança entre os membros. Mas convém acentuar que integramos-nos como uma grande fraternidade, construindo bonitos, e se Deus assim o permitir, duradouros laços entre irmãos e irmãs.

Ainda sobre esses encontros, eles serviram como local de oração, partilha de carismas e sobre a vocação individual de cada um. Foi intenso e sentimos verdadeiramente a presença de Deus em nosso meio.

Tivemos momentos de lazer e descontração em grupo (caminhadas, piscina, churrasco, karaokê, jogos, passeios...), e o domingo era sempre livre, após a Santa Missa na Igreja de Santo Antônio de Hidrolândia para quem quisesse lá comparecer (ou em outra Igreja). Complementando, fizemos um passeio com todo o grupo para um parque aquático (Dream Park), muito aproveitado e apreciado

por todos. Dia de bênção, de alegria e de fraternidade.

Realizamos uma visita ao Centro Marista Divino Pai Eterno, casa de educação, coordenada pelo Irmão Davi. Na ocasião ele nos acolheu na Capela do Centro, apresentou o projeto realizado através de sua Congregação àquela comunidade local, que acolhe 800 alunos (crianças, adolescentes e jovens). Em seguida, fomos acolhidos pelos jovens da banda de música com algumas canções. Há na instituição oficinas de reforço pedagógico, computação, música e futebol. Visitamos a estrutura, as salas de aula, o refeitório, a recreação, o parque, junto às crianças e adolescentes. Este foi um momento onde reforçou em nós o desejo de trabalhar na missão com os mais necessitados, confiando que isto é vontade de Deus para a VRC.

Para ter-se uma ideia do que é o Profolider, só mesmo tendo esta experiência. Mas vamos agora, não com nossas palavras, tentar expressar como se deu este caminho.

Tertuliano, em suas Apologias diz que os cristãos eram admirados e deles se diziam: “Vede como eles se amam”. Seguindo este pensamento, Jesus nos exorta: “Nisto todos reconhecerão que sois os meus discípulos: pelo amor

que tiverdes uns para com os outros” (Jo 13, 35,). Fizemos desde o início essa experiência em grupo, unidos pelo Santo Espírito de Deus, unidos em uma só alma, em um só coração. O Profolider estimula muito as partilhas de vida, se diferenciado de um simples curso conteudista: é pura vivência e espiritualidade.

Convém ainda assinalar a beleza do lugar, o zelo dos funcionários em nos atender com prestimidade.

ORIENTAÇÕES PARA OS/AS COLABORADORES/AS

A revista

A Revista Convergência é uma publicação trimestral que aborda temas relacionados à Vida Religiosa Consagrada ou com reflexões que dizem respeito à missão desenvolvida pelos religiosos/as.

Aceitam-se colaborações de religiosos, religiosas e de toda pessoa interessada na temática. Os artigos são publicados após consulta ao conselho editorial. É desejável que sejam textos inéditos. Caso já tenham sido publicados de forma física ou virtual, pede-se seja informado à redação para avaliação.

Aceita-se também relatórios das Assembleias, Congressos, Encontros das Regionais, Nacionais e Internacionais, sempre em sintonia com os interesses da CRB Nacional.

Normas técnicas

Os textos devem ser enviados em formato .doc ou compatível, contendo entre 16 e 22 mil caracteres com espaços, fonte *Times New Roman*, corpo 12, entrelinhamento 1.5. Aceitam-se apenas textos originais.

As referências de citações no corpo do texto são indicadas pelo sistema **autor/data** (SILVA, 2018, p. 23; SILVA; SILVA; LIMA; OLIVEIRA, 2019, p. 987; CNBB, *Paróquia: comunidade de comunidades*, 2000, p. 82). Para referências bíblicas e documentos eclesiais utiliza-se a abreviatura consolidada (Is 24, 13; Lc 11, 5; LG 89; RM 31; DAp 28).

Citações diretas com mais de três linhas devem ser apresentadas em parágrafo a parte, caixa 10, espaço simples e endentação de 3,5 cm. Citações diretas com menos de três linhas são manti-

das no parágrafo e colocadas entre aspas.

Depois da Conclusão são propostas duas ou três questões que motivem os leitores a um diálogo comunitário sobre o texto.

No final do artigo é apresentada a relação de todas as fontes citadas no texto seguindo as normas abaixo indicadas.

Resenhas, informes, relatórios, mensagens e outros artigos breves com informações relacionadas à Vida Religiosa Consagrada ou de seu interesse também serão publicados seguindo parecer do Conselho Editorial.

Modelos de Referências:

Referências de livros: SILVEIRA, João Antônio. **Felicidade infeliz**. São Paulo: Fronteira Sem Fim, 1977.

Capítulo de livro: PEREIRA, João. Os frutos da desilusão. Em: ANDRADE, Plácido. **Pensamentos e sentimentos**. São Paulo: Ser e Cantar, 2018. P. 28-67.

Referências de artigos de periódicos: ZACHARIAS, Ronaldo. Virtualidade: um novo desafio à vida religiosa e sacerdotal. Em: **Convergência**, Ano LVII, n. 538, p. 73-86, 2002,

Referências em meios eletrônicos: FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Roma, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html Acesso em: 16/11/2022.

Ao enviar o arquivo, os links devem estar ativadas.

Resumo: Contendo, no máximo, 250 palavras, deve apresentar o objeto, o método, os recursos e as principais conclusões do texto. É seguido pela apresentação de três a cinco palavras-chave.

Identificação do autor: Nome completo; Instituição religiosa a que pertença (quando for o caso); formação acadêmica; atividade desenvolvida no momento; endereço eletrônico para contato. A submissão de originais implica que o autor/a ceda totalmente os direitos autorais para a CRB.

E-mail para envio dos artigos: publicacoes@crbnacional.org.br

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
CONFERENZA DE LOS RELIGIOSOS DEL BRASIL
BRAZILIAN RELIGIOUS CONFERENCE
CONFERENZA RELIGIOSA BRASILIANA



ASSINATURA DA REVISTA CONVERGÊNCIA

Para assinaturas novas ou renovação, preencher o cupom e enviar para: convergencia@crbnacional.org
Pode também acessar o site e imprimir o boleto: www.crbnacional.org.br

Nome completo:
Congregação:
Endereço:
CEP (código postal): Cidade: UF: País:
Nova assinatura () Renovação ()
Telefone: () E-mail:
Forma de pagamento:
Efetivo () Depósito Bancário () Agência: C/C:

Valor da Assinatura:

Brasil: R\$ 145,00 América Latina e Caribe: U\$ 80 Europa: E 70 Outros países: U\$ 100

1. Brasil: O pagamento pode ser efetuado na sede da CRB Nacional ou nas regionais. Pode também efetuar o pagamento na conta da CRB: Banco do Brasil: Ag: 452-9 - C/C: 306934-6 (enviar o comprovante por e-mail ou entrar em contato (61) 3226-5540).
2. América Latina e Caribe: O pagamento pode ser feito em cheque, em dólar no Banco do Brasil em nome da Conferência dos Religiosos do Brasil. Enviar o comprovante por e-mail (convergencia@crbnacional.org.br)
3. Outros países: pode ser feito em cheque, em dólar (para tanto se for em euro deve fazer a devida conversão para dólar). Enviar o comprovante para a CRB Nacional (convergencia@crbnacional.org.br).